



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



**IÊDA MAYARA DE SANTANA**

**O CARIRI CEARENSE REVOLUCIONÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA  
GUERRA DO PINTO MADEIRA PELA HISTORIOGRAFIA E SUAS  
ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA.**

CRATO – CEARÁ

Julho de 2020

IÊDA MAYARA DE SANTANA

O CARIRI CEARENSE REVOLUCIONÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA GUERRA DO  
PINTO MADEIRA PELA HISTORIOGRAFIA E SUAS ABORDAGENS NO ENSINO DE  
HISTÓRIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade Federal Fluminense como requisito final para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis.

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.

CRATO, CE

2020

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA  
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB 3/1000

Santana, Iêda Mayara de.

S232c O Cariri cearense revolucionário: a construção da guerra do Pinto Madeira pela historiografia e suas abordagens no ensino de história/ Iêda Mayara de Santana. – Crato-CE, 2020.

151p.; il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional da Universidade Federal Fluminense

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.

1. ProfHistória, 2. Ensino de História, 3. Guerra, 4. Historiografia;  
I. Título.

CDD: 907

IÊDA MAYARA DE SANTANA

O CARIRI CEARENSE REVOLUCIONÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA  
GUERRA DO PINTO MADEIRA PELA HISTORIOGRAFIA E SUAS  
ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade Federal Fluminense como requisito final para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

---

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Júnior

---

Prof. Dr. Eurípes Antônio Funes

CRATO, CE

2020

*À meu falecido avô João Agostinho do  
Nascimento. Por ele sou, para ele serei,  
eternamente o melhor de mim.*

## **AGRADECIMENTOS:**

Tenho muito e muitos a quem agradecer.

A Deus, que mostrou para todos e para mim mesma tudo o que sou capaz de conquistar.

Ao meu falecido avô João, que foi um grande pai. Motivo de minha força maior, razão pela qual eu luto e lutarei sempre.

A minha mãe, que como tantas mães desse Brasil, carregou no colo a obrigação de manter dois filhos sozinhas, passou fome, dormiu no chão, batalhou muito e nunca me deixou faltar nada. Mostrou que família é onde tem amor, e mesmo com todas as dificuldades, ela sonhou comigo, e me deu forças para realizar.

A minha tia/mãe/amiga Liduína. Que me ensinou o amor mais puro que um ser humano pode ter. Me acolheu, me abraçou, foi meu refúgio e meu abrigo, meu colo. É ela quem me segura quando quero desabar. Foi ela que me deu a força necessária para seguir em frente, para ela, tudo, por ela sempre.

A meu namorado, Vinícius, que dividiu os apertos comigo, me mostrou quantos milagres se pode fazer com o nada, e não me deixou desistir.

As minhas orientadoras Isabel e Sara, que acreditaram mais em mim do que eu poderia acreditar.

Ao quarteto Jean, Eliane, Anderson e Juciene. Família que eu escolhi para amar e manter no coração, meus incentivos diários durante um ano e meio de viagens cansativas. Eles fizeram valer a pena cada gota de suor derramado.

Ao meu amigo de todas as horas, Diego, pelo carinho, cuidado e paciência.

As minhas coordenadoras Kátia, Lamara e Silvana, que não mediram esforços para me manter trabalhando durante o período de aulas do mestrado, elas foram essenciais para que eu conseguisse.

Ao meu eterno professor Egberto Melo, pelos puxões de orelha tão necessários, pelos conselhos desde a graduação.

A João e Lúcia Monte, pelo incentivo e amizade que sempre compartilhamos, por terem sido os exemplos que escolhi seguir.

A minha prima Simone, pelo carinho e amor, por acreditar em mim e por me dar o maior presente que recebi na vida, meu Gustavo.

*O navio da minha vida por ou não estar navegando por mares calmos e tranquilos. Os dias desafiadores da minha existência podem ou não ser brilhantes e promissores. Em dias tempestuosos ou ensolarados, noites gloriosas ou solitárias, mantenho uma atitude de gratidão. Se insisto em ser pessimista, há sempre o amanhã. Hoje eu sou abençoada.*

*(Maya Angelou, 2019)*

## **RESUMO:**

Essa dissertação apresenta a análise feita a partir das narrativas historiográficas sobre a Guerra do Pinto Madeira e sua inclusão/exclusão do ensino de História local no currículo escolar, situando-a como fato de História Nacional, uma vez que figura entre os conflitos que ocorreram no momento pós independência, protagonizando uma das disputas pela formação do Estado e Identidade Nacionais. Partimos do objetivo central de analisar como esse conflito foi construído pela historiografia tradicional no seio dos Institutos Ilustrados, e entender qual o lugar da Guerra do Pinto Madeira no Ensino de História. Para tanto analisamos, através de uma perspectiva de construção da verdade pela historiografia, os escritos sobre a Guerra do Pinto Madeira dos autores caririenses e de historiadores que escreveram sobre a guerra no período mais recente. A análise sobre o estudo do conflito no Ensino de História foi feita através de livros didáticos tanto do ensino Médio quanto do Fundamental, adotados por escolas públicas e privadas da região entre o final do século XX e o século XXI. A partir desse estudo concluímos que a construção feita pelos autores tradicionais sobre a guerra permanece nos estudos mais recentes, com poucas exceções, o que corrobora para um entendimento da mesma como fato de História Local, ausente dos livros didáticos, mesmo daqueles direcionados a História do Ceará. Dessa forma, apresentamos como produto um jogo direcionado ao ensino História denominado PalyHistória, que traz como enredo a Guerra do Pinto Madeira, em meio a outras guerras históricas mais conhecidas pelos estudantes, e aborda múltiplas possibilidades de ações dos personagens. Através do jogo buscamos inserir a Guerra do Pinto Madeira nas aulas de História de forma dinâmica e relacionando-a com outros acontecimentos, mostrando que todos, em diferentes escalas, têm sua contribuição para a História. O objetivo é que o jogo seja disponibilizado inicialmente nos computadores das escolas de Crato e Jardim, como possibilidade para as aulas de História, e em um segundo momento possa ser disponibilizado em outras escolas da Região do Cariri Cearense.

**Palavras- Chave:** ProfHistória, Ensino de História, Guerra, Historiografia.



**ABSTRACT:**

This dissertation presents the analysis undertaken from historiographic narratives about the Pinto Madeira War and its inclusion/ exclusion from the teaching of local History in school curriculum, situating this event as a fact of the National History, once it is among the conflicts that took place in the post-independence period, becoming one of the disputes around the formation of the National State and Identity. Our main objective was to analyze how this conflict was constructed by traditional historiography in the heart of Illustrated Institutes, and understand the role of the Pinto Madeira War in the teaching of History. To do so, we analyzed, from the perspective of the construction of truth in historiography, the writings about the Pinto Madeira War by authors from Cariri and historians who have written about the war in more recent times. The analyses on the study of the conflict in the teaching of History was undertaken through textbooks, used in both public and private schools of the region between the end of the 20<sup>th</sup> century and the 21<sup>st</sup> century. From this study we conclude that the construction done by traditional authors about the war persists in more recent studies with few exceptions, what confirms the understanding of this war as a fact of the Local History, absent from textbooks, even those directed to the History of Ceará. In this way, we present as a product a game aimed at the teaching of History, called PlayHistória, which has as its plot the Pinto Madeira War, among other more famous historical wars, and which presents multiple possibilities of action for the characters. Through this game we tried to include the Pinto Madeira War in History classes in a dynamic way, relating it to other events, showing that all of them have, in different scales, some kind of contribution to History. The aim is that the game is put available initially in the computers of schools in Crato and Jardim as a possibility for History classes, and in a future moment it could be made available in other schools in the Cariri Region in Ceará State.

**Keywords:** ProfHistória, Teaching of History, War, Historiography.

## LISTA DE QUADROS E IMAGENS:

### 1. QUADROS:

<b>Quadro 1:</b> Principais Revoltas de 1831 – 1835 .....	23
<b>Quadro 2:</b> Querelas em torno dos primeiros colonizadores e povoadores do Cariri .....	63
<b>Quadro 3:</b> Capítulos do livro “História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850”. Tristão Alencar Araripe, (1867) .....	118
<b>Quadro 4:</b> Capítulos do livro: <i>Esboço histórico sobre a província do Ceará</i> , de Pedro Théberge, (1869) .....	123

### 2. IMAGENS:

<b>Imagem 1:</b> Índice da primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro .....	31
<b>Imagem 2:</b> Índice do livro “História do Cariri I” José de Figueredo Filho (1964) .....	57
<b>Imagem 3:</b> Índice do livro “O Cariri” Irineu Pinheiro (1950) .....	60
<b>Imagem 4:</b> Sumário do livro “Pinto Madeira: nem herói, nem vilão” Nélcia Turbano, (2011) .....	87
<b>Imagem 5:</b> Ofício enviado ao governador da capitania do Rio de Janeiro, presente no livro de História do Ceará.....	128

## LISTA DE SIGLAS:

**IHGB:** Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

**ICC:** Instituto Cultural do Cariri

**BNCC:** Base Nacional Comum Curricular

**PNLD:** Plano Nacional do Livro Didático

**PCN:** Parâmetros Curriculares Nacionais

## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1- A formação da Identidade e Estado Nacional: Um processo Histórico .....</b>	<b>15</b>
1.1- A Nacionalidade como um processo Histórico .....	16
1.2- Os Institutos Ilustrados e o Ensino de História .....	25
1.3- “O ARARIPE será o mais escrupuloso expositor dos fatos”: A importância do impresso para a historiografia do Cariri. ....	33
1.4- Guerra, Luta, Liberdade, Revolta e Revolução: Os conceitos e sua importância para a Historiografia e o Ensino de história. ....	38
1.5- Liberdade, Guerras, revoltas e revoluções: Breve análise dos conceitos no Livro Didático. ....	45
<b>2- Tessituras: A construção historiográfica do Cariri e da Guerra .....</b>	<b>54</b>
2.1- Uma escrita datada: A Historiografia Tradicional sobre a Guerra do Pinto Madeira.....	56
2.2- A Guerra do Pinto Madeira em estudos recentes.....	81
<b>3- O Ceará e o Cariri Cearense no Ensino de História (séc. XIX ao XXI).....</b>	<b>99</b>
3.1- O Ensino de História entre teorias e práticas: Desafios da História escolar no Brasil.....	100
3.2- A História Nacional encadernada: produção de Livros Didáticos de História do Brasi.....	104
3.3 - O olhar histórico a partir do micro: História Regional e Local.....	107
3.4 - O Ceará e o Cariri no ensino de História .....	112

3.4.1 - Trajetórias: História nacional e História do Ceará no ensino – anos finais do Império e início da República.	113
3.5 - O Ceará e o Cariri nos livros didáticos do século XXI	127
<b>4- Toda História é um jogo: O Cariri Cearense no Jogo da História.....</b>	<b>135</b>
4.1- <i>Novas metodologias: Jogando com a História</i>	136
4.2- PlayHistória: O jogo da História Local emaranhado às lutas que moveram a humanidade.....	137
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>144</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>146</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>148</b>

## **INTRODUÇÃO:**

Esse estudo nasceu de duas inquietações constantes. A primeira diz respeito a uma necessidade pessoal de entender o papel que Guerra do Pinto Madeira desempenhou na História de uma forma geral. Desde muito nova, na minha cidade natal, Jardim - CE, eu ouvia constantemente falar sobre Pinto Madeira, sobre o padre Benze Cacetes e sobre a guerra. Para meu falecido avô, Pinto Madeira e o padre eram heróis, capazes de fazer muitos homens lutarem pela causa do Rei. No museu da cidade de Jardim eles recebem espaço especial, a história da guerra é narrada através de quadros feitos pelo artista plástico e coordenador do museu, Luís Lemos. No entanto, logo nos primeiros contatos com a sala de aula, percebi que, por mais importante que essa história parecesse para a cidade, no currículo escolar de História não havia espaço para ela.

E é essa a segunda inquietação, porque um fato tão importante, com características e motivação tão peculiares, não encontra espaço no ensino, nos livros didáticos, nos livros voltados para a História do Ceará? Busquei sanar essas inquietações durante a graduação, a tentativa de escrever o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema me mostrou que existia muito mais sobre a guerra do que um “conflito de coronéis”, e demandaria muito mais tempo para conseguir algum sucesso. Então o plano de estudar a Guerra do Pinto Madeira foi adiado, e inquietação virou um débito comigo.

Com esse estudo ambas as inquietações devem ter fim, uma vez que ele analisa os escritos sobre a guerra, desde os mais tradicionais, ou pioneiros, até estudos mais recentes, entendendo como ela foi forjada e, através dessa construção, qual o espaço que é dado ao conflito na História e no ensino de História. Para tanto, além de análise bibliográfica estudei jornais, livros, revistas, busquei mostrar os embates pela formação da Identidade Nacional, do Estado Nacional, e inserir a Guerra do Pinto Madeira como um deles, ressaltando que, para além de uma desavença de coronéis ou de uma disputa por poder político na região do Cariri Cearense, ela figura como um conflito pós independência, que tinha uma ideia de Estado bem diferente daquela que prevaleceu.

Por ter no ensino de História o meu lugar de atuação e de fala, percebi que esse estudo não estaria completo sem um espaço para discutir sobre a influência exercida pelos intelectuais pioneiros e os Institutos Ilustrados no ensino de História. Foi através da percepção de que os conteúdos lecionados seguem ainda bases distantes do que é vivenciado em cada região, que incluí um tópico para discutir a influência dos Institutos no ensino de História. Através desse tópico, as análises sobre o Cariri e o Ceará nos livros didáticos foram feitas. Partindo de livros dos séculos XX e XXI, e de um breve histórico sobre o ensino de História e sobre a trajetória

da História Nacional e História do Ceará no ensino, consegui entender que, alicerçado sob tais bases, nosso ensino de História local deixa a desejar e vem repetindo antigos vícios, o que pode ser observado através dos livros didáticos de História do Ceará adotados mais recentemente, que replicam as versões antigas dos fatos, agora acrescidas de imagens e recursos que as normas para a publicação de livros didáticos preveem.

Assim um tópico foi apontando a necessidade do que viria a seguir, e a escrita pareceu tomar seu próprio rumo ao perceber lacunas e determinar que elas deveriam ser trabalhadas. Tratar sobre Ensino de História local mostrando como a Guerra do Pinto Madeira foi construída através de sua escrita, me mostrou que, enquanto professora e pesquisadora, estou em um lugar privilegiado de ação. Pesquiso e ensino, portanto sei das lacunas existentes quanto a História local, que está presente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas não aparece no currículo do Ensino Médio, ficando a critério do professor inserir ou não os conteúdos de História relacionados ao local em suas aulas. Para que haja essa inclusão é necessário que o professor tenha tempo para dedicar a pesquisa, o que na maioria das vezes não acontece.

Por isso, como produto final esse estudo traz, em seu último capítulo, a descrição de um jogo de História local, o PlayHistória, que aborda a Guerra do Pinto Madeira em múltiplas possibilidades, colocando-a lado a lado com eventos mais conhecidos pelos alunos, como as guerras gregas, sobre as quais já existem jogos, muito famosos entre os estudantes. O jogo PlayHistória tem diversas fases, através das quais espera-se que o aluno perceba as múltiplas possibilidades em um evento histórico, e uma concepção de história sempre presente. Mais do que uma forma de sintetizar conteúdo, o PlayHistória é uma ação diante do problema apresentado, e tem como um de seus objetivos dinamizar o ensino de História local, chamando a atenção dos professores para essa lacuna.

Ao ser disponibilizado em escolas de Jardim e Crato, junto com um manual para os professores de História instruindo-os sobre o conflito apresentado, o jogo poderá ser usado tanto em História, quanto na disciplina de Estudos Regionais, e apresenta conceitos, como o conceito de Guerra, de forma prática e dinâmica. Lado a lado com conflitos conhecidos dos quais a maioria dos alunos sabe apontar causas e consequências, A Guerra de Pinto Madeira é inserida como um fato histórico que acarretou mudanças definitivas não apenas a nível local. Ademais, o jogo pode ser usado tanto no Ensino Médio quanto no Fundamental, encontrando conteúdos presentes nos livros didáticos aos quais ele se relaciona.

Os dois anos de pesquisa puseram fim às inquietações iniciais, dando espaço a muitas outras. Entender que sobre esse conflito ainda há muitas possibilidades de pesquisa, que ele vem sendo abordado seguindo a mesma ordem dos fatos, sem muitas contestações, e que figura

entre os acontecimentos históricos importantes do século XIX; muito longe de apontarem para conclusão do estudo, me mostraram o que ainda pode e deve ser feito.

## **CAPÍTULO 1: *A formação da Identidade e Estado Nacional: Um processo Histórico.***

Após 1808, com a vinda da família real, o Brasil passa de Colônia a Reino Unido, e, com o passar do tempo, na prática, se torna o centro das atividades da Metrópole. Os descontentamentos dos portugueses, residentes em Portugal, com essa situação, começam a delinear, através de embates diversos que apresentaremos ao longo deste capítulo, o que seria a separação de identidades, por tratar de portugueses e brasileiros, referindo-se inicialmente ao local onde haviam nascido, e, aos poucos, percebe-se a construção de um “ser brasileiro”, diferente do “ser português”, amplamente divulgada pelos impressos. O Estado Nacional também é fruto de uma construção<sup>1</sup> que pode ser entendida como processo histórico, tendo vencido o projeto de centralização, entre tantos outros existentes.

Os séculos XVIII e XIX dão espaço aos embates formadores da Identidade Nacional, onde o ser brasileiro foi definido geralmente vinculado aos acontecimentos externos políticos ou econômicos, como a Regeneração Portuguesa<sup>2</sup>; relacionado às vontades de personagens, ou, ainda, a uma brasilidade “inata” construída para o Brasil por diversos autores. (RIBEIRO, 2002). Uma nacionalidade foi paulatinamente inventada e colocada em voga por meio de impressos diversos que circulavam na época e por meio de projetos de Nação percebidos através de conflitos diversos. Havia então, a necessidade de fixar essa identidade, fortalecer o Estado Nacional, sobretudo na segunda metade do século XIX. É o caso da Guerra do Pinto Madeira, através da qual percebemos um projeto de Nação, uma tentativa de construir a Nação pautada em determinados princípios.

É no decorrer do século XIX que o discurso historiográfico ganha estatuto de cientificidade e o historiador, antes homem de letras, passa a ter o status de pesquisador, sendo o responsável, através de seus escritos, pela formação de uma nação homogênea e estruturada em bases sólidas pela História, que deveria exaltar o passado para construir o presente, este tinha um modelo exato a ser seguido e consolidado pelo passado, restava construir os fatos para que esse modelo fosse atingido, através dos escritos com características positivistas e teleológicas desses intelectuais.

Dessa forma, para melhor situarmos o contexto em que estão inseridos os movimentos sobre os quais a historiografia aqui analisada, trataremos nesse capítulo da formação da

---

<sup>1</sup> Sobre essa construção, ver: José Murilo de Carvalho, “A construção da ordem: A elite política Imperial. Teatro de sombras: A política Imperial, 1939. Keile Socorro Leite Félix, “Espíritos Inflamados: A Construção do Estado Nacional Brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817 – 1840), Dissertação de Mestrado, 2010. Gladys Ribeiro, “A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado.”, 2002.

<sup>2</sup> Conhecido na época como Regeneração, uma vez que a palavra Revolução era raramente utilizada. Foi um movimento iniciado na cidade de Porto, em Portugal, a partir de 1820, e visava levar o Rei de volta ao Reino Português, reestabelecendo sua independência frente ao Brasil.



Identidade, através de conflitos entre portugueses e brasileiros, e do Estado Nacional, ambos como processos Históricos, fixados nas páginas de jornais, artigos e livros produzidos nos oitocentos. Também escritos por intelectuais ligados aos Institutos Ilustrados, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, cujos conceitos chegam direta e indiretamente ao Ensino de História. Nos dedicaremos igualmente a entender os diferentes conceitos usados nos diversos estudos para designar a Guerra do Pinto Madeira.

### **1.1: A Nacionalidade como um processo Histórico:**

(...) O que visamos é observar como o discurso que define o brasileiro constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade. Ou, dito de outra forma, procuramos compreender os processos discursivos que vão provendo o brasileiro de uma definição... (ORLANDI, 1990, p. 12)

O trecho do livro “Terra à vista” ilustra bem o objetivo de compreensão da nacionalidade e do ser brasileiro enquanto processos históricos, que se desenrolam desde os primeiros contatos entre brasileiros e portugueses. Dessa forma, buscaremos nesse tópico entender como o ser brasileiro foi sendo delineado enquanto fixava uma identidade entre os séculos XVIII e XIX, em especial através da imprensa, que divulgava e fazia circular ideias, e como se deu a construção do Estado Nacional construído pela elite política, em meio a tantos ideais de Estado que conflitavam entre si.

Enfatizamos o papel da imprensa nesse processo, em especial para a formação da identidade, por entender que jornais e impressos diversos “Atuando no calor da hora, construía a realidade e eram construídos por ela. Exerciam com vigor e combatividade a sua função de formação de uma opinião pública na corte. (RIBEIRO, 2002, p. 29), eles faziam circular notícias, réplicas e trélicas, editados tanto no Brasil quanto em Portugal, criavam os conceitos e os punham em circulação. Para entender a construção do ser brasileiro nesse período, analisaremos edições dos jornais “Reverbério Constitucional Fluminense”, “Malagueta” e do “Correio do Rio de Janeiro”, entre 1822 e 1831, que através de notícias, cartas e discursos, mostram qual a imagem do brasileiro estava sendo construída para a opinião pública.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Jornais e periódicos escolhidos para a análise devido ao acalorado debate do qual foram palco. Nesses jornais, que atuavam no calor do momento, foi, aos poucos, sendo construída uma identidade para o ser brasileiro e o ser português, diferenciando-os. Essa identidade presente em notícias, cartas e discursos, mostra como a identidade para o brasileiro foi construída na opinião pública. Pinto Madeira também construiu uma imagem para seus

O “Reverbério constitucional Fluminense”, era dirigido por Joaquim Gonçalves Ledo e o padre Januário da Cunha Barbosa, que se intitulavam “Dois Brasileiros Amigos da Nação e da Pátria”, O “Correio do Rio de Janeiro” era dirigido por João Soares Lisboa, ambos publicavam, entre outros, atos governamentais concordando ou não com os mesmos. Enquanto “A Malagueta”, dirigida por Luis Augusto May, trazia na primeira folha um trecho de Rousseau sobre o Estado, e da ponta de sua pena saíam artigos únicos e reflexivos.

Após a chamada Regeneração Portuguesa em 1820, as cortes lisboetas se estabeleceram e tinham metas de reestabelecer a independência de Portugal, levando de volta o Rei, que se encontrava no Brasil desde 1808; fortalecer o comércio a partir das cidades portuguesas, garantir os direitos de cidadania dos lusos estabelecidos no continente europeu, como o direito de convocação das cortes e uma Constituição Liberal; em suma, desejavam liberdade, o fim do absolutismo e da tirania. Mas essa liberdade não poderia atingir o Reino do Brasil, pois as cortes mostravam a intenção de recolonização para essas terras.

Os folhetos impressos em Portugal tentavam desqualificar os brasileiros, para tanto, eles mostravam e acentuavam as diferenças entre os habitantes dos dois reinos. Baseando-se na cor como principal distinção, esses impressos “*Chamavam-nos de ‘macacos’ e ‘negrinhos’*” (RIBEIRO, 2002, p. 30), para eles, tal população seria um perigo para o progresso, tão desejado naquele momento. Mas em resposta alguns portugueses que moravam no Brasil escreviam panfletos defendendo os habitantes e o Reino do Brasil, ressaltando as riquezas do território, assim como o coração bom dos brasileiros, termo usado em alusão ao local de nascimento, pois ambos seriam habitantes de dois hemisférios do mesmo Reino.<sup>4</sup>

As defesas feitas aos brasileiros em panfletos escritos pelos portugueses, no entanto, não modificaram a decisão do Parlamento português em não aceitar a proposta de separação dos dois Reinos com administrações diferentes, levada pela delegação de São Paulo, que tomou assento no Parlamento a 11 de fevereiro de 1822. As cortes lisboetas pediram punição para a Junta de São Paulo no mesmo ano, e desfizeram a comissão criada para tratar sobre os assuntos do Brasil. Para eles, a separação causaria danos pois seu objetivo era preservar a soberania portuguesa no “Sistema Luso-Brasileiro”. Esse conflito, que tinha como foco o predomínio econômico e a disputa de mercados pelos dois reinos, começa a moldar uma separação de quem

---

“cabras” através de um discurso, onde os convoca para lutar e os chama de “brasileiros” ao ressaltar a necessidade de defender a pátria, a Igreja Católica e o Imperador. Podemos ver semelhanças entre o “brasileiro” do discurso de Pinto Madeira, o brasileiro construído para a opinião pública.

<sup>4</sup> Carta assinada por “Hum Portuense imparcial”, remetida ao Sacristão de Carahi e Estudante Constitucional, em 1821. Retirado do livro “A liberdade em Construção” de Gladys Ribeiro, 2002.

seriam os europeus, portugueses, e os americanos, brasileiros, diferente das tentativas anteriores de marcar ambos como irmãos de uma mesma nação vivendo nos dois Hemisférios.

Se antes os escritos brasileiros tentavam sublinhar a irmandade dos habitantes dos dois lados do Hemisfério, afirmando que ambos deveriam se unir por serem pertencentes a uma mesma Nação, agora:

(...) os discursos emanados do Brasil passaram a exigir o respeito às nossas especificidades, às nossas instituições, à nossa emancipação, entendida como autonomia. As Cortes lisboetas foram caindo em descrédito, passando a serem igualmente vistas como tirânicas e desejosas de agrilhoar novamente a ex-Colônia. (RIBEIRO, 2002, p. 42-43)

Com a pretensão das Cortes Lisboetas em recolonizar o Brasil, os discursos que circulavam nos panfletos e jornais, em 1822, mudam, passando a defender os brasileiros e a sua Nação, criando para estes uma imagem que seria diferente da dos portugueses, o brasileiro como sendo o outro, agregando valores e qualidades que faltam aos portugueses. Se até esse momento nascer brasileiro significava ser português, designando apenas o local de nascimento dentro da Nação portuguesa, a partir de então outros significados podem ser percebidos, como na nota feita pelo padre Januário da Cunha Barbosa, ao seu discurso proferido no ato da eleição paroquial de Santa Rita:

Quando digo *Brasileiros* entendo geralmente os habitantes do Brasil, ou deste, ou de outro Hemisfério, reservando, a exemplo do nosso escritor *Hipólito*, o nome = *Brasiliense* = para quando me for preciso falar dos filhos do Brasil; não faço diferença entre Europeu e Brasiliense, a todos amo, quando sei que se empenham pela nossa *justa Causa*<sup>5</sup>.

Dessa forma, o brasileiro vai sendo construído como aquele que luta pela liberdade, os “idoltras da liberdade”, como nomeia o padre Januário da Cunha em seu discurso. Ser brasileiro representava ser contra a recolonização, mesmo tendo nascido em Portugal. Isso porque nesse momento a noção de Pátria não era bem delimitada, e “não significava uma sociedade que se reconhecia com uma identidade e cultura próprias, dentro de um espaço único.” (RIBEIRO, 2002, p. 47). O ser português era cada vez mais ligado ao absolutismo. O que criou um antilusitanismo usado politicamente e divulgado pelos jornais, separando cada

---

<sup>5</sup> *Reverbério Constitucional Fluminense*, 30 de Julho de 1822, nº 10, p 117.

vez mais a população que se considerava brasileira, dos considerados inimigos da “causa do Brasil”<sup>6</sup>.

A separação se dá inicialmente sem fazer relação com o local de nascimento, ser português ou ser brasileiro era questão de posicionamento a favor ou contra a liberdade, entendida como o direito político de separação do Brasil com relação a Portugal. Aos poucos, o ser português adquire características que o tornam o inimigo do Brasil, enquanto os brasileiros eram amigos da liberdade, sendo os “Atenienses da América”<sup>7</sup>. Assim:

(...) tentava-se criar o sentimento de pertencer a alguma comunidade que tivesse identidade de interesses. A Nação brasileira deveria ter vida própria e até mesmo uma história, de luta contra os monopólios e contra o sistema colonial, ou seja, de valentias contra a opressão do absolutismo. Mostrando que os “brasileiros” compartilhavam um passado, fazia-se necessário partir das experiências únicas para a criação de símbolos que lembrassem o pertencimento (cidadania), atualizassem e reatualizassem as vivências comuns, festejando a Pátria e a Nação. (RIBEIRO, 2002, p. 63)

Nos jornais cresce a repetição do mesmo discurso sobre a separação política, falam em ameaças vindas da Europa, em reação às atitudes das cortes, no perigo de perder a liberdade e não alcançar o progresso. Em Setembro de 1822, o “Correio do Rio de Janeiro”, referia-se a Portugal como:

(...) huma mizera ambicioza, que por acazo encontrando hum inocente menino incauto com riquíssimo patrimônio, sem que tivesse conhecimento do mundo, ella falça o afagou e com Jezuitica doutrina o teve sempre nas trevas para que não conhecesse seu talento, merito e riqueza; a fim de locupletar-se, e engrandecer-se com o roubo, que lhe fazia dos rendimentos de seus bens, e á custa de sua ignorância, fraqueza, e timidez com atrevida, e astuciosa, prepotencia assim o conservar como seu escravo para sempre (...)<sup>8</sup>

De Pátria Mãe, Portugal passa a uma madrasta má, que havia privado o filho de suas riquezas, não aceitando seu crescimento e a sua fortuna, agindo com egoísmo ao ser monopolizadora, que enviava “mandões” para governar, roubando ainda mais o que havia de riqueza e praticando “atos despóticos”, como proibir o comércio com outras Nações. No mesmo número, o jornal faz uma comparação afirmando que os espanhóis, por exemplo, deram

---

<sup>6</sup> Termo usado na época para referenciar a Independência do Brasil, formando uma Nação Constitucional. Os conceitos iam sendo criados e feitos circular, pela imprensa de modo geral, de acordo com o momento pelo qual o país passava. Dessa forma, encontramos referência a “causa do Brasil”, relacionado a independência, a Constituição e ao conceito de liberdade, nos diferentes autores estudados.

<sup>7</sup> Parte de um trecho atribuído a José Bonifácio, 1823, onde o mesmo descreve o caráter geral do português e do brasileiro. Retirado do livro “A liberdade em construção: Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado” de Gladys Ribeiro, 2002.

<sup>8</sup> *Correio do Rio Janeiro*, 23 de Setembro de 1822, nº134, p. 601.

universidades a sua parte da América, os ingleses deram civilidade e liberdade econômica, enquanto os portugueses apenas retiraram e privaram sua Colônia na América.

Mesmo com a atribuição dessas características que tecem a identidade do brasileiro, a construção do país enquanto Nação encontra embates ao longo de muitos anos. Após a independência, no sete de Setembro de 1822, a crítica aos portugueses passa a ser ligada à Pátria. Nação portuguesa passou a ser sinônimo de Portugal, das atitudes contra a liberdade, e os portugueses são constituídos como inimigos do Brasil. Já podemos perceber uma separação de ser brasileiro e ser português, agora desligam-se as pátrias, e cada uma constituiu uma Nação.

É ainda o “Correio do Rio de Janeiro” que encerra a edição de 21 de Setembro de 1822 afirmando:

O Deos da Natureza fes a America para ser Independente, e Livre: o Deos da Natureza conservou no Brasil o Principe Regente para ser Aquele, que Firmasse a Independencia deste vasto Continente. Que tardamos? A Epoca é esta. Portugal nos insulta... a America nos convida... e a Europa nos contempla... o Principe nos deffende... Cidadãos! Soltai o grito festivo... Viva o Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro Primeiro<sup>9</sup>.

Definida a ideia de uma Nação livre, definem-se seus cidadãos, e aqueles contra quem deveriam insurgir-se: os inimigos da “causa do Brasil”, inimigos da liberdade, adeptos do absolutismo que desejavam submeter e aprisionar o Brasil. Esse é o momento de separação entre o que é ser português e ser brasileiro, mas ainda não se tinha uma precisão quanto a quem eram os “portugueses” brasileiros, pelo menos não no âmbito político, uma vez que qualquer pessoa nascida em Portugal, portanto que jurasse lealdade a causa do Brasil, poderia obter o título de cidadania brasileira e passar a residir no país, contanto que fosse para trabalhar.

Segundo Gladys Ribeiro, (2002), de acordo com a Constituição de 1824, eram considerados brasileiros os portugueses que: “*houvessem aderido expressa ou tacitamente, pela continuação de sua residência no país, à ‘Causa Nacional’*”. Mesmo jurando a “Causa do Brasil”, os estrangeiros eram alvo de desconfianças, e através de muitos decretos e portarias, a vigilância com relação a eles aumentou, foram criados livros de escrituração onde todos os estrangeiros deveriam estar registrados, constando seu nome, rua, casa, estado civil, situação de trabalho, tudo deveria ser comunicado a Intendência; Alvarás, fiscalização da entrada marítima entre outros aparatos. Ainda que com todo esse controle, e as definições atribuídas ao brasileiro, as confusões com relação a cidadania e identidade nacional perduraram, e os conflitos internos entre a população aumentavam.

---

<sup>9</sup> *Correio do Rio de Janeiro*, 21 de Setembro de 1822, nº 3, p. 299.

O antilusitanismo provocava problemas na esfera das vivências cotidianas, pois cresciam as rivalidades, que não se restringiam a separação entre ser português e ser brasileiro, mas diziam respeito a luta pela sobrevivência e, muitas vezes, por privilégios e ocupação de cargos que os portugueses haviam conseguido. Ficava cada vez mais clara a separação entre as Nações, a divisão de ser português e ser brasileiro tomava cada vez mais espaço mesmo nas províncias pelo Brasil. Na Guerra do Pinto Madeira podemos perceber essas questões relativas ao ser brasileiro e a identidade nacional, por exemplo, no discurso proferido por Joaquim Pinto Madeira ao convocar seus homens para lutar:

Brasileiros. É chegada a hora da nossa regeneração politica. Epoca em que malvados liberais vão ser punidos de tão horrosos crimes por eles perpetrados. Brasileiros. Estou em campo; reuni-vos a mim e vamos desafrontar a nossa honra tão manchada por essa vil escoria de sevandijas, que com o titulo de liberais têm feito viva guerra à religião e ao trono do melhor dos soberanos. Brasileiros. Nem mais um dia devemos esperar, e mostraremos ao mundo inteiro nosso sentimento quanto ao extraordinário insulto feito a nosso adorado Imperador, o senhor D. Pedro I no sempre lembrado dia 7 de abril. Dia enfim que se sepultara para sempre a honra brasileira no túmulo infernal da ingratidão e do oprobrio, se um rompimento inesperado, se uma vingança terrível contra os malvados não aparecem nesta ocasião para nos separar do mundo deles.<sup>10</sup>

A insistência em chamar a esses homens de brasileiros aponta para a discussão em torno da formação da nação brasileira, e do ser brasileiro. Madeira, nesse discurso, chama atenção para esses homens, que, a seu ver, eram impedidos pelos liberais do direito a ser brasileiro. Todo o conflito, portanto, perpassa as questões referentes a formação da identidade nacional no pós independência.

Ilustrativo das desavenças e do antilusitanismo foi o conflito ocorrido no Teatro São Pedro de Alcântara, nos primeiros anos após a abdicação de D. Pedro I, quando, após uma briga entre dois oficiais do exército, um brasileiro e outro nascido em Portugal, ambos receberam ordem de prisão mas o oficial de origem lusitana conseguiu fugir. Devido a fuga, iniciaram-se protestos populares contra a prisão do brasileiro, os populares acusavam os guardas municipais e o Juiz de Paz que estavam presentes de deixarem o oficial luso fugir. Por conta dos protestos o Juiz de Paz mandou fechar o teatro, causando ainda irritação, xingamentos e gritos da população. Um tiro acidental foi disparado por alguém da plateia e os guardas municipais abriram fogo contra a população deixando mortos e feridos. A revolta se espalhou pela cidade com protestos.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Trecho retirado de Ana Sara Irff. “O Cabra do Cariri Cearense: A invenção de um conceito oitocentista.”, 2015.

<sup>11</sup> Noticiado pelo jornal *Nova Luz Brasileira* em 30 de Julho de 1831.

No mesmo jornal em que esse conflito foi noticiado, o “Nova Luz Brasileira”, percebemos ainda outros traços de desavenças entre portugueses e brasileiros:

Tenho visto e ponderado da minha parte sobre a representação intitulada do Povo e Tropa, que veio remetida a esta Camara com Officio do Ministro da Justiça de 16 do corrente, na qual pedem os representantes a expulsão de 89 pessoas, que dizem serem inimigos da Nação Brasileira e que contra ella tramão sulapadamente; e além disto que seja prohibida a emigração portugueza por espaço de 10 annos (...)<sup>12</sup>

Essa divisão não é resolvida com a Independência, tampouco com a outorga da Constituição, e persiste após a abdicação do Imperador, durante a Regência e mesmo durante o segundo Reinado. A formação da Nação brasileira só pode ser entendida através de um processo histórico por tratar da transformação de um estado em outro, ou seja, de Nação portuguesa na América, para Nação brasileira. Esse processo “*relaciona-se a ideia de ação, pressupondo, necessariamente, a mudança, bem como a passagem do tempo, imprescindível para o acontecimento.*”, (IRFFI, 2015, p. 20), tanto para a formação da Nação, quanto para a consolidação desta, foram necessários tempo, mudança e ação, o que indica tal consolidação como processo que só terá sentido se pensado numa perspectiva histórica.

Os conflitos que eclodiram pelo Brasil; a exemplo dos ocorridos no Nordeste, Revolução Pernambucana, em 1817, Confederação do Equador, 1824, a Guerra do Pinto Madeira entre 1831 e 1832 e outros conflitos do período Regencial, como a Farroupilha, Sabianada, Cabanagem e Balaiada; mostram que a Nação não foi construída uniformemente: existiam muitos projetos em confronto que propunham a separação, maior autonomia das províncias e mesmo a restauração de D. Pedro I. Ou seja, a Guerra do Pinto Madeira está ligada profundamente às disputas em torno do pós independência, sendo assim essencial que essa guerra esteja presente nas aulas de História que discutem o assunto, e mesmo nas discussões sobre formação de identidade Nacional.

Mas o projeto de Estado nacional que foi adotado após a independência pela elite imperial, entre tantos outros que poderiam ser escolhidos, representou um processo político<sup>13</sup>. Assim, essa elite “conseguiu reduzir os conflitos nacionais, manter a unidade nacional e limitar a mobilidade social, deveu-se à maior unidade ideológica pela qual passou através do treinamento oferecido pelo Estado” (FÉLIX, 2010, p. 12), por ser ideologicamente homogênea,

---

<sup>12</sup> Nova Luz Braziliense, 30 de Julho de 1831, nº 156, p. 811

<sup>13</sup> Referência ao livro “*A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: A política Imperial.* De José Murilo de Carvalho, 2003, que propõe como explicação para a solução monárquica do Brasil, a interpretação com base nas decisões tomadas por uma elite política existente a época da Independência.

formada a imagem e semelhança da portuguesa, treinada através da educação em Coimbra e sem acesso a doutrinas ideológicas revolucionárias.

Para José Murilo de Carvalho, (1939), ao passo em que o Estado criou a elite, através de treinamento para gerir as funções de governo, foi criado pela mesma, gerando a monarquia, a unidade, a centralização e a baixa representatividade que fortaleceram o Estado, em especial no tocante ao controle social. Em outras palavras, essa elite foi capaz de “construir a ordem”, pela sua já citada, homogeneidade ideológica.

A tensão política em torno do Estado Nacional cresce após 1831 quando a popularidade do Imperador, conseguida após a Independência, começa a cair e:

Na oposição, militavam os liberais, insatisfeitos com as práticas despóticas do imperador; os republicanos que, embora minoria, atuavam na imprensa e nas ruas; e os brasileiros em geral, irritados com a lusofilia do governo e de seus áulicos. Para acalmar os ânimos, o imperador viajou à província de Minas Gerais no início de 1831. Ao retornar ao rio de Janeiro em março, houve sérios conflitos de rua entre brasileiros e portugueses, que duraram cinco dias. (CARVALHO, 2012, p. 84)

As tensões descritas aumentam quando alguns ministros foram demitidos e 4 mil pessoas se reuniram no Campo de Santana para exigir o retorno destes, a essa multidão se uniram deputados, forças militares e juízes de paz, era uma rara manifestação que teve como desfecho o anúncio da abdicação, na manhã do dia 7 de março de 1831. A saída do imperador dá início a um período de grandes agitações políticas e um certo predomínio do ideal de Nação do liberalismo moderno, uma vez que “o país passava a se autogovernar, sem a mediação de uma figura real.” (CARVALHO, 2012, p. 87). Essa sensação de liberdade levou a inúmeros conflitos, cujos motivos variavam sempre em torno do anseio por maior liberdade às províncias, restauração da figura do imperador e adoção do federalismo, conflitos que o Estado Imperial, teve que conter para manter a unidade.

O quadro abaixo sintetiza as principais revoltas ocorridas de 1831, logo após a abdicação, até 1835, um ano após a morte do imperador, quando os revoltosos perdem sua causa:

**Quadro 1:** Principais revoltas 1831-1835  
**Principais Revoltas – 1831 a 1835**

<b>Ano</b>	<b>Revolta</b>	<b>Localização</b>
1831-1832	Seis Rebeliões	Corte
1831	Setembrada	Recife



1831	Novembrada	Recife
1832	Abrilada	Pernambuco
1831-1832	Guerra do Pinto Madeira	Ceará
1832-1835	Cabanada	Pernambuco/Alagoas
1832-1833	Crise Federalista	Salvador
1833	Sedição de Ouro Preto	Ouro Preto
1834-1835	Carneirada	Recife
1835	Revolta dos Malês	Salvador

**Fonte:** Livro “A Construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial”, 1939, (adaptado)

A quantidade de revoltas em curto espaço de tempo revela a dificuldade em estabelecer um sistema nacional e construir a ordem com base na dominação e centralização, com exceção da Cabanada, que teve como principais participantes pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos, e da Revolta dos Malês, única composta por escravos que espalhou o medo de envolver escravos em revoltas, as demais tiveram a participação do povo e tropa<sup>14</sup> traduzindo a inquietação da população urbana. Protestavam pelo retorno do imperador, contra o alto custo de vida, contra a desvalorização da moeda, e tinham os portugueses como alvo principal da ira popular. Em muitos relatórios de presidentes de províncias essas revoltas são associadas ao atraso, a desordem seria o oposto do progresso.

Os discursos das autoridades locais da época tentavam cunhar uma imagem para as revoltas como sendo idealizadas e colocadas em prática por particulares, pessoas com interesses delimitados, os “facinorosos”, “anarquistas” e “turbulentos”, que tiravam a paz das províncias com suas ideias de liberdade, o mesmo quadro foi feito para Pinto Madeira, a imagem de facinoroso, inimigo, anarquista e perturbador da ordem esteve sempre associada aos discursos

<sup>14</sup> Por contarem com a participação militar o governo encontra dificuldade em conter essas revoltas, e o Estado Imperial teve que recorrer a criação da milícia civil, a Guarda Nacional, que se torna instrumento de controle das populações revoltosas, a verdadeira arma do governo contra as revoltas urbanas. Para integrar a Guarda Nacional era necessário comprovar uma renda anual de 100 a 200 mil-réis, o que pode ser uma estratégia colocar o controle sobre as revoltas nas mãos daqueles que tem algo a perder. A Guarda Nacional era inicialmente submetida ao Ministério da Justiça, e seus oficiais eram eleitos pelos seus próprios membros. A partir de 1850, os oficiais passaram a ser nomeados pelo ministro da Justiça, o que permitia transformá-la em instrumento de cooptação de proprietários rurais ao conceder-lhes postos oficiais na Guarda. O posto mais alto de sua hierarquia, o de coronel, transformou-se em sinônimo de chefe político.

sobre ele, porém, como um pregador do absolutismo, e não da liberdade. O que demonstra a preocupação em tirar das revoltas a participação do povo, colocando-as como responsabilidade de “homens que se julgam os representantes, de fato e de direito, de vontades que nunca teve o povo, em cujo nome falam”<sup>15</sup>. Nas palavras do governador da Província do Maranhão, Gonçalves de Magalhães, o povo estava ausente nessas revoltas e desejava apenas a paz.

Revoltas que chegaram a dizimar dezenas de homens e mulheres, revelando projetos distintos de Nação não apenas entre as camadas populares, uma vez que envolviam também ricos proprietários. Essa primeira leva de revoltas teve fim em 1835, com a morte do antigo imperador, mas outras as sucederam descentralizando-se para o interior graças ao Ato Adicional que concedeu às províncias assembleia e orçamentos próprios, e deu a seus presidentes mais liberdade ao dotá-los do direito de nomeação e transferência de funcionários públicos, essa segunda leva de revoltas durou até pelo menos 1848, com a Revolta da Praia, em Pernambuco.<sup>16</sup>

Além de criarem o significado e características para as palavras “brasileiro”, “português” e gerir um modelo de Estado Nacional, era necessário compartilhar um passado, inventar um passado do qual a população pudesse se orgulhar para que houvesse o amor à Pátria, firmado nas experiências pretéritas comuns a todos os cidadãos. Para essa missão, os Institutos Ilustrados tiveram papel fundamental, pois tomaram para si a função de registrar essa História. Paralelamente as regiões escreviam seus acontecimentos que pretendiam ver integrando a História do Brasil.

## **1.2: Os Institutos Ilustrados e o Ensino de História:**

A história, principalmente através dos Institutos Ilustrados, toma para si a missão de formar e consolidar uma Nação através de seu passado. Era necessário escrever uma História do Brasil, para que ele de fato pudesse existir, nesse sentido:

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. (SALGADO,1988, p. 6)

<sup>15</sup> Gonçalves de Magalhães, Domingos José, Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1840, São Paulo, Siciliano, 2001, p 76.

<sup>16</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. A Construção Nacional 1830-1889, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

O passado deveria ser, portanto, construído a partir de um objetivo no presente, a consolidação da Nação Brasileira. É objetivando essa construção que os acontecimentos são colocados na ordem do tempo, gestados para obedecer a uma orientação de presente, nessa produção poucos acontecimentos poderiam ganhar destaque, é uma construção evolucionista e teleológica da Nação, nos moldes da historiografia iluminista portuguesa. Esse discurso histórico é produzido a partir de um lugar<sup>17</sup>, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocupado por uma elite intelectual dominante, que era recrutada para o instituto, em seus primeiros anos, através das relações sociais, fugindo a regra das instituições científicas nas quais se inspirava, que tinham como critério que o candidato tivesse produção intelectual na área de atuação do instituto.

Pelas províncias, os Institutos seguiam a mesma lógica de produção de um passado, como o Instituto Cultural do Cariri – ICC, que através de sua revista *Itaytera* publicou artigos sobre a Guerra do Pinto Madeira, criando uma versão para a mesma.

O IHGB, fundado em 1838, preocupou-se em traçar a gênese da nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, levando a cabo um projeto de novos tempos, marcado pela soberania nacional como fundadora da identidade social, uma Nação que deveria ser o retrato da europeia, branca e civilizada. O que seria tarefa descabida, dada a grande diversidade brasileira. Em seus primeiros anos, o instituto procurou priorizar a coleta e armazenamento de documentos que auxiliassem no conhecimento da história do país. Na primeira edição da Revista, é definido como um dos objetivos:

(...) centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias e que podem servir á historia e geographia do Imperio, tão difficil por falta de um tombo ou promptuario de que se possam aproveitar os nossos escriptores, desejam e pedem a sua prompta instalação, debaixo dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e offerecem as seguintes bases para esta utilíssima associação, requerendo ao conselho administrativo que, se as achar convenientes, as adopte para se apresentar á próxima assembleia geral da sociedade, afim de serem definitivamente aprovadas.<sup>18</sup>

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional carregava em si a marca do espírito iluminista, que não seria diferente com o IHGB, a busca por documentos que oferecessem um panorama histórico e, ao mesmo tempo, fossem capazes de revelar e incentivar o progresso brasileiro seria a marca dos primeiros anos do Instituto. A pretensão de uma história completa do Brasil é clara, cada província poderia ter um número ilimitado de correspondentes, o

<sup>17</sup> Na concepção de De Certeau, “A escrita da História”, 2010.

<sup>18</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vol. 1, 1908.

esforço era feito para que todos os documentos pudessem ser agrupados, é a proposta de centralização da história do Brasil, perfeitamente de acordo com a ideia de Estado Nacional pretendida pelas elites políticas e não tão consonante com as ideias propagadas em alguns dos movimentos ocorridos no período.

Em dezembro de 1949 o IHGB inaugura suas novas instalações, no Paço da Cidade, e aprofunda suas relações com o Estado Imperial, passando a ter a presença assídua do Imperador em suas reuniões, o que conferia a este uma imagem de soberano amigo das letras, esclarecido. O discurso proferido por D. Pedro II quando da inauguração da nova sede do instituto, revela essa ligação:

(...) Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas às vezes que tiver a satisfação em tomar parte em vossas lucubrações.<sup>19</sup>

As intensas relações entre o Estado e o intelectual podem ser exemplificadas pela solicitação da lista dos sócios “que bem cumprem com os deveres”, provavelmente dessas listas resultem cargos públicos e bolsas concedidas pelo imperador para viabilizar o trabalho intelectual.<sup>20</sup> também nesse momento que o instituto passa a dar prioridade a produção de trabalhos inéditos tanto em História e Geografia quanto em Etnologia, e os critérios de admissão, ainda que não deixem de lado as relações pessoais, passam a dar mais espaço ao trabalho desenvolvido em uma das áreas de atuação do instituto.

Definindo a nação brasileira a partir de fatos pretéritos, que fossem merecedores de homenagem, e de tão gloriosos justificassem a consolidação de uma nação; negros e indígenas não são incluídos nessa ideia, pois o conceito de nação, segundo Salgado, (1988), é operado “eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu.”. Ambos passam a ser o outro perante o qual uma nação é erguida, para os indígenas era defendida a ideia de que apenas a catequização poderia tirá-los da barbárie e torna-los civilizados. É importante ressaltar que essa escrita é fruto de uma consciência histórica distinta da nossa, tendo sido a forma encontrada por esses homens de letras para dotar o Brasil de uma história que lhe aproximasse do conceito de civilização,

<sup>19</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vol. 1, 1908.

<sup>20</sup> Ver Manuel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5 – 27. No artigo, o autor relata sobre essa relação entre o Imperador e o Instituto, como sendo a responsável pela construção de uma imagem intelectualizada para o mesmo, e para os intelectuais, cargos públicos ou bolsas.

espelhado na Europa. Dessa forma, para que esse projeto fosse consolidado, o ensino de História é peça fundamental, uma vez que:

(...) correram discussões e mudanças nos programas para as escolas elementares, secundárias e profissionais e os objetivos do ensino de História foram se definindo com maior nitidez. Ao mesmo tempo em que seu papel ordenador e civilizador era cada vez mais consensual, seus conteúdos e formas de abordagem refletiam as características da produção historiográfica então em curso, sobre os auspícios do IHGB. (FONSECA, 2006, p 47)

Essa historiografia pensada e escrita pelos intelectuais do IHGB a nível nacional, era influenciadora direta dos conteúdos e abordagens para o ensino de história, durante praticamente todo o século XIX, resultando em uma História ensinada fortemente política, nacionalista e que exaltava mitos fundadores, como podemos perceber no trecho do discurso de Januario da Cunha Barbosa:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes dos seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeráveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior as forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-há fácil pela conjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Imperio<sup>21</sup>...

Em todas as províncias esse esforço de nomear os “melhores filhos”, é notado. O Ceará, por exemplo, entra na disputa por ser pátria de Felipe Camarão, elege Martin Soares Moreno como seu fundador para o quê tem a ajuda da literatura, relega glórias à seus heróis, não diferente as demais províncias que, a seu modo, tentam inserir seus filhos ilustres na história do Brasil.<sup>22</sup>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: “Utilizando-se de categorias próprias da História Iluminista, vai tentar dar conta da especificidade nacional brasileira em termos de sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto de Nações.” (SALGADO, 1988, p. 15), é a tentativa de solidificar a Nação através da história sobre a qual todos deveriam se debruçar para tirar lições que auxiliassem no presente e no futuro.

Assim como o IHGB, o Instituto Histórico do Cariri Cearense, ICC, se propôs a construir uma História para a região ao pontuar como finalidade “o estudo das ciências, letras

<sup>21</sup> Discurso disponível na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vol. 1, 1908.

<sup>22</sup> Francisco Regis Lopes Ramos em “O Fato e a fábula: o Ceará na escrita da História”, 2012, nos delinea como essa seleção de heróis para a pátria foi sendo feita através da historiografia e pela literatura, é ele quem aponta a escolha definitiva por Martin Soares Moreno, ao mostrar a relação da escrita de “Iracema”, por José de Alencar, com a construção da História do Ceará.

e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri”<sup>23</sup>. Seus idealizadores eram, na maioria, homens de destaque político do Cariri, que tomaram para si a missão de repensar a região, colocando-a em destaque através de seu passado. Entre eles, José de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, cujos escritos, entre outros, criaram uma versão para a Guerra do Pinto Madeira. O Instituto foi criado em Outubro de 1953, e logo em 1954 uma das atividades programadas para o ano era procurar o local onde Joaquim Pinto Madeira fora fuzilado<sup>24</sup>.

Outra tarefa para o ano de 1954 que merece destaque foi a construção de um monumento para homenagear os “heróis de 1817”, o que deixa clara a forma como essa história seria alicerçada e quais seriam os fatos a merecer destaque na história da região. Os escritos desses intelectuais findam por construir uma versão para a Guerra do Pinto Madeira, colocando-a como revolta que teria partido da vontade de um homem, e de desavenças políticas, o que a afasta dos estudos a nível nacional sobre o pós-independência, e, conseqüentemente, do Ensino de História. O ICC, constrói para si uma importante imagem, ao, entre outros:

(...) viajarem proferindo conferências e dando entrevistas pelo Brasil afora, como o fez o dirigente do ICC em 1964, José Alves de Figueiredo Filho, que no Rio de Janeiro, na Casa do Ceará, fez palestra sobre o folclore cariense e em São Paulo concedeu entrevista ao escritor e folclorista Alceu Maynard de Araújo, na TV Cultura; ao manter sócios correspondentes em vários pontos do Brasil, como me fortaleza, Manaus, Curitiba, Rio de Janeiro, Teresina, São Paulo, Ouro Preto, Natal, Salvador Recife e João Pessoa; ao enviar a Revista *Itaytera* para várias bibliotecas, algumas vezes em regime de permuta (...) (SEMEÃO, GONÇALVES, ano, p. 6)

Com uma imagem tão sólida criada através de seus intelectuais e de tanta influência, o ICC constrói um capital intelectual, e é o órgão responsável por solidificar a História da região, incluindo-a na História do Brasil. O Instituto angariou para si prestígio e visibilidade por ter se tornado o local de produção da História e da memória do Cariri Cearense, que é levada ao Ensino, tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior, através da Faculdade de Filosofia do Crato, cuja fundação foi incentivada pelo ICC. Essa criação da História e Memória da região também se deu através da campanha pela abertura do museu do Crato e de Bibliotecas. Em todos esses espaços, a versão sobre os fatos passados da região foi se solidificando. Nas edições da revista *Itaytera* muito se fala em liberdade, nos heróis de 1817, na família Alencar, a imagem

<sup>23</sup> Ata da Sessão de Fundação e Instalação do Instituto Cultural do Cariri e de Eleição de Sua Primeira Diretoria. Revista *Itaytera*, nº I, 1955, p.179.

<sup>24</sup> Informação retirada de; “Bibliografia, notas e comentários. Atividades do Instituto Cultural do Cariri em 1954”. In: Revista *Itaytera*, 1955, nº I, p.166.

construída é de um passado de luta pela liberdade, de uma região que teria iniciado a República do Brasil.

Sobre a Guerra do Pinto Madeira, poucos escritos, afinal de contas não era esse o passado que se pretendia desenhar para a região. Encontramos, nas edições digitais da Itaytera, pelo menos três números onde o conflito é mencionado: na edição nº 46, de 2016-2017: “Joaquim Pinto Madeira”, escrito por Fernando Maia da Nóbrega, que explica o conflito como cenário que levou ao assassinato de Pinto Madeira. Edição nº 29 de 1985, “Joaquim Pinto Madeira”, artigo de J. Lindemberg de Aquino, onde a trajetória de Pinto Madeira é refeita através dos estudos de Irineu Pinheiro e João Brígido. O foco do artigo é o assassinato de Pinto Madeira, mas a escrita segue a mesma sequência do artigo de Fernando Maia, escrito em 2016. E no nº 40, de 1996, “Mártires jardinenses das Revoluções de 1824 e 1832”, de Napoleão Tavares Neves. O artigo enumera os que considera “mártires”, e dá uma versão nova para a morte do padre Estevão José Porciuncula, levando a entender que o mesmo teria sido assassinado por monarquistas jardinenses.

Os Institutos exerciam influência sobre o ensino de História no período, como exercem até a atualidade sobre os escritos que se dedicam a entender fatos ocorridos no Cariri. O que foi colocado como importante para a história, continua a ser levado para o ensino, sendo deixados de lado, por exemplo, os ocorridos de 1831 e 1832 no Cariri. Por ter criado uma imagem de briga de coronéis para a Guerra de Pinto Madeira, que é sempre explicada a partir das desavenças já existentes entre Jardim e Crato, esta finda por ser excluída dos livros didáticos, por exemplo, ao tratar sobre o pós-independência.

**Imagem 1:** Índice da primeira edição da Revista do IHGB.

INDICE	
DOS ARTIGOS CONTIDOS NO SEGUNDO VOLUME.	
	Paginas.
PROGRAMMA. — Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos serlões &. — Desenvolvido na sessão de 25 de Janeiro pelo Conego J. da C. Barbosa, Secretario Perpetuo do Instituto. . . . .	3
MEMORIA, ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato-Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 de Janeiro de 1800. . . . .	19
CONTINUAÇÃO do Catalogo dos Capitães-Móres Governadores, Capitães-Generaes, e Vice-Reis, que tem governado a Capitania do Rio de Janeiro desde sua primeira fundação em 1565, até o presente anno de 1811. . . . .	50
JUIZO sobre a obia — Noticia descriptiva da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, por Nicolau Dreys . . . . .	99
JUIZO sobre a obra intitulada. — Examen critique de l'histoire de la Geographie du nouveau Continent, par Alexandre Humboldt, membro honorario do Instituto . . . . .	105
PARECER ácerca da obra intitulada. — Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o titulo de Noticia do Brasil, no T. 3.º da Coll. de Not. Ultr. por Francisco Adolfo de Varnhagen, membro correspondente do Instituto. . . . .	109
PARECER da Commissão de Geographia sobre dous mappas offercidos ao Instituto. . . . .	113

**Fonte:** Fotografia da Revista. Disponível no site da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, da Biblioteca Nacional.

O Ensino de História nas bases do IHGB se propunha a solidificar a nação através dos ensinamentos sobre o passado, sobre os heróis que justificavam o presente e faziam dele digno de glória. Essa criação de fatos históricos brasileiros era acompanhada pelas construções a nível regional como as do ICC. Em outras palavras, iam-se construindo histórias de províncias, como o Ceará, de regiões, como o Cariri, em consonância com a criação de uma história nacional, as identidades regionais ganhavam força, colocavam seus heróis e consolidavam sua versão. Essa construção bem como a ideia de Nação brasileira, obedeciam a interesses de acordo com o período em que a historiografia era gestada e se construía um passado em função de legitimar



o presente, ou seja, de acordo com o período percebem-se diferentes Regimes de Historicidade<sup>25</sup> nessas relações com o passado. A partir da sede do IHGB, no Rio de Janeiro:

(...) seriam criadas instituições semelhantes nas províncias, diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde dever-se-ia, em última instância, concentrar a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil. Esta concepção articula-se na verdade ao projeto mais amplo de centralização política, vitorioso em meados do século XIX. (SALGADO, 1988, p. 16)

No Ceará foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, ao qual o Instituto Cultural do Cariri Cearense era ligado, unindo intelectuais no esforço de construir um passado. Francisco Regis Lopes Ramos ao analisar a construção de um passado para o Ceará através da literatura e da historiografia em “*O Fato e Fábula: O Ceará na escrita da História*”, nos auxilia na percepção dessa invenção dos fatos pela historiografia, através de um número restrito de intelectuais que:

(...) no meio de debates, criaram possibilidades para escolher fundadores convincentes e marcar o início do passado cearense, dando-lhe ordem temporal e uma sucessão de datas e fatos. E, para ser convincente, o herói não bastava ser uma figura desenhada a partir de documentos confiáveis. Operava-se, então, uma narrativa sedutora, envolvente, com trama bem urdida para atrair a atenção do leitor e, se possível, torná-lo cúmplice, partícipe da história que ele lê e da qual participa como cearense que procura conhecer o passado para amar o presente. (RAMOS, 2012, p. 39-40)

Em várias versões são construídos marcos e heróis pelos intelectuais, possibilitando muitas abordagens sobre os mesmos fatos, cada narrativa revela sobre o autor que a escreveu, mas todas tem em comum o objetivo de formar uma sociedade feliz com seu presente por conhecer o seu passado. Os conflitos compõem, nessa escrita, as lições, a não serem seguidas. Esses intelectuais eram homens que, no geral, ocupavam cargos públicos e tinham tempo e dinheiro para gastar com a escrita que certamente não lhes traria retorno financeiro (RAMOS, 2012). Médicos, advogados, farmacêuticos, cientistas, entendiam que o mundo precisava ser explicado pela História, e eles a escreviam temperando-a com as mais diretivas intenções.

A escrita gestada por esses intelectuais chega ao Ensino de História, e a educação de uma maneira geral, uma vez que: “*Foi na perspectiva educativa que os monumentos públicos ganharam um valor a mais. O entrave era a falta de recursos, mas se fazia o possível e, em 1903, a cidade do Crato deu sua parcela. Ergueu, em praça pública, a estátua de Pero Coelho.*”

---

<sup>25</sup> Na concepção de Hartog, 2013, um Regime de Historicidade é a forma como determinada sociedade compreende as relações entre o passado e o futuro. Trataremos com mais precisão sobre o conceito no Quadro Teórico.

(RAMOS, 2012, p. 37). A estátua não durou muito, uma chuva forte seguida de um raio partiu o monumento, mas a intenção de marcar um ícone da história da Região ficou registrada.

Percebemos o monumento como uma forma de levar esse conhecimento gestado pelos intelectuais para a sociedade, mesmo que o papel de fundador do Ceará não tenha sido dado pela historiografia a Pero Coelho, mas a Soares Moreno. A intenção era fazer essas narrativas atingirem a população, consolidando os escritos através de monumentos que, na teoria, são feitos para durar, o que não foi o caso.

Essa historiografia dominada por uns poucos, construída com objetivos delimitados de justificar o presente atuante no século XIX e que persiste no século XX, principalmente em razão dos Institutos Ilustrados, inventou o objeto de estudos História do Ceará sendo parte da História do Brasil. Nesse período, final do século XIX e início do século XX, são publicadas obras voltadas para o Ensino de História sobre o Ceará<sup>26</sup>, sendo grande parte delas escritas pelos mesmos intelectuais que pensavam a história e consolidavam o que seria entendido como fato histórico de acordo com os institutos.

De uma forma geral, a historiografia saída dos institutos e levada ao ensino consolida a Nação brasileira, propaga o sentimento de patriotismo e união a partir dos fatos passados, dando a nova nação uma única história, que fazia dela digna de glória, mas nesses fatos não há espaço para Pinto Madeira e o conflito por ele encabeçados. No Cariri, essa produção teve como alicerce o impresso, que contribuiu de forma definitiva para a criação de uma história para a Região.

“Nós disemos, não exitamos crer, que a imprensa em nossa terra era de urgente necessidade.

(...) e hoje pela primeira vez após duzentos anos de existência social o ameno Cariri lê um jornal impresso na cidade do Crato...”

*João Brígido, em O Araripe, 1855.*

### **1.3: “O ARARIPE será o mais escrupuloso expositor dos fatos”: A importância do impresso para a historiografia do Cariri.**

---

<sup>26</sup> São exemplos desses livros didáticos: História da Província do Ceará (Alencar Araripe, 1867); História do Ceará-resumo didático (Cruz Filho, 1931).

Os trechos retirados da carta aos leitores presente na primeira edição do jornal “O Araripe” mostram a importância que seu editor creditava à imprensa, tanto no tocante a divulgação dos fatos que aconteciam, quanto para a formação de uma intelectualidade no Cariri, ele acreditava que elevaria a pátria caririense<sup>27</sup> em meio ao cenário nacional. É ainda na carta que João Brígido afirma: o jornal “*nunca se afastará dos princípios da justiça*”, e tratará de censurar as “*cousas nunca as pessoas*”. A proposta que nos passa o editor, em sua primeira edição, é de um veículo comprometido com a verdade, a elevação intelectual e moral da região:

Tendo concebido o desígnio de representar, em um quadro fiel, os acontecimentos do Cariry, tão dignos de um profundo estudo não vamos já agora oferecel-os ao publico. Não escrevendo, como testemunha, acontecimentos, cuja impressão tivéssemos recebido, mas recolhendo e pondo em ordem alguns materiaes poucos, que temos encontrado, e socorrendo-nos á uma tradição, que no paíz inspira tão pouca confiança; não nos é dado já agora apresentar de sua história um quadro animado das verdadeiras cores de cada situação, mas apenas, com algumas omissões, uma noticia dos factos que estão sob o domínio dos documentos, ou que a critica tem feito surdir do meio d’um labirinto de informações incoerentes.<sup>28</sup>

A representação em quadro fiel pretendida pelo jornalista é tecida nas edições, como o mesmo adverte na apresentação das Efemérides no jornal, “sob a luz dos documentos”, pois, na sua compreensão, quanto mais detalhado e documentado, mais essa historiografia creditava verdade ao que era escrito.

Mesmo com ares de pioneirismo de “O Araripe”, a imprensa fora introduzida no Ceará cedo, em relação a outras regiões do Brasil. Segundo Figueiredo Filho, essa atividade teria sido iniciada por influência de Tristão Gonçalves, em 1824, com o Diário do Governo Cearense, dirigido pelo padre Mororó, (FIGUEIREDO FILHO, 1963). O Cariri Cearense teve desde muito cedo uma circulação de impressos, que parecem ter dado fôlego para muitos debates importantes na região, podendo ter influenciado direta ou indiretamente o Ensino de História Local e deixando fontes fartas para compreender a historiografia da época. Só no Crato, foram catalogados por Irineu Pinheiro em “O Cariri”, mais de 100 periódicos editados entre 1855 e 1948, entre jornais políticos, humorísticos, estudantis, religiosos, de trabalhadores, revistas femininas, jornais literários, de charges, revistas culturais, e até mesmo um jornal defensor da classe operária, o “Voz do Operário” de 1937.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Nesse período a noção de pátria ainda não estava bem delimitada, portanto as províncias podiam ser entendidas como Pátrias, é o caso citado uma vez que ao referir-se a província onde teria nascido Felipe Camarão é usado o termo “Pátria” (RAMOS, 2012).

<sup>28</sup> *O Araripe*, 19 de Fevereiro de 1859, n° 177, p 02.

<sup>29</sup> Levantamento feito por Irineu Pinheiro, no livro “O Cariri”, (1950), onde o autor destaca os periódicos que circularam na região entre 1855 e 1948.

Esses impressos em circulação na região evidenciam uma imprensa vasta e antiga no Cariri Cearense, palco de querelas, longos debates, em que a região e seus acontecimentos foram construídos, fazendo uma história gloriosa que deveria ser merecedora das atenções do resto do império, como afirmava João Brígido sobre seu jornal. O mesmo acontece a nível de Ceará onde escritos criam o objeto de estudos antes inexistente, dando-lhe origem e um passado do qual se orgulhar, para justificar o presente.

É a partir da década de 1960 que os intelectuais começam a produzir narrativas sobre a História do Cariri recorrendo ao tempo para ser legitimado no passado e exaltar o presente. Esses intelectuais, por meio da imprensa, inventam um passado cearense, um sujeito fundador, disciplinam espaço e tempo. O campo de estudos História do Ceará é delimitado nessa nuance através da literatura, com a obra “Iracema” de José de Alencar, publicado em 1865, que desenha a origem do Ceará com o encontro entre as raças, quando nasce Moacir, filho da índia Iracema, com o branco Martim Soares Moreno. O nascimento do menino representava o início de um povo miscigenado, a morte de Iracema, o fim da sociedade indígena, e a obra, a criação de um objeto de estudos e de uma pátria Cearense.

Mas, não é só na literatura romântica que acontece essa invenção do objeto e da pátria por meio do desvendamento do passado até então desconhecido. O grupo de intelectuais que tinha tempo e dinheiro para se dedicar a escrita, em sua maioria médicos, farmacêuticos, advogados, professores, (RAMOS, 2012,) passa então a buscar o “resgate” da História cearense. A cada impressão colocada em circulação, esses homens de letras tentavam encontrar o que havia na história, mas não estava descoberto. Completar as obras anteriores significava estar um passo à frente, ter uma obra mais completa, que colocasse o Ceará na História do Brasil.

É interessante notar como a literatura e a história se cruzam no tocante a construção da História do Ceará, e o quanto o impresso possibilita a crítica, a contradição, dando espaço para debates como o que buscava fixar uma verdadeira pátria de Felipe Camarão, que já havia sido colocado pela historiografia como um dos heróis da guerra contra os holandeses, justamente por ser considerado um exemplo de brasilidade, o índio que, aliado aos portugueses, derrotou os inimigos holandeses.<sup>30</sup> No jornal “O Araripe”, o que havia sobre a história de Pinto Madeira,

---

<sup>30</sup> Felipe Camarão foi protagonista de embates entre intelectuais sobre onde ele teria nascido. Em 1867, contrariando os escritos de José de Alencar e Alencar Araripe, entre outros, que afirmavam ser o Ceará a pátria de Camarão, Varnhagem escreve um artigo na Revista do IHGB afirmando que Camarão era natural do Rio Grande do Norte. Antes dele, outros intelectuais haviam afirmado que Camarão era de Pernambuco, através dos impressos a polêmica sobre a pátria de Felipe Camarão ganha fôlego.

sua trajetória e ambições, parece ter seguido o caminho contrário, não sendo alvo de querelas, mas sempre dado como certo.

Por toda parte as revoluções causadas pela invenção da prensa de Gutenberg deixaram vestígios que podem ser sentidos até hoje. A forma de comunicação, transmissão de ideias e informações, mudou tão significativamente após a imprensa, que raramente poderíamos imaginar o mundo atual sem ela. E não se trata apenas de um crescimento na quantidade de livros em circulação, mas de todos os tipos de impressos como panfletos, cartazes, folhetos, anúncios públicos, bilhetes, jornais e um incontável número de palavras que passam a ser impressas, encadernadas, repassadas.

A impressão “*multiplicou objetos que eram desconhecidos ou pouco familiares na era do manuscrito e os tornou familiares*”, (CHARTIER, 2014) ela vulgariza esses objetos. No entanto, mesmo representando uma nova forma de multiplicação da palavra, a imprensa não suprime outras formas de comunicação, elas coexistem. O manuscrito não desaparece, nem mesmo as cópias manuscritas de livros deixam de existir, a oralidade persiste, o que ocorre é uma inovação, uma multiplicação de objetos impressos.

Com o impresso a palavra estava acessível a todas as camadas da sociedade, basta lembrar que nesse período as leituras coletivas eram comuns e até cotidianas, além do acesso possibilitado pelas Literaturas de Cordel, produzidas no Nordeste desde o final do século XIX que “*coloca homens e mulheres pobres na posição de autores, leitores, editores e críticos de composições poéticas.*”<sup>31</sup>. Esse acesso também ocorria por meio do Ensino. No Ceará, muitas obras publicadas eram dirigidas ao Ensino de História, em especial. Essa multiplicação de livros e leitores pode ter causado uma subversão da ordem social, pois a imprensa não surge, necessariamente, como exclusividade de uma classe mais abastada. Sobre isso:

Para o estudante culto, a manipulação de livros e leitores que se julgavam cultos mas não eram subvertia as hierarquias dos mundos acadêmico e social, produzia mais desordem que conhecimentos e na verdade não havia gerado nenhum gênio digno de comparação com os velhos Doutores da Igreja. (CHARTIER, Roger, 1945, p 110)

A cópia manuscrita não desaparece em todas as partes com a invenção da prensa. Muitos escritores não tinham total confiança na impressão, seja por temer que seus escritos fossem modificados ou mesmo roubados pelos impressores, ou devido ao fato de que os manuscritos

---

<sup>31</sup> Retirado do artigo “Então se forma a história bonita” – relações entre folhetos de cordel e literatura erudita, de Márcia Abreu.

evitavam a censura prévia e podiam circular na clandestinidade com maior facilidade que as cópias impressas.

A censura, aliás, acompanhada a história da imprensa, mais precisamente da mídia, em todos os continentes, foi ao longo dos anos por muitas autoridades. No Crato o jornal humorístico “O Cratense”, fundado em 1859, foi fechado por ter desagradado autoridades com suas críticas humorísticas, entendidas como ataques pessoais.

Mesmo submetidos à censura: “*A longo prazo eles (jornais) criaram uma cultura política nacional com as notícias que publicavam...*” (BURKE, 2006). Os impressos representaram, ao longo da história, uma forma de sociabilidade política que muito incomodaram alguns monarcas, devido a sua capacidade de despertar na população um censo crítico quanto aos governos, ou de lembrar a mesma sobre o que havia acontecido em outras épocas, reavivando memórias.

Não são apenas os impressos da mídia que carregam esse “poder” de reavivar memórias, a palavra impressa de uma forma geral, foi decisiva em muitos processos revolucionários, como a Revolução Francesa, movimentos como o iluminismo, ou para a afirmação de identidades nacionais, no caso do Brasil, que também teve revoltas iniciadas pelo acesso a ideias consolidadas com a impressão da palavra, a exemplo da Inconfidência Mineira, ou Revolução Pernambucana de 1817.

Os bilhões de livros, folhetos e toda sorte de palavras impressas expressam a força da invenção de Gutenberg, mas a verdadeira revolução está na divulgação de ideias que essa invenção proporciona. Ideias estas que causam transformações e ajudam a consolidar a historiografia. Sem a impressão muitos debates historiográficos, não poderiam ser conhecidos. Como em outras partes, no Brasil a imprensa representa veiculação de ideias, seja clandestinamente, no período de maior censura prévia, ou não. A Imprensa Régia, oficializada em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, era responsável por toda a Legislação e papéis diplomáticos, bem como outras obras que, passadas pelo crivo da censura ficariam pertencendo ao Governo. A junta censora foi inicialmente composta por frei Antônio Arrábida, Luis José de Carvalho e Melo, padre João Manzoni e José da Silva Lisboa. (ABREU, 2010). Em 1815, a então Imprensa Régia passa a chamar-se Real Oficina Tipográfica, nome que mudaria novamente em 1821 para Tipografia Nacional, após o retorno de D. João para Portugal, pois entende-se que pertencia a nação. Com a independência do Brasil recebe o nome de Imprensa Nacional.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (Orgs). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Há registros de tentativas de estabelecimento da impressão no país, em cidades como vila Rica, Recife e Rio de Janeiro, antes de 1808. Foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores brasileiros, incluindo não só livros, mas outras formas de impressos, além de alguns manuscritos inéditos (MOREL, 2015), revelando que, embora a oficialização da imprensa tenha sido tardia no país, a manifestação de ideias que posteriormente seriam impressas não acompanha esse atraso.

Em 1820, com o fim da censura prévia, tem-se o momento crucial para a formação de uma opinião pública no Brasil, fato que também será decisivo para a consolidação da historiografia, e a criação de uma identidade nacional posteriores. O surgimento da imprensa de opinião e textos patriotas, difusores de ideias, traz a tona a figura do homem de letras, que publicava livros, mas sobretudo impressos de combate, seja dirigido à nação, ou para formá-la. A imprensa, portanto, tem o poder de inventar, consolidar e ficar para posteridade, servindo de base para debates e querelas entre intelectuais, e estudos dos mais diversos atualmente.

No caso do Cariri Cearense o primeiro impresso a circular na região, o jornal “O Araripe”, é também o responsável por criar uma e perpetuar toda uma história para Pinto Madeira e a Guerra do Pinto Madeira, é dele que partem os estudos posteriores e mesmo os mais recentes, é a partir da credibilidade conferida a notícia de jornal que os fatos são elencados, ensinados, e ganham força. Quem se debruça a estudar os ocorridos que levaram ao conflito em 1832 tem, na maioria das vezes, o “O Araripe” como fonte. A ausência de querelas sobre ele, e o conflito, como existiram sobre a pátria de Felipe Camarão, sustentam o ar de verdade ao que é exposto nos “Apontamentos para a História do Cariri”, e seguiram por muito tempo sem contestação, ou crítica mais contundente.

#### **1.4: Guerra, Luta, Liberdade, Revolta e Revolução: Os conceitos e sua importância para a Historiografia e o Ensino de história.**

*“Iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est”*

*“A guerra que é necessária é justa, e abençoadas são as armas quando só nelas reside a esperança.”*

(Lívio)

As guerras históricas eram definidas em função da justiça. A justiça do guerrear, “*jus ad bellum*” e a justiça no guerrear, “*jus in bello*”. Desde Lívio a necessidade significava o próprio conceito de guerra. Mas as guerras históricas, se remontarmos aos gregos e romanos,

por exemplo, não tem ligação com o desejo de liberdade, como as guerras ocorridas a partir da Idade Moderna, que estão relacionadas a posse de terras, rotas de comércio, limites territoriais, em todas elas, a violência era entendida como meio e não fim. A noção de que a violência é um crime de guerra só apareceu após a Primeira Guerra Mundial e seu potencial destrutivo ter mostrado quantos horrores podem ser desencadeados por um conflito desse tipo. Hannah Arendt, 1998, divide esses tipos de guerra em históricas e modernas, sendo o marco divisório a Primeira Guerra Mundial a partir da qual tem-se guerras com objetivos e potenciais bélicos distintos.

O conceito de guerra aparece nos livros de História e é muito abordado na Historiografia, também foi usado pelos historiadores para definir o conflito do qual os escritos nos interessam nesse estudo, a Guerra do Pinto Madeira. Ela recebe diversas denominações e referências de acordo com o local e ao autor que escreveu. De forma geral, o trabalho com conceitos é importante tanto para a historiografia quanto para o ensino de História, por serem uma forma de organização da realidade. O conflito de Pinto Madeira, pelos seus meios e finalidade, se configura como Guerra e não revolta, conforme veremos mais adiante.

Conceito pode ser entendido como uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos uma formulação passível de generalização utilizada para tornar alguma coisa inteligível (BARROS, 2011). Podemos também inferir que um conceito é uma abstração elaborada a partir de generalização de observações particulares e sua função principal é organizar a realidade para quem busca conhecê-la. Segundo Koselleck, 1992, o conceito *“não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua”*, a partir desse fato, pode-se atuar de forma concreta sobre a realidade, uma vez que o conceito está sempre relacionado àquilo que quer compreender.

Nesse ponto, é importante destacar que os conceitos são construídos a partir de um processo histórico. Por exemplo, o conceito de Guerra foi definido de diferentes maneiras em diversos estudos. Alguns conceitos, como o conceito de povo, nação, “cabra” entre outros, podem ter suas definições analisadas a partir de um processo histórico, tendo se popularizado em determinado período. Luísa Rauter Pereira, 2011, investiga o conceito político de povo no período Regencial brasileiro através da imprensa da época, dos diferentes usos e sentidos atribuídos ao conceito. Também Ana Sara Irfi, 2015, investiga a transformação da palavra “cabra” em conceito, tendo como espaço o Cariri Cearense do século XIX, nesses trabalhos, percebemos a importância de estudar os conceitos, para entender determinados momentos.

A Guerra é mais comumente definida a partir dos critérios com base nos quais é possível distinguir o estado de guerra e o estado de paz. Também foi definida como contato violento de



entidades distintas, mas semelhantes. Se essa violência expressa na guerra for por força armada, aumenta-se a compreensão sobre o conceito, ao limitar seu grau de abrangência. Ou seja, apenas seriam inseridos como guerra, aqueles conflitos onde a violência se deu por meio de armas. Ainda assim, nem a extensão, nem a compreensão desse conceito foram suficientes para defini-lo ou esvaziar as possibilidades de compreensão.

A “Guerra do Pinto Madeira” sobre a qual nos debruçaremos nesse estudo, por exemplo, carrega as características elencadas por Bouthoul<sup>33</sup>, como sendo definidoras de uma guerra, uma vez que foi um fenômeno coletivo, do qual participaram grupos armados, com alto grau de tensão na opinião pública. Joaquim Pinto Madeira, líder dos revoltosos jardinenses, conseguiu um exército de mais de mil homens, armados de cacetes, na luta contra o Crato. Para alguns historiadores esse conflito era pelo retorno do imperador, pela pátria e pela fé, enquanto outros afirmam que ela teria sido uma forma encontrada por Joaquim Pinto Madeira de tentar reaver seus antigos privilégios, em outras palavras, que a guerra já havia sido calculada e planejada por ele, com bases em seus próprios interesses.

Esse planejamento prévio da guerra antes de sua eclosão, condiz com o pensamento de Theodore Abel (1941), para quem “*a decisão racional e calculada é conseguida muito antes da eclosão efetiva das hostilidades...*”, após analisar 25 guerras históricas, a conclusão de Theodore Abel é que a decisão de entrar em guerra é tomada de um a cinco anos antes de sua eclosão. Se seguirmos essa linha, poderemos analisar a decisão de guerra através de muitas tensões anteriores, como a provocada pela outorga da Constituição em 1824 ou a perda dos títulos que haviam sido concedidos a Pinto Madeira pelo Imperador, e não reconhecidos pela Regência.

Entretanto, não podemos encarar a eclosão da guerra como uma tomada de decisão partida apenas de um homem, uma vez que, segundo a historiografia, em Crato os conflitos anteriores com sua antiga vila Jardim, já haviam deixado homens poderosos descontentes, e mesmo pelo fato de que a historiografia na qual a maioria dos estudos se baseia para escrever sobre a guerra é a tradicional, que tem como fonte, não para crítica, mas a título de comprovação de uma verdade, as publicações oficiais do período, cartas de presidentes de província, processos, e em todos o anseio por condenar quaisquer levantes que deturpassem a ordem é notável. Ainda assim ao ser tratada como guerra, percebemos o alcance e a relevância dada

---

<sup>33</sup> Gaston Bouthoul, economista, sociólogo colonial e polemólogo – especialista no estudo das guerras – um dos autores importantes da Escola Sociológica Francesa.

pelos historiadores ao ocorrido, mesmo para aqueles que, como João Brígido<sup>34</sup>, tinham nítidos motivos para condená-la. Para alguns autores o conflito, ou seja, a interação desarmoniosa entre Crato e Jardim teria se iniciado desde os “*primeiros tempos do século XIX*” quando foi criada por Alvará Régio a vila de Jardim, agora independente de Crato. Teria se iniciado então um conflito político, ambicionando o controle de cargos, não uma guerra.

Na definição de Ida Rigalia, presente no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, conflito pode ser entendido como:

... uma das possíveis formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Uma outra possível forma de interação é a cooperação. Qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de Conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem. (RIGALIA, 1998, p. 225)

A ausência de cooperação e as disputas por cargos políticos entre ambas as cidades, narrada pelos historiadores que se dedicaram a registrar a Guerra na historiografia, portanto, caracterizam um momento de conflito entre dois opositores, que desencadearia, anos mais tarde, na luta armada. Para alguns estudiosos, a exemplo de Spencer, Comte e Durkheim, o conflito é entendido como uma patologia social, uma vez que, para estes, as sociedades, e qualquer grupo organizado, são harmônicos e equilibrados, e como o equilíbrio dessas sociedades é harmônico, o conflito é meta-social, ou seja, devem ser encontrados fora da sociedade. Para eles, o conflito deve ser reprimido, eliminado<sup>35</sup>. De outro lado, estudiosos como Marx, Sorel e Stuart Mill, consideraram os conflitos como vitalidade, uma vez que deles resultam as melhorias e mudanças. Para eles, a sociedade e qualquer sistema social, são marcados por conflitos, sem harmonia ou equilíbrio.<sup>36</sup>

Na historiografia caririense, esses momentos de tensão que antecedem a guerra entre as cidades, também foi conceituado por José de Figueiredo Filho, em seu livro “História do Cariri III”, como “Luta Fria entre Jardim e Crato”, no décimo capítulo do livro, o autor se atém a explicar como após a Revolução Pernambucana de 1817 e Confederação do Equador, em 1824, iniciou-se um período de rivalidades entre ambas as cidades do Cariri Cearense:

Apesar das mil e uma vicissitudes, em consequência das perseguições decorrentes com a derrota da República em 1824, os liberais cratenses não deixaram de agir contra

<sup>34</sup> O jornalista João Brígido, que escreveu sobre a Guerra do Pinto em seu jornal “O Araripe”, usado como fonte histórica pelos demais historiadores, tanto os tradicionais, quanto os mais recentes, era Republicano convicto.

<sup>35</sup> Ao tratar sobre as interações dos conflitos sociais e políticos, Dominiko Barillaro, no “Dicionário de política” organizado por Norberto Bobbio, (2000), cita Spencer, Durkheim e Comte para explicar o conflito como patologia social.

<sup>36</sup> Segundo o dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, 2000.

seus ferrenhos adversários, notadamente o caudilho de Jardim – Joaquim Pinto Madeira. Alcançaram, com suas denúncias e intrigas, apesar do ostracismo político em que viviam, demitir mais adiante, o Ouvidor Manuel Pedro Morais Meyer e até a prisão, por várias vezes, do chefe corcunda de Jardim, arraigado partidário da monarquia e do absolutismo, aos moldes dos antigos reis lusitanos.<sup>37</sup>

As denúncias e intrigas são entendidas por Figueiredo Filho como uma luta, onde os chamados liberais cratenses, notadamente representados pela família Alencar, agem contra os jardinenses, em especial contra Joaquim Pinto Madeira, a quem o autor chama de “caudilho” e “corcunda”. Caudilho, ou líder local no regime caudilhista, pode ter sido usado em referência ao fato de Pinto Madeira ter origem militar, a historiadora Nélcia Turbano de Santana, em seu livro “Pinto Madeira: nem herói nem vilão”, se refere a Pinto Madeira como caudilho, o que pode ser um indicativo da importância que estes creditavam a ele. Porém, nos escritos analisados, percebemos que Madeira não possuía essa força na cidade de Jardim, nem mesmo foi o único responsável pelo recrutamento dos homens que lutaram na guerra, o prestígio de líder pode ser mais adequado ao padre Antônio Manoel, vigário da paróquia de Jardim, responsável pela benção dos cacetes com os quais os revoltosos lutaram<sup>38</sup>.

A referência como “*chefe corcunda*” parte da posição política. Corcundas era como eram chamados os partidários do rei e da monarquia, e na época, também foram chamados assim todos os que se mostraram contra a constituição. Existem conceitos usados pelos autores tradicionais, como José de Figueiredo Filho, ou mesmo o jornalista João Brígido, que podem ter interpretações diferentes atualmente, e seguem sendo usados sem maiores explicações em trabalhos mais recentes, como o da historiadora Nélcia Turbano, ao referir-se a Pinto Madeira como caudilho.

Entender esses conceitos e como foram usados na época é, portanto, essencial para conseguirmos uma apreensão sobre os fatos históricos. Exemplo dessa importância, é o conceito de liberdade. Entre os anos de 1817, com a Revolução Pernambucana, e 1831, com a abdicação do Imperador, a palavra liberdade adquire inúmeros sentidos nos escritos da época. Então, lemos “inimigos da liberdade”, para referir-se aos partidários da monarquia como Joaquim Pinto Madeira, que lutou contra os chamados “liberais” cratenses, nomeados assim por serem a favor do regime republicano. Em 1824, quando da Confederação do Equador, podemos também perceber nos escritos o uso da palavra liberdade, sendo que aqueles que eram a favor

---

<sup>37</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 5

<sup>38</sup> Tanto João Brígido, em “O Araripe” quanto posteriormente José de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro em seus livros, creditam ao Padre Antônio Manuel a liderança na cidade de Jardim, assim como a capacidade de mobilizar as massas para a luta. Em diversos momentos ao longo de seus textos, a alusão a liderança do vigário na cidade é feita.

desta, eram os partidários da República, e aqueles que desejavam manter o regime monárquico são nomeados novamente como inimigos da liberdade.

Porém, logo que a Constituição é outorgada por D. Pedro I, aqueles que não a aceitam, como os jardinenses que, nas palavras de José de Figueiredo Filho “*se pugnava (m) abertamente, através de seus mandantes, pela volta ao absolutismo*”, e a palavra liberdade, vai adquirindo outro sentido, nesse caso, ligado à Constituição. Todos os que não aceitaram a constituição passam a ser os radicais absolutistas. O quadro muda novamente em 1831 com a abdicação do Imperador, os “liberais” cratenses e os “conservadores” jardinenses se veem em posições opostas. Enquanto Pinto Madeira lutou contra os movimentos de 1824 e 1817, foi legalista, após 1831 passa a ilegalidade e lidera ele mesmo uma rebelião contra a Regência, mesmo sendo revolucionários, estes não buscavam liberdade, segundo a compreensão proposta pelos estudiosos tradicionais, mas a restauração de um sistema antigo, ou a libertação em relação a Regência. Ou seja, a partir de uma mesma palavra são forjados outros conceitos, de acordo com o período histórico e o Regime de Historicidade, os conceitos não são, portanto, imutáveis.

Entre 1831 e 1840 se forjam as bases político-ideológicas do Império Brasileiro, como vimos, quando é firmada a Nação, e novamente, nesse momento, o conceito de liberdade adquire outros contornos, sendo agora entendida como liberdade nacional e tendo como rivais os portugueses, verdadeiros “inimigos da Nação”. Em todos os casos, a liberdade aparece como libertação, de um poder tirânico, de uma Nação tirânica, de um sistema político. Entretanto, de acordo com Hannah Arendt, liberdade e libertação não são a mesma coisa, e:

... libertação pode ser a condição de liberdade, mas que não leva automaticamente a ela; que a noção de liberdade implícita na libertação só pode ser negativa, e que, portanto, a intenção de libertar não é idêntica ao desejo de liberdade. Não obstante, se esses truísmos são frequentemente esquecidos, é porque a libertação sempre se apresentou com nitidez, enquanto a liberdade foi sempre incerta se não totalmente inútil. (ARENDDT, 1998, p. 25)

Para a autora, a liberdade só pode ser entendida enquanto uma opção política de vida pela participação nos assuntos políticos, enquanto a libertação implica ser livre da opressão, de um tirano, por exemplo. Assim, ainda que a libertação dê ao povo a escolha de por quem não ser governado, não o permite decidir quem poderá governá-lo. É como a troca de um tirano por um governante legal, ou de um usurpador por um monarca legítimo, embora impliquem libertação de um governo, não os concede direito de escolha do outro.

E é através dessa diferenciação entre liberdade e libertação que a autora trabalha o conceito de Revolução, uma vez que esta “*sempre esteve envolvida tanto com a libertação,*

*quanto com a liberdade.*” (ARENDR, 1998, p. 26). Para a autora, a liberdade descreve adequadamente o fenômeno das revoluções, a liberdade e a mudança. Ela define dois tipos de revolução, a antiga, que visava o retorno a uma antiga ordem, e a moderna, a partir da Idade Moderna, que tinha como ênfase a mudança, o novo. Uma mudança tão profunda que seria possível começar a contar o tempo a partir do evento revolucionário. Arendt diferencia revolução das revoltas ou insurreições, pois, para ela, as revoluções são bem mais que insurreições bem-sucedidas, ainda que ambas usem da violência como meio, os fins são diferentes.

A revolução usa a violência com a finalidade de construir uma forma de governo completamente diferente, um corpo político novo, por isso a autora situa a Revolução Americana e a Revolução Francesa como marcos de revoluções da Idade Moderna, a partir delas, para a autora, é possível perceber um novo rumo da história. Dessa forma, falar na Guerra do Pinto como revolução seria equivocado. Ainda que tenha havido violência, o movimento, que não alcançou seus objetivos, visava a restauração de uma ordem, mesmo tendo ocorrido após as Revoluções que autora usa como marco divisório entre as antigas e modernas. Ainda poderíamos situá-lo como revolução no seu sentido antigo, mas não no sentido dado por Arendt pois esta busca exemplos de movimentos bem sucedidos quando trata de revoluções.

De outro lado, Gianfranco Pasquino, 2000, refere-se a revolução como uma tentativa de mudança, o que restringe um pouco mais a compreensão do conceito, por não entendê-las, necessariamente, como movimentos bem-sucedidos. Ainda assim o ocorrido entre as vilas de Jardim e Crato não poderia ser entendido como revolução, dados os seus objetivos.

Percebemos, nos escritos de José de Figueiredo Filho, para citar o exemplo de um estudo tradicional, e no de Nélcia Turbano de Santana, como estudo mais recente, a referência a Guerra do Pinto Madeira como sendo um movimento revolucionário, vale ressaltar que Figueiredo Filho é uma das fontes usadas no estudo de Nélcia Turbano, enquanto Sócrates Quintino de Brito<sup>39</sup>, em um estudo não tão recente cronologicamente onde trata sobre a guerra, conceitua como rebelião, o que nos remete necessidade de aprofundamento sobre os conceitos, pois ambos podem ter sentidos diferentes. Em especial, ao trabalharmos com determinados conteúdos, no Ensino de História, é essencial tratar da diferença entre o que determinada palavra significava num dado contexto histórico, e o que entendemos dela atualmente.

---

<sup>39</sup> José de Figueiredo Filho, livro “História do Cariri III” (1964), Nélcia Turbano de Santana, livro “Pinto Madeira, nem herói nem vilão”, (2011) e Sócrates Quintino de Brito, dissertação de Mestrado “A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais” (1979), todos serão analisados no próximo capítulo.

Nos escritos sobre a Guerra do Pinto, é comum encontrarmos uma espécie de trajetória para que cheguemos até o conflito. Essa trajetória geralmente é iniciada com as rivalidades entre Jardim e Crato quando a primeira era ainda vila da segunda, no caminho são descritas rivalidades pessoais, e a eclosão da Revolução de 1817, ou Revolução Pernambucana. Ao elencarem seus objetivos percebemos o anseio pelo novo sistema político, que, para os adeptos da revolta, significariam a liberdade em relação à tirania portuguesa. Mas, no entendimento do conceito de revolução por Hannah Arendt, ainda não seria possível indicá-la como tal, uma vez que essa não obteve êxito, e ainda houvesse tido, seria difícil imaginar uma mudança aos moldes da que a autora coloca como essência definidora de uma revolução.

Embora muitas das definições desses conceitos tenham sido exploradas mais profundamente apenas pela historiografia recente, cabe-nos apontar essas diferenças, afim de chamar atenção dos próximos pesquisadores que se debruçarem sobre esse assunto, e dos professores de História, para os detalhes conceituais que podem fazer tanta diferença no entendimento sobre os acontecimentos do passado.

Ao tratar sobre tais conflitos no Ensino de História, seja no Ensino Médio ou Fundamental, é importante estar atento aos conceitos e suas possibilidades, mais que isso, faz-se necessário abordar as diferentes definições de conceitos como liberdade, revolução, revolta, conflito, guerra, povo, cidadania, igualdade, entre tantos outros, para que os alunos consigam uma boa análise e interpretação dos acontecimentos históricos. Os acontecimentos envolvendo Pinto Madeira e as cidades de Jardim e Crato no século XIX podem ser entendidos como conflitos que levaram a uma Guerra com objetivos diversos de acordo com o personagem histórico. Guerra por envolver luta armada, pela busca de ampliação dos limites, pelo objetivo voltado para a escolha do sistema político.

### **1.5: Liberdade, Guerras, revoltas e revoluções: Breve análise dos conceitos no Livro Didático.**

O livro didático é uma ferramenta importante para o Ensino de História, ainda que não seja, nem deva ser, a única. Portanto, nesse tópico iremos nos ater a análise de como determinados conceitos aparecem no livro didático de que forma os conflitos abordados nesse estudo aparecem nos livros didáticos, se aparecem. Através de dois livros de História,

atualizados de acordo com a nova Base Nacional Comum Curricular, BNCC<sup>40</sup>, do 6º e 8º anos. A experiência em sala de aula também é base para o desenvolvimento desse tópico.

A escolha das séries se deu devido ao conhecimento de que os conteúdos para o Ensino de História seguem, ainda, a repartição tradicional da História em Pré-História, História Antiga, Moderna e Contemporânea, assim como muitas grades curriculares dos cursos de graduação em História. A divisão se repete com poucas alterações no Ensino Médio, entre o 1º, 2º e 3º ano. Sobre a escolha desses conteúdos, lemos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs<sup>41</sup>:

Na escolha dos conteúdos, a preocupação central desta proposta é propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos em temporalidades históricas. Assim, estes conteúdos procuram sensibilizar e fundamentar a compreensão de que os problemas atuais e cotidianos não podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente. Requerem questionamentos ao passado, análises e identificação de relações entre vivências sociais no tempo. (BRASIL, 2002, p. 45)

Uma das preocupações mais recorrentes no documento, inclusive, é a formação como cidadãos e a noção de identidade, presente no texto direcionados aos professores, escrito pelo então ministro da educação, Paulo Renato de Souza. A preocupação em mostrar aos professores formas de ensinar História também é notória no texto do ministro, ainda que ele tenha afirmado que os PCN's não são guias. Também são feitas menções constantes à importância de uma educação “contextualizada”, que nesse caso seria associada a interdisciplinaridade. No documento percebemos a distinção de maneiras de trabalhar os conceitos históricos a ideia presente é de que esses conceitos, de acordo com a forma como são trabalhados, vão definir a constituição da identidade social do aluno.

Assim, concordamos que:

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOUT, 2008, p. 183)

---

<sup>40</sup> A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, é um documento normativo, ao contrário do que muitos pesam, não se trata de um currículo, mas de um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, seja em instituições públicas ou privadas. Ela estabelece as competências a serem desenvolvidas em cada fase da Educação Básica.

<sup>41</sup>Sua versão preliminar circulou a partir de 1995, estavam sendo elaborados por técnicos ligados ao Governo Federal. Foram implementados em 1997 para definir as reformas curriculares do Ensino de História, um currículo comum dos conteúdos e objetivos do Ensino de História no Brasil.

A mediação de conceitos, apresentados dentro do contexto histórico em que determinados fatos ocorreram é, portanto, base para o ensino de História, para a aquisição de conhecimento histórico, em todas as fases de escolaridade. São conceitos como guerra, tempo, revolta, rebelião entre tantos outros, que, exatamente por serem conhecidos pelo senso comum, devem ser explanados no contexto histórico, a partir das categorias de análise da história, para que não hajam confusões. É o caso, já citado, do conceito de liberdade, que tem definições no senso comum, e diferentes sentidos se o analisarmos a partir do ponto de vista da Filosofia:

O risco maior de utilizar um conceito do senso comum ou proveniente de outros campos de estudos é perder seu sentido histórico e emprega-lo de forma atemporal. A utilização de conceitos em sentido atemporal conduz a um dos grandes pecados abominados por todos os que se dedicam à História: cometer anacronismo. Advertem os historiadores que, ao fazer uso de noções “emprestadas” de outros domínios científicos ou do senso comum, é necessário desconfiar das imprecisões dos termos e ser cauteloso com a leitura das fontes em que elas se encontram (...) (BITTENCOUT, 2008, p. 194)

É necessário, portanto, trabalhar os conceitos de modo a fornecer seus contextos, para não serem confundidos com seus significados mais atuais. Através desta aquisição de conceitos o conhecimento histórico escolar é produzido, junto com a aquisição de significados e valores, como os valores cívicos. Os livros sobre os quais nos debruçaremos agora, afim de entender como determinados conceitos são trabalhados, são da coleção “História”, da editora Sucesso, coleção de 2017, editada de acordo com a proposta da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, e coordenado por Fábio Couto.

A coleção foi adotada por uma escola da rede provada de Campos Sales, Ceará. Logo nas primeiras páginas, os livros, nesse caso manuais do professor do 6º e 8º ano, trazem um longo debate sobre a importância da Base Nacional Comum Curricular, apresentam as competências<sup>42</sup> específicas de História para o Ensino Fundamental, a sequência vem com um debate teórico, intitulado “Por uma História reflexiva”, onde o autor ressalta a importância da construção do saber histórico. Também são listadas as habilidades e competências por áreas temáticas para todas as séries. Em suma, as primeiras páginas são uma espécie de guia para o professor de História, um convite a leitura e a pesquisa sobre sua área de atuação. Como não trataremos sobre o livro em si, nos deteremos então a forma como os conceitos são colocados.

---

<sup>42</sup> Competência, segundo a BNCC, é a capacidade de mobilizar um conjunto organizado de conhecimentos, de saber fazer, e de atitudes que permitam a realização de certo número de tarefas complexas.



Nos primeiros capítulos do livro do 6º ano, vemos o conceito de “revolução”, associado a “agricultura”, no período da chamada “Pré-história” conhecido por “Neolítico”. O domínio da agricultura é colocado enquanto revolução, uma vez que:

A descoberta da agricultura deve ter ocorrido por volta de mil anos a.C. durante muito tempo, a mulher – que, na divisão do modo de produção primitivo, era responsável pela coleta de frutos e raízes – pôde observar como se plantava e se colhia, usando sementes, em locais onde houvesse água e terras férteis. Pode-se dizer, então, que a mulher descobriu a agricultura.<sup>43</sup>

O conceito é abordado como referente à mudanças. Nesse caso, está subtendido que a agricultura foi uma revolução, por ter trazido mudanças para os grupos humanos, tanto na sua organização social quanto econômica e dado espaço a muitos “avanços”. Não há maiores explicações sobre o conceito em si, provavelmente por tratar-se de um livro destinado a crianças que acabaram de sair do Ensino Fundamental, porém, em um capítulo anterior, outro conceito muito complexo é tratado, o conceito de cultura. No caso desse conceito, são dadas definições e exemplos bem trabalhados. Ao longo do livro, são trabalhados conceitos complexos, como o conceito de Estado e de propriedade privada, que tem forte ligação com a ideia de revolta. Ambos tratados de forma rápida e resumida, sem uma definição completa ou uso de relações para melhorar o entendimento. Por tratar de conceitos complexos, e que são necessários para a aquisição do conhecimento histórico, acreditamos que eles devem ser trabalhados pelos professores de forma mais significativa, caso contrário, entender a formação das primeiras aldeias e cidades, torna-se uma tarefa difícil para os alunos.

No capítulo seguinte, intitulado “A Grécia: da democracia à conquista da macedônia” são tratadas as Guerras médicas e a Guerra do Peloponeso, a guerra como algo extraordinário. Essas guerras são abordadas relacionadas aos acontecimentos, ou seja, não são dadas definições para guerras, o conceito não é trabalhado de forma direta. É interessante ressaltar que pelo menos uma abordagem sucinta sobre o conceito deve ser feita pelo professor, buscando elencar as características gerais das guerras na antiguidade, até por ser este um conceito muito falado atualmente. A ausência de maiores atenções aos conceitos no livro destinado ao 6º ano, pode ser entendida como um reflexo da teoria piagetiana de “Estágios de Desenvolvimento Cognitivo”. Para Jean Piaget<sup>44</sup> (1896-1980), a aquisição de conceitos depende da fase de

---

<sup>43</sup> COUTO, Fábio. História. 2º Ed. Recife, PE: Distribuidora de Edições Pedagógicas Ltda, 2017

<sup>44</sup> Essa teoria do desenvolvimento cognitivo sustentou muitos dos princípios da constituição de conceitos e permitiu justificar a impossibilidade dos alunos dos primeiros anos de escolaridade dominarem conceitos abstratos, como os relacionados à História. (BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008)

maturação biológica, que influenciou e influencia muitos aspectos da organização escolar, tornando o nível de maturidade biológica o ponto central da organização de conteúdos escolares.

Para que os alunos compreendam o contexto histórico é, portanto, necessário uma abordagem dos conceitos para além do que é trabalhado no livro didático. Não estamos, com isso, dizendo que essa abordagem não esteja presente na sala de aula, uma vez que para chegar a tal constatação seria necessário um estudo mais atencioso do livro, bem como de aulas de história em diferentes escolas e de diferentes anos de escolaridade. Mas notamos que, no livro analisado, esse trabalho com conceitos é feito de forma ineficiente, ainda que esteja presente nos objetivos pedagógicos propostos no manual do professor. O livro destinado ao 8º ano, da mesma editora e coleção, traz como tema da Unidade 2, o título “A Era das Revoluções”, o título é uma alusão ao livro de mesmo nome, do historiador Eric Hobsbawn, e a unidade aborda a “Revolução Industrial”, a “Revolução Francesa” e “Movimentos emancipacionistas no Brasil”, portanto, uma unidade para a qual, conceitos como Revolta, motim, liberdade, revolução, guerra, emancipação, serão a base para o entendimento dos fatos.

A Revolução Industrial é vista através da mudança dos meios de produção, e das fases na qual ela é dividida atualmente para facilitar o entendimento, entendida como sinônimo de grandes transformações. O conceito de revolução, ou mesmo a menção aos motivos que fizeram o processo de industrialização ser conhecido como revolução não são abordados, podendo ser pela professora em sala de aula. Se pensarmos no conceito de revolução trabalhado por Hannah Arendt, em “Da Revolução”, não poderíamos situar o processo de industrialização enquanto uma, por não trazer a mudança de cunho político, brusca e violência, e não ter como um dos seus objetivos a liberdade. Em outras percepções, no entanto, o processo alterou bruscamente o modo de vida da sociedade, trazendo novas relações de produção, e o advento de uma nova estrutura.

Como o processo significou a alteração de uma estrutura e *“Efetivamente, qualquer revolução não é mais que a perturbação de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura...”* (POMIAN, 1990, p. 206), se considerarmos a definição dada ao conceito de revolução por Pomian, a industrialização pode ser analisada enquanto uma revolução. Tratar sobre Revolução Industrial e Revolução Francesa, por exemplo, requer usar uma abordagem sobre o mesmo conceito, a partir de singularidades, esclarecimento do que faz com que cada processo seja entendido como revolução, e ainda, diferenciar das definições mais atuais sobre revolução.

Todavia, tanto a Revolução Industrial, quanto a Francesa, são tratados no livro como processos, a partir dos quais uma nova ordem se instaura. A industrial através do advento das

máquinas e a francesa por meio de insurreições da burguesia contra a nobreza. Por esse motivo, a Revolução Francesa tem a singularidade de ser uma revolução burguesa, conduzida pela classe burguesa a partir de estruturas de poder. A ideia de liberdade é muito nítida ao tratar sobre a Revolução Francesa a partir do conteúdo, mas, por não haver definições precisas ao longo dos textos explicativos, cabe ao professor fazer a definição do conceito, e do que ele representou naquele momento, e diferenciá-la do que representa atualmente, mostrando que os conceitos não são estáticos.

É digno destacar que ao tratar sobre o “Golpe do 18 Brumário”, logo após as páginas e textos sobre a Revolução Francesa, no mesmo capítulo, embora tenham notas e explicações sobre a definição de “Brumário”, “Províncias Ilíricas” e sobre algumas batalhas, não existe nenhuma definição sobre “Golpe” e as razões que tornam o 18 Brumário, um golpe. Por sabermos que este é um conceito muito usado no senso comum, a ausência de maiores explicações sobre ele pode levar o aluno a gerar confusões em seu entendimento do conteúdo. Quanto ao Brasil do mesmo período o capítulo não traz referências, mas o capítulo posterior trata sobre “Movimentos Emancipacionistas”.

A título de exemplo, também podemos destacar a forma como os movimentos emancipacionistas são trabalhados. Em primeiro lugar, não existe uma definição, de acordo com a época, de movimento emancipacionista. Ao trabalhar essa definição, mostrando que se tratava de movimentos ocorridos no período colonial da História do Brasil, e que, em maior ou menor medida, objetivavam uma “separação” com relação a coroa portuguesa, é importante que o professor destaque as ideias desses movimentos, mostrando que o sentimento de nação e união nacional não existiam ainda.

É comum que os alunos indaguem o que teria acontecido, caso a Inconfidência Mineira não tivesse sido delatada por um de seus membros, essa indagação decorre, em grande parte, devido à ausência do trabalho com os conceitos, a começar pelo conceito e pela ideia de movimento emancipacionista, e pela definição precisa de liberdade em oposição a libertação, conforme tratamos anteriormente. O próprio conceito de Inconfidência, e a denominação do movimento como uma inconfidência devem ser trabalhados. Nesse caso, justamente por ocorrer o contrário, a maioria dos alunos provavelmente não conhece a palavra inconfidência senão unida à mineira, ou seja, uma parte dos alunos já ouviu falar, ou mesmo sabe o que aconteceu, mas não discute as razões que levaram esse conflito a ser denominado como uma inconfidência, e não como revolução, ou guerra, por exemplo.

Mesmo um dicionário comum, e aqui vale ressaltar que o trabalho com conceitos precisa ser feito a partir de dicionários especializados, pois os dicionários de língua portuguesa comum,

a exemplo do Aurélio, trarão definições e aplicações mais corriqueiras, sem situar esses conceitos historicamente, ainda assim esses dicionários darão uma definição de inconfidência como traição, falta de lealdade ou fidelidade.<sup>45</sup> Partindo dessa definição, cabe levar os alunos a perceberem as razões que levaram a essa denominação e de quem pode ter partido. O mesmo pode ser feito com relação a “Conjuração Baiana”, e o significado de “conjuração”, que não encontram espaço em meio ao livro didático do qual tratamos.

Revolução é como são tratados o movimento do Porto, Portugal, de 1820 e o movimento ocorrido em Pernambuco, Brasil, em 1817. A “Revolução do Porto” encontra pouco espaço, sendo tratada como movimento *“revolucionário que pôs fim ao período em que a família portuguesa esteve no Brasil e defendeu a substituição da monarquia absolutista por um modelo mais liberal de governo”* (COUTO, 2017, p. 130). Na explicação, os liberais são opostos aos monarquistas, o que ressalta a variação do conceito de liberdade. A Revolução Pernambucana também é tratada sob o signo da liberdade. Nesse caso, liberdade em relação aos portugueses. Muito distinto das explicações dadas a esse movimento pela historiografia tradicional do Cariri Cearense analisada nesse estudo.

O manual do professor traz sempre leituras complementares, mais teóricas e mesmo fontes, para auxiliar na compreensão do fato histórico trabalhado no capítulo. No caso das páginas sobre a Revolução Pernambucana, por exemplo, um texto complementar retirado da Revista Eletrônica do IHGB, intitulado *“Napoleão e a Revolução Pernambucana de 1817”*, faz referência a ligação entre os revoltosos pernambucanos e os Estados Unidos no plano de sequestrar Napoleão, leva-lo a Pernambuco e depois a Nova Orleans, uma fonte rica para o entendimento do tema. Ressalta ainda o contato entre os franceses e os líderes da Revolução Pernambucana. Esse texto, de leitura simples e compreensível, aparece apenas no manual do professor.

Acreditamos que a compreensão do conteúdo seja possível a partir do trabalho com o conceito de revolução, revolta, de liberdade, e mesmo de guerra, pois conseguir diferenciá-los a partir do contexto histórico em que estão inseridos é essencial para a compreensão dos fatos. É no manual do professor, inclusive, que encontramos expostas as habilidades a serem trabalhadas, e é constante a presença de *“Aplicar conceitos”*, como um dos objetivos que os alunos devem alcançar ao final do estudo do capítulo.

O capítulo posterior a Revolução Pernambucana, Revolução do Porto e Confederação do Equador, aborda a Independência dos Estados Unidos da América, ou Revolução

---

<sup>45</sup> A exemplo do Dicionário Aurélio online, uma ferramenta muito utilizada para pesquisas pelos estudantes.

Americana. Mais uma vez, o conceito de revolução é associado a uma singularidade. Se compararmos as revoluções que são abordadas nesses capítulos, perceberemos que se trata de movimentos distintos. A Revolução Pernambucana não obteve êxito, ao contrário da Americana, que resultou em uma nova ordem política, uma mudança radical através da luta armada, com uso da violência e o desejo de liberdade no sentido de participação política. Uma mudança profunda e que interrompeu o curso da história. É o marco do que Hannah Arendt chama de revolução moderna, tanto pela mudança que conduz, quanto pela questão social que:

(...) começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente a condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstância, força ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão dos trabalhadores, fosse inevitável e eterna. (ARENDR, 1988, p. 18)

Para a autora existe a mudança também na questão social. A crença em uma vida terrena melhor, com mais abundância foi pré-revolucionária e americana. A América torna-se o símbolo da ausência de pobreza, e após isso ter acontecido, a questão social e a rebelião dos pobres começaram a gerar revoluções. No livro, a revolução é tratada a partir de etapas, e não existe, nos textos destinados aos alunos, um trabalho com o conceito, ou o que fez desse processo de independência uma revolução. Entretanto, no texto complementar direcionado ao professor, assim como na “Sugestão de abordagem”, é recomendado que haja uma contextualização do processo.

O conceito de guerra também não é suficientemente trabalhado nos textos destinados aos alunos, a “*Guerra dos Sete Anos*”, que aparece como um dos motivos que levam a revolução americana, e no capítulo posterior a “*Guerra Civil Americana*”, são trabalhadas a partir dos acontecimentos que as levaram a acontecer. Explicações, ilustrações e textos narram os fatos históricos. Devemos ressaltar que a explicação sobre essas guerras segue as explicações sobre revoluções, cada um a partir dos acontecimentos, mas sem trabalhar com os conceitos e, quem sabe, compará-los. Acreditamos que, ao trabalhar a guerra como ameaça de aniquilamento total e a revolução como esperança de emancipação e liberdade, o professor possa ajudar a compreender os conceitos, para que assim os alunos cheguem a compreensão dos fatos.

Através dessa análise percebemos que os conceitos de guerra, revolta, revolução, liberdade, entre tantos outros, que são essenciais para a compreensão dos fatos históricos e capacidade de uma aprendizagem histórica crítica, não são trabalhados nos livros analisados.

Ao longo da análise percebemos essa ausência, embora não tenhamos como afirmar que ela defina o que o aluno aprende ou deixa de aprender em História, podemos destacar que

através dos conceitos a aprendizagem histórica, em especial nos casos analisados, seria facilitada. Dessa forma, trabalhar esses conceitos, tanto na historiografia, quanto no ensino de história, é essencial.

Ao lidar com conceitos, diferenciá-los, trabalhá-los, talvez, como introdução aos conteúdos, o professor está viabilizando a aprendizagem, independentemente do ano de escolaridade em que o aluno se encontre. Mostrar como os conceitos mudaram ao longo dos anos, a partir do momento histórico em que estavam inseridos, como uma mesma palavra pode forjar novos conceitos, o que exige uma compreensão sobre cada um deles, são medidas que o professor deve tomar na abordagem dos fatos.

Mesmo os conceitos especialmente produzidos para denominar a compreensão de determinado período histórico, vindos da comunidade de historiadores, ao chegarem no ensino de história devem ser trabalhados com maior cuidado para que sejam empregados corretamente. E, como dissemos, quanto mais conhecido pelo senso comum, maior a necessidade de um trabalho específico com o conceito. Se este trabalho não é feito no livro didático, deve ser pelo professor para que ele não desperdice seu sentido histórico e seja empregado de maneira atemporal pelos alunos.

Os livros analisados, embora tragam sugestões de abordagem e objetivos em que a compreensão dos conceitos é colocada como prioridade, tratam os conteúdos a partir dos acontecimentos, não mencionam a Guerra do Pinto Madeira ao trabalhar os ocorridos do pós independência, e nem mesmo sua ligação com os ocorridos de 1817 e 1824. O estudo dos conceitos nesses livros nos ressaltou a necessidade de voltarmos nossa atenção para a construção de significados históricos a partir dos conceitos no Ensino Básico, bem como, para a necessidade de o professor realizar suas pesquisas a fim de incluir os ocorridos da história local no Ensino de História.

Iremos nos ater, no próximo capítulo, à análise historiográfica sobre a Guerra do Pinto Madeira, a partir dos escritos de intelectuais tradicionais, assim considerados devido ao período em que escreveram e às características positivistas de sua escrita, e trabalhos mais recentes cronologicamente, a fim de entender como esses estudos inventaram uma versão para a guerra que pode ter permanecido, ou não, e chegado ao Ensino de História.

## CAPÍTULO 2: *Tessituras: A construção historiográfica do Cariri e da Guerra.*

*“O Cariri é um presente do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas das nascentes”*

*Irineu Pinheiro.*

Ao parafrasear Heródoto, Irineu Pinheiro nos delineia uma visão da Historiografia tradicional sobre as terras do Cariri. Romântica, porquanto descrita em aspectos apaixonados exaltando a natureza e os detalhes que fariam dessa região a única em meio ao sertão, e idealizada, uma vez que não aborda as questões que poderiam tirar do Cariri a alcunha de Oásis, como os problemas causados pela seca.

A face do Cariri que até os dias atuais habita mentes e corações da maior parte de seus habitantes, foi assim solidamente construída ao longo dos anos através de escritos de intelectuais caririenses e mesmo pelas impressões de viajantes dos séculos XVIII e XIX como o naturalista escocês George Gardner que assim se referiu ao Cariri: *“A beleza da tarde, disse êle, afrescura vivificante da atmosfera e a opulência da paisagem, tudo tendia a produzir uma alacridade de espírito que só o amante da natureza pode experimentar e que, em vão, desejei fosse duradoura (...)”*<sup>46</sup>. Também por geógrafos, botânicos, ou pelos intelectuais ligados ao ICC como Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, que tomaram para si a missão de imprimir sua região na História do Brasil, então em construção.

Essa invenção é baseada sempre nas belezas naturais, na abundância de fontes e no verde dos chapadões que para esses pretensos intelectuais, transformam o Cariri em uma região a parte. O projeto de construção de um Cariri sempre verde e abundante é levado de maneira tal que quase nenhuma referência é feita sobre a seca e os prejuízos desta nos livros de Irineu Pinheiro, *“O Cariri”*, *“Cidade do Crato”* e *“Efemérides do Cariri”*, nem nas quatro edições de *“História do Cariri”*, que inclusive eram destinadas ao uso no ensino, de José de Figueiredo Filho.

Localizada ao sul do Ceará, a região do Cariri compreende os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Cariri, Farias Brito, Missão Velha, Nova Olinda e Santana, e é considerada ainda hoje uma zona a parte no interior do Nordeste, noção fruto da construção feita pelos escritores pioneiros da História do Cariri, de tão verde muitas vezes não é vista como sertão. Palco de revoltas como as pela independência em 1817 e 1824<sup>47</sup>, em

<sup>46</sup> Retirado do livro *“O Cariri”*, de Irineu Pinheiro.

<sup>47</sup> Ambas ocorridas na Província de Pernambuco e ambas espalham-se por outras províncias, sendo a primeira uma revolução democrática que pretendia instaurar a República em Pernambuco, trazida ao Ceará por José Martiano de Alencar, que apoiado pela mãe Bárbara Pereira de Alencar e outros republicanos, proclama a República no Crato e em Jardim, e a segunda eclode após outorga da Constituição de 1824, objetivando a separação das

1831/32 com a Guerra do Pinto Madeira, ou mesmo conflitos religiosos ocorridos em Juazeiro do Norte; a região é romanticamente inventada, fixando-se uma imagem para o recorte espacial, como para seu habitante

A guerra do Pinto Madeira tal qual a conhecemos, é construída na historiografia por intelectuais interessados em inventar uma verdade para a mesma, uma versão através da qual percebemos as marcas teóricas de uma temporalidade, ao imprimir a História dos fatos ocorridos no Cariri Cearense como memórias, passagens que, para eles, eram as verdadeiras. Não é diferente do que acontece com a própria História do Ceará. E essa historiografia depende diretamente da revolução de Gutenberg para existir. A prensa de tipos móveis inventada no século XVI preparou o terreno para que muitas histórias pudessem ser escritas, disseminadas através do ensino de História e consolidadas.

No Ceará, e na região do Cariri Cearense, a multiplicação de impressos possibilitou um arquivamento de notícias e fatos, que eternizou imagens e verdades sobre a região e seus acontecimentos, dando espaço para longos debates entre intelectuais letrados que inventaram, através dessa documentação impressa, um espaço geográfico pelo discurso, um Ceará fruto da união entre as raças, terra de Felipe Camarão, o Cariri de “*presente da chapada do Araripe*”<sup>48</sup>, oásis em pleno em sertão, palco da Guerra dos Cacetes e tantos outros embates.

Esses impressos, portanto, são a chave para entender as versões tradicionais, assim como as recentes, que se tem sobre a guerra e sobre a região. Seja através de jornais, como “O Araripe”, onde João Brígido inicia suas “Impressões sobre a História do Ceará”; “A Gazeta do Cariri”, e o “Rebate”, que travaram querela em 1911, quando Juazeiro inicia o processo de emancipação do Crato, de revistas como a Revista do Instituto Cultural do Cariri, ou de livros como “Efemérides do Cariri”, escrito por Irineu Pinheiro; a palavra impressa cria um espaço, versões para os fatos e consolida a região na História do Brasil.

---

Províncias do Norte situadas próximo a linha do equador, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, provavelmente, Piauí e Pará. (Ana Sara RibeiroParente Cortez Irffi, 2015)

<sup>48</sup> Forma como Irineu Pinheiro descreve o Cariri Cearense, no livro “O Cariri” de 1950, ao parafrasear Heródoto. O autor relega à natureza a responsabilidade pelo “surgimento” do Cariri, verde e fértil, deixando de lado a participação humana para o desenvolvimento do mesmo em seus primeiros tempos. Essa visão é fruto de uma consciência histórica distinta, e uma das marcas de uma escrita tradicional.



## 2.1: Uma escrita datada: A Historiografia Tradicional sobre a Guerra do Pinto Madeira.

Os autores elencados nesse tópico como pertencentes a uma Historiografia tradicional<sup>49</sup>, no sentido de uma maneira de ser criada pelos intelectuais para definir o Cariri, que escreveram sobre a guerra, precisam ter algumas de suas ideias enfrentadas, mas seus escritos não serão julgados, não buscamos encontrar versões certas e erradas.

Ao revisitar a história escrita por esses homens, procuramos entender suas concepções sobre o período e o que eles propõem como interpretação dos fatos ocorridos. Sabendo que são escritos frutos de uma consciência histórica diferente, e as construções feitas naquele momento, em tons de verdade, de testemunho, como é o caso dos Apontamentos para a História do Cariri, presentes no jornal “O Araripe” (1855-1865), são perpetuadas por outros estudos como os de Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e pesquisas mais recentes.

Foram elencados como pertencentes a uma historiografia tradicional, escritos datados que mostram uma busca pela verdade, abordando a guerra e a região através de documentação, por meio da qual tentam firmar suas versões como verdadeiras, estudos por meio dos quais percebemos uma busca por origens, e que tratam os fatos enquadrados em uma mesma perspectiva cronológica, firmando heróis de um passado glorioso, digno do presente a partir do qual foi elaborado.

Quando inferimos que essa historiografia busca origens, o fazemos por meio da análise desses escritos, que parecem seguir uma mesma sequência, desde as publicações do jornal “O Araripe”. Também os livros de Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e os artigos da Revista do Instituto do Ceará. A abordagem da região é feita através de sua geografia, seus nativos e a língua destes, o processo de colonização, povoamento, atividades econômicas, a civilização, às revoltas.

Os índices dos livros de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro nos dão uma dimensão dessa escrita, pois apresentam a ordem em que ela é construída.

**Imagem 2** - Índice do livro *História do Cariri – I* – de José de Figueiredo Filho, (1964).

---

<sup>49</sup> CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. A Construção da —Cidade da Cultural: Crato (1889 - 1960). Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

- Í N D I C E -

APRESENTAÇÃO

EXPLICANDO...

I C A P Í T U L O

O Cariri cearense. Origem do Nome.  
Habitantes indígenas . . . . . pág. 5

II C A P Í T U L O

Descoberta do Ceará. Tentativas  
de colonização e catequese do  
Cariri. Sesmarias e Posseiros . . . . . pág. 13

III C A P Í T U L O

Primeiras vilas do Ceará. A mis-  
são de Miranda passa a vila. A  
primeira Paróquia caririense .  
A fundação de Jardim . . . . . pág. 29

IV C A P Í T U L O

O Ceará separado de Pernambuco. O  
Cariri entre os séculos XVIII e  
XIX. A segunda comarca do Ceará . . . . . pág. 50

V C A P Í T U L O

Revolução pernambucana de 1817.  
Repercussão no Cariri. Atuação da  
família Alencar. Influência que  
ficou. O Governador Sampaio. . . . . pág. 61

**Fonte:** Fotografia do livro.

A História colocada nas 4 edições do livro de Figueiredo Filho, iria até a fundação do Seminário do Crato, Brejo Santo e Caririaçu e passa esforçar-se por imprimir uma imagem de cidade evoluída em todos os aspectos, dando ênfase a criação de escolas e espaços públicos diversos no Crato, ao longo dos anos.

Na primeira edição o autor aponta dados e busca confirmar sua veracidade através muitas fontes documentais que são apontadas nos escritos, às vezes parcialmente ou completamente transcritas no texto, em rodapé ou em notas. É o exemplo da transcrição do “*documento mais antigo*” sobre a Missão do Miranda, que seria um registro de batizado, usado por Figueiredo Filho para provar que Frei Carlos Maria Ferrara seria o “*verdadeiro*” fundador

da Missão<sup>50</sup>. Ou a transcrição do Ofício do ouvidor Manuel José de Albuquerque ao governador Manuel Inácio de Sampaio, transcrito na efeméride de 13 de dezembro de 1817:

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor – Em cumprimento do ofício de V. Excia., em data de vinte e seis de setembro do corrente ano, levo a respeitável presença de Vossa Excelência as cinco relações inclusas por onde virá Vossa Excelência no cabal conhecimento do resultado das minhas laboriosas indagações, e por que se fêz impraticável ao Coronel Leite a prisão dos réus descritos na relação n.º 3 e n.º 4, rogo a Vossa Excelência mande passar ordens necessárias a esse fim para os que ainda não o forem. Deus guarde a Vossa Excelência muitos anos. Crato, 13 de dezembro de 1817. Manuel José de Albuquerque<sup>51</sup>.

Em Efemérides do Cariri 312 páginas são dedicadas às notas, que trazem transcrições de documentos e comentários sobre as datas e acontecimentos, com indicações de localização dessas fontes. O objetivo é mostrar que o conteúdo ali descrito foi fruto de estudo, investigação, e retrata a verdade sobre os fatos, e nos mostra o positivismo dos escritos naquele momento.

Outra característica presente na escrita tradicional é a pretensão de fazer uma história mais completa, contestando versões anteriores e apontando documentação que confirme sua veracidade. Em Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo, essa busca apoia-se ainda nos historiadores apontados pelos mesmos como célebres no estudo da História do Ceará, como Capistrano de Abreu, Varnhagem, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho e o próprio João Brígido. A descrição sobre o Cariri segue traços nos trabalhos analisados, segundo os quais, podemos firmá-los como uma historiografia tradicional, ligada a uma escrita metódica, que busca nas fontes a verdade, deixando que os documentos falem por si.

O Cariri é inventado sempre a partir da descrição ufanista da natureza, levantando sempre sua beleza natural, abundância de águas a fertilidade da terra. Sobre essa invenção, é válido citar:

Lê-se em Heródoto que o Egito é um produto do Nilo e egípcios são os que bebem as águas do grande rio. Parodiando o historiador grego, podemos dizer que o Cariri é um presente da chapada do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas das nascentes, as quais, em número de cento e tantas, originaram as cidades do extremo sul do Estado e as têm feito progredir.<sup>52</sup>

Para o autor, a natureza é a verdadeira responsável pela região, ele não menciona os indígenas da Nação Kariri nessa descrição, assim como Heródoto não aponta a importância do trabalho dos agrupamentos humanos às margens do Nilo para a formação do Egito Antigo.

<sup>50</sup> Livro do Registro de batizado e Casamento, 174-1783, fls. 2. Freguesia do Icó. Citado por Figueiredo Filho, (1964) p. 33.

<sup>51</sup> PINHEIRO, 1963, p. 60

<sup>52</sup> PINHEIRO, 1950, p. 21

A origem geográfica é sempre usada como meio de tornar o passado dessa região o mais glorioso possível, a História do Cariri Cearense é feita inicialmente com base na natureza, onde aspectos naturais confluem para a formação histórica. Os indígenas do Cariri são descritos, não enquanto formadores da região, mas guerreiros dos quais descendem os mestiços do Cariri que:

(...) pela sua afoiteza em lutas individuais, de cacete ou de facas, com o nó na camisa ou nos movimentos épicos da guerra da Independência, dos campos do Paraguai, do desbravamento da Amazônia, nos embates contra a natureza hostil, é autêntico herói nacional. É digno de ser amparado pelos poderes públicos para que tanta energia indomável não venha a soçobrar, pela miséria coletiva. (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p 9).

O esforço de criar e solidificar um passado do qual se orgulhar pode ser notado através das descrições sobre a terra e a gente que habitou o Cariri nos tempos passados. Figueiredo constrói um antepassado guerreiro, que não fugiu as lutas contra os invasores, indígenas que brigaram por sua terra. Mesmo assim inferioriza e humilha o nativo e mostra simpatia ao processo de colonização, como quando afirma “*A colonização portuguesa, como criadora de nacionalidade com características próprias, foi das melhores que já medraram no universo.*” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 63). Então a referência às lutas indígenas parece um elemento que contribuí apenas na medida em que os homens do presente herdaram essa força e espírito heroico.

Pelas lutas e resistência o passado caririense é elevado ao mais alto patamar, reforçando a imagem que se pretendia criar do habitante da região através dos aspectos acima citados, como da etnografia, ou critérios linguísticos. Mesmo com todos esses elogios ao nativo, a colonização parece sempre ser entendida como necessária, berço da civilização, meio de chegar ao futuro evoluído. Até pela sequência dos acontecimentos narrados em cada página dos livros, ou jornais, percebe-se a intenção de apontar para uma sequência, onde a próxima efeméride traz evolução em relação a anterior. Assim, mesmo passando uma visão de nativos bravos e fortes, os indígenas são colocados pelos autores como parte de um processo, e melhorados, viram a gente do Cariri.

Além de datada, a escrita entendida nesse estudo como tradicional é quantitativa, aponta dados numéricos que possam confirmar o que foi dito, usa da geografia, etnografia, botânica e até mesmo da matemática para confirmar os fatos o que pode ser percebido através da primeira página de índice do livro “O Cariri”:

**Imagem 3:** Índice do livro “O Cariri”, Irineu Pinheiro, (1950)

I	N	D	I	C	E
<hr style="border-top: 1px dashed black;"/>					
				Dedicatória . . . . .	4
				Antelóquio . . . . .	5
				O Cariri. Os indígenas que o habitaram. A expulsão dos índios do Crato das terras que lhes doaram o capitão-mór Domingos Álvares de Matos e sua mulher. A etimologia do vocábulo Cariri. O descobrimento e o povoamento do sul do Ceará. Manuel Rodrigues Ariososa, a Casa da Torre e os Mendes Lobatos. . . . .	7
				A chapada do Araripe. A etimologia de seu nome. Resto de um colosso de areias o chapadão. As camadas de que este se compõe. A origem de suas fontes sopedâneas. Serra em decomposição. Seus fósseis. Destruição das matas pelo fogo. A formiga de roça, um terrível inimigo. O pequizeiro. A chapada, uma imensa habitação coletiva nos anos sêcos. O Cariri, um presente do Araripe. . . . .	15
				A chapada do Araripe, um dos grandes campos criadores do Ceará. Cruzamento do gado zebú com o crioulo. A migração das manadas zebuinas da Baía até o vale do Cariri. A travessia do rio de S. Francisco. Os elementos que mais concorreram para o povoamento e a expansão do Brasil. 'Sóltas de gado no Araripe. A pastagem da serra. Ajuntamentos de vaqueiros nas aguadas de ao pé da chapada. O <i>toque</i> ou <i>seca</i> . Compras de gado cavalariço no Piauí. Os <i>barreiros</i> . . . . .	24
				A Província do Cariri Novo. Um artigo de José de Alencar. Um sonho que se não realizou. . . . .	31
				Inventários do cartório de órfãos, no Crato. Nem luxo, nem conforto, antigamente, no Cariri. Infimos, ali, os preços de tudo, há um século, ou mais. Escassez de bacharéis. Cultivo da língua latina. . . . .	35
				Famílias caririenses invernam nas suas fazendas de criar no Ceará e Pernambuco. Compras de gado no Piauí. O vaqueiro, <i>alfaiate de couro</i> . O abandono dos nossos rebanhos. Uma lei de 1860. O Marquês de Lavradio e a nossa pecuária. So-	

Fonte: fotografia do livro.

As páginas seguintes parecem ter sido organizadas em ordem cronológica, assim como em “Efemérides do Cariri”, a escrita é guiada por datas. Otonite Cortez, ao tratar sobre o esforço dos intelectuais caririenses para criar e pertencer a uma civilização, nos ajuda a entender essa construção:

Ilustração, cientificismo, nacionalismo, romantismo constituíram os axiomas da versão laica daquele projeto. Trazendo em sua bagagem as matrizes discursivas presentes nas instituições de ensino superior nas quais estudaram, principalmente na Faculdade de Direito do Recife e nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, aqueles intelectuais elaboraram os seus discursos a partir de matrizes científicas orientadas pela lógica determinista do evolucionismo ou do darwinismo social, da medicina social, e, ainda, pela lógica política do liberalismo conservador. (CORTEZ, 2000, p. 23)

Fez parte da busca pela civilização a construção de uma História do Cariri, que o tornasse digno de ser visto como civilizado, e civilizados seus habitantes, por esse motivo, os

intelectuais não pouparam esforços em tentar fixar uma origem da civilização e os primeiros povoadores da região.

Em “O Vale do Cariri”, artigo de Joaquim Alves publicado na Revista do Instituto do Ceará, a descrição física da região leva em conta os limites, as entradas e mesmo uma lista dos elementos encontrados na formação do terreno, entrando em detalhes sobre a flora, a população e as atividades econômicas desenvolvidas, todos os detalhes objetivam defender sua versão sobre a colonização e os povoadores como a verdadeira, sem levar em conta os massacres de indígenas. Para ele:

O povoamento do Cariri foi objeto de controvérsias entre João Brígido e Antônio Bezerra. Aquele publicando seus primeiros trabalhos no jornal Araripe, em 1858, depois reunido em volume, publicado em O Ceará, edição de 1919, Rio. Escreveu o velho jornalista que “o Cariri foi descoberto e principado a povoar por aventureiros baianos, partidos do Rio São Francisco de 1660 a 1680, muito antes do governo de Sebastião de Sá no Ceará”. Êste é o primeiro fato histórico registrado. Em torno do mesmo constituíram-se algumas lendas que motivaram as controvérsias referidas...<sup>53</sup>

A controvérsia do povoamento não se deu só entre os historiadores citados, a tentativa de provar quem foram os primeiros a chegar ao Cariri ocupa extensas páginas nas obras de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, bem como no artigo de Joaquim Alves. Indicar e provar se baianos ou pernambucanos foram os primeiros a pisar o solo do Cariri parecia ser tarefa importante para esses historiadores, a origem da região logo após os aspectos físicos e linguísticos, parece encontrar-se nestes:

Foi descoberto o Cariri, que é um dos mais lindos rincões do Nordeste brasileiro, dos mais ricos de tradições patrióticas, no alvorecer do século XVIII, ou no declinar do anterior. A luz de documentos, pode assegurar-se que, em fevereiro de 1702, Gil Miranda e Antônio Mendes Lobato obtiveram do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro terras, desde Várzia das crioulas até Emboscada e Cachoeira, já no Cariri.<sup>54</sup>

Para o historiador, baianos e pernambucanos foram os colonizadores e povoadores do Cariri, uma vez que a colonização se dava por etapas, sendo a primeira etapa a posse das terras, e desta forma, as cartas de sesmarias são apontadas como prova de que baianos e pernambucanos estiveram primeiro no Cariri. Se foram as famílias D’Ávila ou Ariosa, é outra querela. Irineu Pinheiro discorda de Capistrano de Abreu, para quem os baianos não poderiam ter vindo ao Cariri antes que caririenses fossem a Bahia. Para construir seus argumentos contra Capistrano, ele usa e cita documentos no texto e através das notas de rodapé, como ao citar,

---

<sup>53</sup> ALVES, 1946, p 108

<sup>54</sup> PINHEIRO, 1963 p. 19

através de nota de rodapé, a carta recebida por ele do padre Antônio Gomes, que através do livro de registros e batizados de Missão Velha, atestou a naturalidade baiana do avô de Bárbara Pereira de Alencar, ou as referências aos livros de registro de imóveis, também em rodapé<sup>55</sup>.

Irineu Pinheiro vai de encontro igualmente a Antônio Bezerra quanto aos descobridores do Cariri. Segundo Bezerra estes teriam penetrado o Cariri exclusivamente através do Jaguaribe, devido as dificuldades impostas pelas subidas e descidas da chapada e aos perigos representados pelos indígenas que aqui habitavam. Para o historiador caririense, Antônio Bezerra exagera nas dificuldades físicas e mesmo na descrição dos indígenas. Em suma, todas as origens apontadas são fronteiras que fecham o Cariri Cearense, seja Jaguaribe, Pernambuco, Paraíba, Bahia ou Piauí, são possibilidades de entradas, pois fazem fronteira com a região.

Com argumentos que buscam ser precisos e certos, cada um deles inventa um passado para a região, constrói origens e uma imagem, é importante ressaltar que Irineu Pinheiro, busca enaltecer suas origens através da história, tentando chegar o mais próximo de suas origens familiares com a descrição dos pioneiros da colonização.

Figueiredo Filho também aponta como primeiros habitantes do Cariri colonos baianos e pernambucanos e sustenta sua tese através do elogio constante aos documentos usados, mas em nota intitulada “O Cariri: Sesmeiros e Povoadores”, parece se contrapor a Pinheiro e contradizer o que escreveu ao longo do texto, pois afirma que “*Fazer a história do Brasil pelos títulos de sesmaria é perpetuar a injustiça de uma exploração antiga...*” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 27), a injustiça a qual o historiador se refere é tratar os sesmeiros como primeiros habitantes, pois estes mesmo com a posse legal da terra, muitas vezes não se instalavam nesta, ou já as encontravam habitadas e cultivadas por homens que, pobres, não podiam obter do governo a sesmaria:

Dessa maneira, aliás, é que a enfiteuse invadiu o Brasil... pela impossibilidade que implica o povoador obter a carta da terra que era sua por direito de conquista, de primeiro ocupante e pelo trabalho realizado. Quando se fizer a história territorial do país, sobretudo da região nordestina, há de se verificar... que foi insignificante a proporção de sesmarias doadas aos povoadores efetivos da terra.<sup>56</sup>

O próprio autor usa as datas de sesmarias em outras partes do livro para tentar explicar as origens do povoamento. O que parece ambíguo, uma vez que, na referida nota afirma “*Os sesmeiros do Cariri não legaram famílias tradicionais à terra que empalmaram*”. (FIGUEIREDO FILHO, 1964, P. 28). O fato é que para Figueiredo, os baianos é que foram os

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 21-22.

<sup>56</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1964, p 27

verdadeiros povoadores do Cariri, pois os homens que receberam sesmarias não trabalharam nas terras, tendo mesmo vendido-as em pedaços, ou abandonado. Para atestar a ligação entre caririenses e baianos, ele recorre ao folclore, usando o exemplo do termo baião<sup>57</sup>, e outras manifestações culturais presentes na região, que, para o escritor, teriam sido herdadas da Bahia.

Em ALVES, 1946, lemos:

Das sociedades constituídas para a aquisição de terras, muitos abandonaram, uma grande parte dos requerentes, porém, permaneceu fiel ao seu objetivo. Fixaram-se à terra. Trabalharam os seus campos, criaram os seus rebanhos e fundaram as primeiras famílias da região que ainda hoje se encontram domiciliadas no Vale.<sup>58</sup>

Para ele vale usar as cartas de sesmarias a fim de comprovar quem foram os primeiros habitantes do Cariri, de forma tal que em seu artigo são transcritas as datas de sesmarias do Vale do Cariri, em ordem cronológica<sup>59</sup>, para sustentar sua tese de que os mesmos sesmeiros trabalharam e povoaram a terra, formando as famílias da região. Essas afirmações conflitantes, frutos de períodos diferentes, tinham em comum a busca por uma verdade para o Cariri, firmar uma história para a região dependia diretamente de buscar sua origem através de datas e de uma escrita que se pretendia científica.

Resumimos esse embate sobre os colonizadores e povoadores em tabela, para uma melhor compreensão da questão:

**Quadro 2:** Querelas em torno dos primeiros colonizadores e povoadores do Cariri.

<b>Primeiros Colonizadores e Povoadores do Cariri</b>		
<b>Autores:</b>	<b>Concepções:</b>	<b>Documentos e livros referenciados para comprovar:</b>
<b>Irineu Pinheiro</b>	Primeiros a terem posse de terras onde hoje é o Cariri: Gil Miranda e Antônio Mendes Lobato. Vindos de dois pontos: através do Rio Salgado e do Chapadão do Araripe. Seriam os primeiros colonizadores, então os baianos, uma vez	Datas de Sesmarias, Cartas, Livro do Registro de imóveis do cartório de Novo Exu, Livro de Sesmarias e referência às famílias destes

<sup>57</sup> Estilo musical presente na cultura do Cariri, amplamente disseminado pelas músicas de Luiz Gonzaga.

<sup>58</sup> ALVES, 1946, p. 109

<sup>59</sup> ALVES, Joaquim. O vale do Cariri: características físicas, povoamento, população, vida econômica, desenvolvimento cultural. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946.



	que o primeiro passo para a colonização era a posse da terra.	colonizadores ainda presentes na região.
<b>Joaquim Alves</b>	Habitantes de Pernambuco e da Paraíba, nas primeiras décadas do século XVIII, entrando por Campos Sales. Para o autor, o povoamento teria se dado simultaneamente no litoral e no sertão, por volta de 1680 – 1690. Vindo para as terras caririenses moradores da Bahia, Goiana, Paraíba e Rio Grande do Norte.	Datas de sesmarias, o autor cita todas as cartas de sesmarias do Cariri, em ordem cronológica; Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico, e muitas referências a historiadores considerados célebres por ele, seja para confirmar ou discordar de suas teorias.
<b>J. de Figueiredo</b>	Os primeiros a chegarem ao Cariri foram criadores que vieram da Bahia, Sergipe e Pernambuco, vindos pelo Rio São Francisco. Segundo o autor as primeiras sesmarias do Cariri, foram doadas em 1743. Para ele, os povoadores chegaram pelo Rio Salgado e foram os baianos.	Cartas, Datas de Sesmarias, estudos da revista Itaytera, depoimento do Pe. Antônio Gomes de Araújo, no Congresso da Bahia, monografias e livros de historiadores.

**Fonte:** Informações retiradas dos livros.

Devemos, contudo, lembrar que tais embates são frutos de uma concepção histórica distinta, por exemplo, da que temos atualmente. E que cada autor escreve a partir de um lugar social, como institutos ilustrados, ou grupos de historiadores regionais, na busca por uma verdade que lhes serviria.

É também propício ressaltar que esses intelectuais eram em sua maioria farmacêuticos, médicos, advogados e ocupantes de cargos públicos de maneira geral que hoje podem ser entendidos como memorialistas, que dispunham de tempo e dinheiro para se ater ao exercício da escrita, e não viam a colonização como devastadora, mas necessária. Dos autores analisados, temos José de Figueiredo Filho, um farmacêutico, que lecionou também na Faculdade de Filosofia, Irineu Pinheiro, médico que lecionou e inspecionou instituições de ensino importantes e foi presidente do Banco do Cariri e João Brígido, professor de latim, advogado e jornalista. Por isso, mesmo dedicando páginas a escrever sobre os bravos guerreiros indígenas,

não os nomeiam como primeiros habitantes, pois essa concepção de “povoadores” é ligada à noção de “civilidade” que a colonização teria trazido às terras do Cariri.

O passado poderia assim ser tido como exemplo, como meio de entender o presente e justificá-lo, ou mesmo para ser evitado, rompido. Os usos feitos do passado definem o Regime de Historicidade<sup>60</sup> a partir do qual as sociedades pensam sua relação com o tempo. As narrativas sobre as origens do Cariri parecem buscar tanto romper com o passado, o que seria indicativo de um Regime de Historicidade Moderno, quanto usá-lo para servir de exemplo, no caso da exaltação aos nativos como contribuintes para a formação do homem do Cariri, o que indicaria uma visão sobre o passado a partir de um Regime de Historicidade Antigo.

É uma escrita datada, que segue ordem e parece indicar progresso com o passar dos anos, pois logo depois desses embates iniciais sobre a terra, os povoadores, as origens, vemos a descrição das primeiras vilas e detalhes sobre a cultura, os moradores ilustres, a educação, sempre elevando nomes de homens que tornaram o Cariri a preciosidade na qual eles o configuram.

Outro aspecto que aparece com frequência nessa construção histórica do Cariri, é a referência ao que os autores chamam de fanatismo e superstição, para Irineu Pinheiro devido aos governos nunca terem resolvido o problema da seca, a população rural seria levada a apelar para credices, como a descrita abaixo:

Quando, por exemplo, na quadra invernososa não caem, logo, chuvas, ou rareiam, costumam nossos matutos furtar de uma casa vizinha e amiga a imagem de um santo (de preferência S. José) e só restituí-la depois de acabado o inverno e assegurada a colheita. Se, porém, houver sêca, ou mesmo repiquete (seca atenuada), continuará preso e oculto o santo até o fim do inverso seguinte.<sup>61</sup>

O autor define a fé popular como fanatismo, e o aborda como tendo origem no aparente descaso do governo com relação a seca, o relegando esse “fanatismo” às populações rurais. Esse é um dos raros trechos em que o assunto sobre a seca aparece no livro. A falta d’água seria a responsável pela fé que leva às populações a praticarem rituais como o descrito acima, o que é contraditório, se pensarmos na região como um oásis, conforme ela é constantemente descrita. Joaquim Alves trata da religiosidade popular, assim como da afeição às lutas armadas dos caririenses, como dois aspectos negativos.

---

<sup>60</sup> Conceito de François Hartog, para definir a forma como os diferentes povos pensam o tempo e sua relação com ele. Livro: **Regimes de Historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>61</sup> PINHEIRO, 1950, p 96

A justificativa para tais seriam as condições da região, pois: “*vivendo em um ambiente fechado, o sertanejo formou sua mentalidade dentro dos princípios religiosos transmitidos pelas gerações anteriores*”. (ALVES, 1946, p. 121), as superstições são resultado da mistura da religião indígena, portuguesa e em menor escala, africana, que deformaram a prática religiosa. Ainda segundo Joaquim Alves, unido ao fanatismo religioso está a afeição a lutas políticas, que juntas seriam responsáveis pela formação da conduta social e religiosa do Cariri.

Entre essas lutas armadas está a Guerra do Pinto Madeira, conhecida também como Batalha dos Cacetes Bentos, Sedição de Pinto Madeira, ou “Revolta de Pinto Madeira”. As várias denominações podem ser encontradas em diferentes escritos sobre o conflito, algumas para dar mais ênfase ao ocorrido, narram tropas, comandantes, combates, reforçando a ideia de um ocorrido com grandes dimensões.

É o caso do décimo primeiro capítulo do livro “História do Cariri III” de José de Figueiredo Filho, (1966), onde o conflito aparece como: “A Guerra do Pinto”. Irineu Pinheiro, (1963), nas notas finais do livro “Efemérides do Cariri”, denomina de “revolta armada”, e é próprio Irineu Pinheiro, em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, (1964), que traz como título “Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832”, dando uma dimensão muito maior ao ocorrido pela denominação. Já Nélcia Turbano, no livro “Pinto Madeira, nem vilão nem herói”, nomeia o conflito como “Batalha dos Cacetes Bentos”, dando ênfase a participação do padre Antonio Manoel, o Benze Cacetes.

Mesmo com diversas denominações, essa guerra é construída pela historiografia tradicional a partir de datas, acontecimentos ordenados sequencialmente que teriam desencadeado uma guerra. Surpreende o fato que, não foram exatamente os autores tradicionais, como Irineu Pinheiro, e João Brígido, que deram a guerra o delineamento que possibilita seu entendimento como um jogo, eles inventaram seu enredo como uma sequência, mas um contínuo de vendetas, de vinganças entre coronéis que disputavam o poder local.

Essas disputas podem ser notadas em PINHEIRO, 1963 ao tratar sobre uma “mão invisível” que teria perseguido Pinto Madeira durante sua jornada, apontando o senador Alencar como dono dessa mão Irineu Pinheiro nos indica que tratará em suas páginas sobre uma história de vinganças pessoais, que culminaram na Guerra dos Cacetes, levando à luta, segundo a historiografia, milhares de homens armados, levando muitos a morte.

Entre os mortos está o próprio Joaquim Pinto Madeira, em muitos estudos heroicizado através de sua execução que, segundo essa historiografia tradicional<sup>62</sup>, foi rodeada de erros e

---

<sup>62</sup> A exemplo do artigo: “Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832” publicado por Irineu Pinheiro na Revista do Instituto do Ceará em 1964, onde o mesmo analisa a o que chama de “*condenação faciosa*” de

injusta pois Pinto Madeira teria sido condenado através de um júri composto por rivais declarados, e executado sem direito a recorrer da pena, um dia após a condenação. Ele foi colocado como mártir da guerra, provavelmente por ter morrido da forma como aconteceu. Ele recebe o perdão por sua rebeldia, por ter convencido milhares de homens a lutar em prol de um objetivo particular, que era a manutenção de seus privilégios, devido a sua morte.

De todo modo, com o fim da guerra a guerra e a rendição de Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel ao general Labatut, sob acordo de serem enviados diretamente a Fortaleza, inicia-se o martírio que concederá o perdão de Pinto Madeira na historiografia tradicional, pois este seria julgado por inimigos declarados, sem direito de apelar da sentença e executado no mesmo dia do julgamento, erro que o próprio senador Alencar teria repreendido ao juiz leigo responsável pela execução<sup>63</sup>.

Essa historiografia constrói a guerra em etapas, buscando uma origem para as desavenças a fim de negar que a guerra tenha sido motivada pela abdicação de D. Pedro I:

Foram sempre rivais as duas localidades araripanas, nos primeiros tempos do século XIX. De questões entre José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato, e seu cunhado José Alexandre Correia Arnaud proveio a criação da vila de Jardim, em 3 de janeiro de 1816, em obediência ao alvará de 30 de agosto de 1814. Por querer subtrair-se à autoridade e influência do seu parente, foi Arnaud ao Rio de Janeiro e conseguiu não só instituir o termo de Jardim à custa do Crato, como também ser nomeado seu primeiro capitão-mor.<sup>64</sup>

Nesse ponto Pinheiro cria uma origem para a guerra, apoiado nos escritos de João Brígido, que será perpetuada nos estudos seguintes, e essa origem seria a criação da freguesia de Jardim, já motivada por interesses pessoais, rivalidades e orgulho dos homens que comandavam as vilas. Uma narrativa que via de regra é elitista, desconsidera aspectos alheios a rivalidades entre coronéis e comandantes das duas cidades. Essa mesma justificativa para o início das rivalidades encontra-se no livro “Pinto Madeira: nem herói, nem vilão”, da historiadora jardinense Nélcia Turbano, escrito em 2011, confirmando que a origem da guerra apontada pelos pioneiros influenciou diretamente em estudos mais recentes.

Figueiredo Filho não destaca as rivalidades iniciadas com a criação da freguesia de Jardim em 1816 como motivo para a guerra. Na busca pela origem ele aponta a abdicação de

---

Joaquim Pinto Madeira, por um júri formado pelos seus inimigos confessos. Mostrando a condenação em detalhes, que faria de Pinto Madeira um revolucionário herói.

<sup>63</sup> FILHO, José de Figueiredo. **História do Cariri**. v.III. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

<sup>64</sup> PINHEIRO, 1963, p 395

D. Pedro I como principal motivo, afirma que ela teve cunho restaurador, e que, se a abdicação não motivou, pelo menos foi estopim para que a guerra acontecesse.

A narrativa de João Brígido, em seus Apontamentos para a História do Cariri, publicados inicialmente no jornal O Araripe, busca ainda mais precisão quanto aos fatos. A forma como os acontecimentos são enunciados demonstra uma confiança na verdade do que é escrito, ele procura abordar as origens mais remotas, como se tratasse de um relato de memória. Na primeira edição dos seus “Apontamentos para a História do Cariri”, João Brígido reconhece em aviso ao público, que existe a necessidade de “*representar, em um quadro fiel, os acontecimentos do Cariry, tão dignos de um profundo estudo (...)*”<sup>65</sup>, esse quadro fiel é garantido pelas fontes usadas, mas também pela abertura para correções por parte do público.

O autor afirma seu desejo de lançar os primeiros fundamentos sobre a História do Cariri, que possam ser revisados, estudados, e ter sua importância reconhecida pelos leitores, assim firma seu pioneirismo, e, de fato, foi uma das fontes principais dos escritos posteriores, sendo referenciado por Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho no século XX, como prova da veracidade dos fatos narrados, assim como pelos escritos mais recentes, no século XXI, as vezes como prova e outras como fonte a ser questionada.

Após os apontamentos sobre a região do Cariri, é narrada a separação de Jardim em relação ao Crato. Para tanto, o autor inicia com um breve relato do que teria sido a origem da vila de Jardim, com a chegada do padre João Bandeira, que segundo o autor, era valente e acostumado a andar pelos sertões, em luta constante com a natureza, e teria se instalado na região, iniciando o plantio de cereais. A presença de João Bandeira teria atraído outras pessoas para o local, segundo João Brígido eles ergueram uma capela, e tempos depois o padre João Bandeira “*se retirou, como viera, isto é, armado de sua espada á cinta e acompanhado de um seo escravo (...)*”<sup>66</sup>. Ainda assim a vila cresceu, dependendo de Missão Velha e Crato.

A discordância entre Pereira Filgueiras e Alexandre Arnaud é apontada pelo jornalista como início das rivalidades entre as duas cidades, João Brígido remete a 1812, e faz até uma descrição física e moral de ambos, para provar como tiveram origem as desavenças. Ele narra a situação de conflito entre Filgueiras e Aunaud que resulta na separação entre Jardim e Crato, e em seguida:

Cousa singular! Foi quase ao mesmo grito, que esta multidão devia ser bem cedo dizimada e muito sangue derramar: o proprio ouvidor estava reservado a bem duras provanças do infortúnio! Desde este momento uma rivalidade terrível se atiou entre

<sup>65</sup> O Araripe, 19 de fevereiro de 1859, nº 177, p. 02.

<sup>66</sup> O Araripe, 02 de abril de 1859, nº 183, p. 03.

os dous termos, rivalidade, que passando de dous parentes a dous povos irmãos, só devia terminar afogada em sangue.<sup>67</sup>

É digna de nota a busca pela verdade nos enunciados do periódico desde a primeira edição dos apontamentos, em 19 de fevereiro de 1859. O jornalista informa que retomará os acontecimentos a partir de documentos, que lhe garantirão apresentar a verdade sobre os fatos acontecidos no passado Cariri. Brígido deixa clara a intenção de ser o pioneiro na escrita da história do Cariri, e pede que o leitor, ao perceberem alguma omissão ou erro no relato dos fatos, avise por carta para que as devidas correções sejam feitas.

O esforço de escrever uma obra completa, verdadeira e pioneira sobre a história do Cariri é levado adiante nos Apontamentos para a História do Cariri, através da menção a fontes, e uso de uma cronologia a partir das origens da região. Nas obras de Pinheiro e Figueiredo Filho, a confirmação dos fatos se dá através de notas de rodapé, menção a historiadores considerados por esses como célebres e notas aos finais de cada capítulo, que trazem explicações e apontam fontes a serem consultadas pelo leitor que desejar confirmação.

Assim como no jornal “O Araripe”, os livros dos historiadores caririenses, logo após apontarem as origens do Ceará, do Cariri, processos de povoamento, colonização e os demais aspectos relacionados ao que seria o início dessa região, mostram as desavenças pessoais como origem da guerra, e seguem para as desavenças políticas, que para eles teriam início em 1817, com o movimento pela república que, iniciados em Pernambuco, é encabeçado pela família Alencar no Ceará, a partir de Crato.

Todos os acontecimentos elencados antes da guerra parecem conduzir para ela, desde a origem da colonização, e mesmo antes, quando são descritos os nativos do Cariri, como afeitos a lutas. Ao tratar sobre a aliança entre conservadores e liberais, Figueiredo Filho afirma que:

A aliança entre elementos conservadores e liberais foi muito efêmera, em Crato. Durou apenas as primeiras arrancadas, depois dos acontecimentos de Setembro de 1822, quando a Câmara cratense assumiu atitude de liderança francamente revolucionária. O Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, o vigário Antônio Manuel, Joaquim Pinto Madeira e seus amigos jamais fariam causa comum com os membros da família Alencar, arraigadamente liberal e tendente mesmo a os princípios nitidamente republicanos. Pereira Filgueiras e seu inseparável amigo José Vitoriano Maciel passaram, de armas e bagagens, para o lado de Tristão e José Martiniano de Alencar, conservando-se fiéis aos mesmos até o fim.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> *O Araripe*, 9 de abril de 1859, nº 184, p. 02.

<sup>68</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1964, p.26

Assim o autor delimita um momento em que os lados da guerra estão definidos, nomeia suas lideranças, após toda a discussão sobre os desafetos iniciais, conduzindo para o que seria o “fim”. Podemos entender que esse “fim” seja a Guerra do Pinto Madeira, que fortalece a oposição entre os lados, e acaba com a “derrota” de um deles.

A invenção da guerra em suas etapas, ou fases de um jogo, é feita de forma diferente por cada um dos autores analisados, eles obedecem a mesma sequência, mas os fatos e a ênfase dada aos mesmos é distinta em cada intelectual. Como optamos por nos ater aos escritores caririenses pioneiros nos salta os olhos perceber que, embora usando as mesmas fontes, podem ser notadas divergências, por exemplo, entre Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, e entre esses e o jornalista João Brígido. Ao revisitarmos o passado através da escrita desses intelectuais, percebemos que o mesmo se alterou, essa operação histórica é contínua e intrigante, formulamos questões no presente e vamos com elas até o passado para alterá-lo. Partimos do princípio de que a construção da guerra como um jogo tenha sido coletiva, através da repetição dos fatos, mas acabamos por perceber que em cada autor podemos notar uma invenção distinta.

João Brígido e Irineu Pinheiro apostam na vendeta, discordâncias familiares, que levaram os povos de ambas as cidades a se odiarem. As narrativas destes buscaram mostrar mais precisão, ainda que haja a tentativa de construir uma verdade, e que essa verdade os sirva, isso é feito através de um relato onde os autores pouco ou nada aparecem, eles narram fatos, que acreditam serem verdadeiros. O jornalista, na primeira edição dos apontamentos, chega a deixar espaço aberto para que os leitores questionem o que está escrito. Ele busca pioneirismo, faz questão de ser reconhecido como o primeiro, no Cariri, a reconhecer a importância desses fatos, e tentar eternizá-los através do seu jornal, posteriormente em livros. O segundo abusa dos documentos, transcreve-os, tenta imprimir uma verdade, repete fatos das efemérides em suas notas, tenta sumir do texto, não deixar sua presença, apenas os fatos, é a precisão como critério de verdade.

Eles insistem que há uma mão invisível presente no trágico destino do caudilho jardinense, plantada pelas discórdias de 1817, ou mesmo de antes. Nessas narrativas a guerra aparece como mera vendeta. Uma intriga de coronéis que chegou ao ponto de lavar o Ceará de sangue, levando uma massa de quase 3 mil homens a lutarem. Em Figueiredo essa mão invisível é improvável, o autor faz questão de se posicionar na defesa do Senador Alencar, apontado pelos anteriores como dono da mão que escreveu o destino de Pinto Madeira. Desde suas primeiras linhas sobre a revolta de 1817, até o desfecho que é a guerra de 1831/1832, Figueiredo

Filho enumera argumentos em defesa de Alencar. É nesse autor que percebemos uma narrativa digna de um jogo, com roteiro envolvendo um lado bom, e um lado ruim.

Figueiredo Filho constrói uma trama favorável aos Alencar, elogiosa aos republicanos, com muitas indagações e uma presença marcante de sua voz em cada fato relatado, ele usa de documentos, mas em especial de questionamentos, para fazer provar o que escreveu. Tendo os autores anteriores como base, é ele quem tece o jogo da guerra descartando a vendeta, mas sempre lembrando que “antigos ódios” habitavam os corações dos moradores de ambas as cidades. Nas três narrativas a guerra é construída a partir de nomes. Esses nomes são masculinos, com exceção de Bárbara Pereira de Alencar, única mulher colocada ativamente na trama. São nomes importantes, e presentes desde o início das desavenças.

Sobre os cabras<sup>69</sup>, uma imagem é construída. É a imagem de pessoas afeitas a maldade, dominadas por coronéis, sem capacidade de decidir por si. Embora não tenham sido apenas os homens de Jardim que receberam essa alcunha, durante a guerra eles foram mais conhecidos assim. Para esses autores as desavenças e a guerra foram fruto do desentendimento de poucos, que levaram esses homens a derramarem sangue em uma guerra da qual não se beneficiariam.

No jogo historiográfico construído, os cabras são a peça menos importante, que nem mesmo podem decidir seus próximos passos, são manipulados pelos coronéis, e só aparecem na trama nos momentos de combate, no mais das vezes é uma história elitista, que desconsidera a população, ao passo em que pretende criar um sentido de nação para esta apoiado na grandeza dos fatos ocorridos.

Para serem grandiosos esses fatos são precisamente expostos. A sequência tem início, já em Irineu Pinheiro, em abril de 1817 com a chegada de José Martiniano de Alencar que teria sido “*encarregado pelo governo revolucionário de Pernambuco de levantar o Ceará contra a dominação portuguesa.*” (PINHEIRO, 1963, p 57), João Brígido e José de Figueiredo também dão ênfase e destaque a chegada de Alencar ao Crato, e os três discorrem sobre as medidas que o mesmo tomou ao chegar, como procurar convencer sua família aderir sua causa, e procurar o apoio, entre outros, de Pereira Filgueiras, apontado como peça chave desse jogo, pelo prestígio que tinha junto às massas.

Para Figueiredo Filho, existe mais de um ângulo, mas a verdade é uma só:

---

<sup>69</sup>A denominação de cabras, estava “diretamente relacionada a necessidade, entendida pela classe dominante do Cariri Cearense, em diferenciar as classes sociais que competiam a cada uma. No entanto, o desenho dessa categoria, forjado ao longo do oitocentos e parte do século seguinte, passava pela ideia de que tinha um sentido geográfico, entendendo o *cabra* como sertanejo do Cariri Cearense, assim como o caboclo se referia ao Norte do Brasil. (IRFFI, 2015, p. 17)



Não podemos analisar os fatos de um ângulo apenas. Se olharmos os acontecimentos entre Crato e Jardim, pelos dias agitados de 1817, teremos a visão errada dos fatos. PEREIRA FILGUEIRAS surgirá como figura débil, vacilando entre a revolução e os restauradores da ordem, até que se dedique pelo mais provável a vencer no momento. Sua figura, entretanto, agiganta-se para tornar-se dos mais eminentes vultos da história cearense e nordestina, se prolongarmos a análise das coisas, pelos anos de 1822 a 23 e 24. O sub-diácono José Martiniano de Alencar não passaria de jovem idealista precipitando acontecimentos, sem campo preparado, capazes de levar a ruína toda sua família e a própria Vila Real de Crato (...) Tristão, que foi figura ciclópica, que encheu o Ceará entre 1822 e 1824, não passaria de simples moço que adotara sistema único e exclusivamente pela influência do irmão mais letrado e mais velho, vindo do litoral.<sup>70</sup>

É nesse momento que percebemos a adoção, por Figueiredo Filho, de um lado bom da história, que irá travar guerra contra o lado ruim, representado pelos jardinenses, nas pessoas do caudilho Joaquim Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel, a quem o autor ressalta a alcunha de “benze cacetes”. Figueiredo, por muitas vezes faz elogios aos portugueses, à colonização e ao rei, mas reconhece que “*estávamos na época precisa de nos separar de Portugal*” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 12), essa separação, para o autor, era indício de evolução da pátria, pois o brasileiro teria uma inclinação natural à república.

João Brígido enfatiza que os ocorridos de 1817 se deram devido ao o Cariri, que era ligado ao Pernambuco, estar em sintonia com os acontecimentos do Brasil, e lembra ser de D. João a culpa pelo contato dos brasileiros com as ideias de liberdade vindas da Europa, uma vez que este abriu os portos de comércio. Irineu Pinheiro destaca a importância de Pernambuco, que sempre esteve ligado ao Ceará e ao Cariri, e trata sobre o movimento a partir de documentos.

Para João Brígido, após ser contida a revolta de 1817 no Cariri, o governador Sampaio passa a cometer inúmeras injustiças com a região, como devassas e prisões, que colocam verdadeiro pânico, mesmo aos moradores que não apoiaram ou se colocaram contra a república. Todos os escritores analisados, no entanto, parecem concordar que após 1817 surge a figura de Pinto Madeira, e, naquele momento, com a derrota dos liberais, tanto em Crato quanto em Jardim, a fagulha de ódio que já havia entre os moradores de ambas as cidades se acende.

Firmando em seus escritos um lado bom da história, José de Figueiredo aponta e acentua a importância da rebelião, que: “*teve, todavia, repercussão extraordinária no tempo e no espaço.*” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 68), essa revolta se espalha por outras províncias e foi responsável por dar nome aos grandes heróis do jogo: José Martiniano de Alencar, Bárbara Pereira de Alencar e Tristão Gonçalves, uma vez que Pereira Filgueiras só adere a causa da República nas próximas rebeliões.

---

<sup>70</sup> FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri, vol. III. 1964, p. 62

A República proclamada no Crato, por Alencar no púlpito vestindo batina e com um punhal na cintura, repete-se em Jardim, através de Leonel Pereira de Alencar, passagem a qual os três escritores enfatizam através do desagrado que a atitude teria causado ao vigário Antonio Manoel. Com o fim da República teria se iniciado, segundo João Brígido:

(...) para os revoltosos longos dias de aflição e crueis padecimentos, com que cada qual procurava torturar-os, para se fazer recommendavel ás graças do governo. Alencar e seos dois irmãos forão entregues ao capitão de ordenanças Joaquim Pinto Madeira, que os foi entregar no Icó ao capitão-mor José Bernardes Nogueira, portuguez, cuja autoridade se celebrou uma serie infinita de anedotas da mais bizarra tirannia.<sup>71</sup>

Em nenhum dos autores foi feita inferências sobre Pinto Madeira ter ou não infligido golpes e humilhações aos presos, mas todos mostram que a rivalidade política, que faltava aos moradores de ambas as cidades, nasce nesse momento e encarna os Alencar de um lado do tabuleiro, e Pinto Madeira, junto com o padre Antonio Manuel<sup>72</sup>, do outro. Enquanto para Pinheiro e Brígido essa oposição constituí o símbolo das vinganças que irão ocasionar a guerra, em Figueiredo elas compõem o bem e o mal:

Durante o curto período em que dominaram os revoltosos em Crato, da mesma forma que seus correligionários, de Recife, não praticaram qualquer ato de vandalismo, nem provocaram a morte sequer de um realista. Na capital pernambucana houve mortes, mas apenas no calor da luta e antes de efêmero triunfo revolucionário. Entretanto, nunca nenhum ato de rebeldia, em terras do Brasil, foi castigado com tanto sangue e perversidade, como a Revolução Pernambucana de 1817.<sup>73</sup>

Nessa batalha, para o autor, um lado do bem e um do mal estavam bem definidos, os liberais definidos em 1817 formaram a “muralha” que combateu o mal, representado pela figura do “chefe corcunda”<sup>74</sup> Pinto Madeira.

Nas notas que finalizam o livro “História do Cariri I”, J. de Figueiredo Filho ainda reserva espaço para tecer elogios a Bárbara Pereira de Alencar, explicando a razão do seu título de heroína, e organiza um “percurso libertador”, que tem início com explicações sobre o nascimento e a trajetória de José Martiniano de Alencar.

Diferente deste, João Brígido segue a construção da guerra, e por muitas vezes responsabiliza D. João VI, pelas situações que são geradas no Cariri. Já Pinheiro, faz mais considerações sobre os ocorridos através de transcrições documentais em suas longas notas,

<sup>71</sup> *O Araripe*, 07 de maio de 1859, nº186, p. 03

<sup>72</sup> É válido informar que nos diferentes autores, a grafia do nome do vigário de Jardim muda. Em Pinheiro e João Brígido vê-se Antonio Manuel, já Figueiredo Filho escreve Antonio Manoel, ou Benze cacetes.

<sup>73</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 77

<sup>74</sup> Corcunda é como eram chamados os conservadores adeptos da monarquia.

onde acaba recontando os fatos das efemérides em detalhes. Após 1817, as narrativas que conduzem para a guerra expressam os martírios pelos quais os revolucionários passaram nas prisões, e partem para a próxima etapa, o período que vai de 1821 à 1824, com a segunda grande revolta da qual o Cariri é palco.

Na efeméride de 1822, 19 de novembro, lê-se:

Posse, no Crato, do Govêrno Temporário, de que foram membros o capitão-mor José Pereira Filgueiras, presidente, o vigário de Jardim, padre Antônio Manuel de Sousa, secretário, o vigário Joaquim Xavier Sobreira, Lavras, o tenente-coronel Antônio Bezerra de Sousa e Meneses, Icó, o major Felício Pinto da Almeida e Castro, Quixeramobim.<sup>75</sup>

Os antigos inimigos de 1817, conservadores e liberais estavam juntos pela independência do Brasil. O vigário da paróquia de Jardim, lado a lado com Pereira Filgueiras e Tristão Alencar, em nome de uma causa comum. Os autores anunciam uma pausa nos conflitos. Mas essa pausa duraria pouco tempo, pois depois da independência narra Figueiredo Filho, o imperador Pedro II, continua a demonstrar preferência por Portugal.

Nem Pinheiro, nem João Brígido, dão ênfase a essa trégua entre os rivais. Mas Figueiredo o faz, e demarca os momentos em que o jogo cessa, logo após a primeira vitória dos conservadores sobre os liberais, em 1817, mas um jogo não pode acabar sem que um dos lados saia vencedor, e assim as desavenças reiniciam em 1822, ficando os lados mais uma vez separados. A partir desse ponto, Tristão e Filgueiras serão os jogadores mais presentes do jogo, movendo suas peças rumo a república do Brasil. Mas a cada jogada dos liberais, os conservadores moviam também as suas peças, é a ordem natural de um jogo, percebida claramente em Figueiredo.

Para os autores, a revolta de 1824, que vinha sendo preparada desde 1822, tem como jogada principal a dissolução da Constituinte do Brasil, a desobediência e não aceitação do Crato ao Imperador D. Pedro I, enquanto em Jardim que “*por um espírito de rivalidade com o Crato, se tinha feito ultra-realista, o vigario Antonio Manuel estava, sem competencia, arbitro de seos destinos*”<sup>76</sup>, a câmara jurava a Constituição e solicitava que a instalação de uma monarquia absolutista.

Mais do que vinganças, percebe-se nas desavenças um choque de ideias, provocado pela busca de conservar e obter privilégios de ambos os lados. O vencedor desse jogo ganharia mais que a satisfação da vitória, pois com esta viriam incontáveis benefícios. Mas isso não explica a

<sup>75</sup> PINHEIRO, 1963, p. 67

<sup>76</sup> O Araripe, 21 de maio de 1859, nº 188, p. 01.

adesão de uma camada pobre da sociedade a esse conflito, como em um tabuleiro de xadrez essa camada sem posição social, era a primeira que entrava no campo inimigo, com poucas opções de jogada.

Após a vitória em 1824, novamente os liberais são derrotados, o passo dado pelos conservadores é certo e finda com a morte de Tristão Gonçalves, narrada romanticamente e em riqueza de detalhes por José de Figueiredo Filho: “*E ali, naquelas ermas paragens, vítima unicamente de seus ideais, tombou para sempre o prestigioso vulto da Confederação do Equador, aquele, que nos seus excessos de um patriotismo abcecado...*” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 72). Tristão encerra assim a sua participação na guerra, antes mesmo de esta acontecer, mas é colocado como herói.

Nos escritos de Irineu Pinheiro e João Brígido, que apostam na vendeta, esse pode ser mais um dos motivos que levaram a posterior perseguição de Pinto Madeira, somando-se aos ocorridos de 1817, e os posteriores a 1824. O período posterior a 1824 e anterior a 1831, quando eclode a guerra de fato, é marcado por ações de ambas as cidades. São devassas contra Pinto Madeira, armamento da população de Jardim, autorização de invasão de Jardim pelos cratenses, morte de Leonel Alencar, o jogo se agita e, de acordo com a narrativa dos intelectuais caririenses, cada lado faz suas jogadas.

Os autores colocam na sequência, logo após a morte de Tristão Gonçalves, a nomeação de Pinto Madeira como comandante do Crato, e em seguida tem início os pedidos de processo e devassa contra o mesmo. João Brígido elenca os processos movidos contra Pinto Madeira, em clara alusão à vingança, Irineu Pinheiro o faz, também buscando mostrar que existe, nesses processos e em sua prisão, uma vendeta iniciada e em muitos momentos parece mesmo se posicionar a favor de Pinto Madeira:

Chegada ao Crato a onda demagógica, dela aproveitaram-se os inimigos de Pinto Madeira não só para dele se vingarem como também do magistrado que, no ano anterior, lhes fora desfavorável, num dos processos movidos contra o caudilho caririense. Dêstes sucessos e outros resultou a “Guerra do Pinto” a qual ensanguentou o Ceará desde de fins de 1831 até 12 de outubro de 32, dia em que Madeira e padre Antonio Manuel se entregaram ao general Labatut, em Correntinho.<sup>77</sup>

Na narrativa de Pinheiro é essa busca por vingança, a todo custo, contra Pinto Madeira, o estopim da guerra. A Câmara do Crato que para este autor estaria guiada por uma mão forte e invisível, deflagra a guerra com suas atitudes. Filgueiras também reconhece que os inimigos

---

<sup>77</sup> PINHEIRO, 1963, p. 389

de Madeira não iriam descansar enquanto não o colocassem na prisão, porém, ele coloca a criação da Coluna do Trono como verdadeira responsável pelo retorno das agitações:

A agitação recomeçava, com aquela entidade secreta, criada aos pés de serra do ubertoso vale caririense, em sítio de Barbalha. Em 25 de Outubro o major Francisco Xavier Torres, tão vinculado à História do Ceará, na primeira metade do século XIX, é mandado ao Cariri com 100 praças com o fim de perseguir os partidários da COLUNA DO TRONO. ( FIGUEIREDO FILHO, 1963, p. 8)

Para cada jogada dos liberais, uma jogada dos conservadores. É assim que a guerra é construída nas edições de “História do Cariri”, de José de Figueiredo Filho. Nesse ponto, o autor não descarta a participação e influência da família Alencar, mas mostra que Pinto Madeira, que move as peças do lado dos conservadores, não fica inativo, e procura o ouvidor do Crato para solicitar o fim do processo movido contra ele, uma vez que todos os que o assinaram eram seus inimigos confessos. A solicitação de Pinto Madeira é aceita pelo ouvidor Martiniano da Rocha Barros o que para Figueiredo, faz aumentar as rivalidades entre os municípios.

Enquanto João Brígido e Irineu Pinheiro lançam os fatos sem questionar, nem deixar abertura para questionamentos maiores, Figueiredo segue a linha oposta, e faz questionamentos diversos aos quais responde em seguida, como a indagação “*Por que Jardim tomara atitude de antecipar-se à vila que lhe era contrária com o preparo de expedição relativamente numerosa?*”. Em seguida relata a chegada de Tomás Antonio e seu relatório desfavorável à Jardim como resposta. Ou “*Teriam tido os acontecimentos ocorridos no Cariri, entre 1831 e 1832, alguma repercussão nas províncias vizinhas?*”. Sobre a possibilidade da participação de Martiniano de Alencar no destino de Pinto Madeira:

O presidente José Martiniano de Alencar, embora acusado de ter participação direta na condenação de seu antigo desafeto – Pinto Madeita, censurou o juiz José Vitoriano Maciel por não ter deixado que o réu apelasse, conforme lhe determinava a lei. Trocaram ofícios neste sentido, a desculpa de José Vitoriano Maciel baseou-se no desconhecimento da lei, como se um juiz embora leigo, não tivesse obrigação de conhece-la, pelo menos na parte referente ao julgamento do réu e sua condenação à pena capital. Qual dos dois estaria com a culpa? São os mistérios da história. Até agora nunca foi encontrado documento escrito que comprovasse a culpabilidade do presidente Alencar, naquele julgamento e execução. Seria dos crimes perfeitos da história? Joaquim Pinto merecia aquela execução?<sup>78</sup>

É assim que defende Alencar, pois para o autor, mesmo que este tivesse motivos e influência suficientes ao ponto de escrever um destino trágico para Pinto Madeira, nenhuma

---

<sup>78</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 45

prova foi encontrada de que ele o tenha feito. Mostrando a ênfase no “documento escrito”, e negando a existência de crimes perfeitos, inocenta o senador Alencar um liberal republicano, de ser o causador do martírio de Joaquim Pinto Madeira, o monarquista restaurador.

O uso das perguntas ao longo dos escritos no livro pode ser interpretado como uma forma de tornar o texto didático e imprimir-lhe o sentido de verdade, uma vez que a coleção destinou-se a Faculdade de Filosofia onde o autor era professor. É também notória a intenção de que as edições fossem levadas às salas de aula no ensino de História como o autor explica: *“destina-se aos meus alunos e servirá como orientação ao ensino de história regional, nos estabelecimentos secundários, nos grupos escolares e escolas isoladas”*.

Se os livros foram usados nas salas de aula como instrumento didático ou serviram de base para a história regional no período, e atualmente, são questões sobre a qual poderemos nos debruçar no próximo capítulo. Embora a partir das análises realizadas possamos inferir que essas construções tiveram peso e influência que perduram até hoje.

Enquanto isso, nas suas efemérides, Pinheiro aponta, por mais de uma vez, a crença em que “certas influências” tenham contribuído para a perseguição de Madeira e para a guerra. O fato é que os três autores caririenses constroem esse conflito a partir do ponto de vista deles próprios, onde os coronéis viram peças centrais e apenas aparecem grandes nomes. Seja uma luta constante entre o bem e o mal, seja por vendetas, a guerra é inventada a partir de uns poucos homens, que tinham desavenças entre si, levando as duas cidades a tornarem-se inimigas.

Nas palavras de Figueiredo Filho, mesmo com todas as investidas da câmara do Crato contra Madeira, *“não brigam dois quando um não quer”* (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 9), o autor dá a entender que um possível afastamento de Pinto Madeira do Ceará, pudesse ter posto fim aos desentendimentos de ambas as vilas. Nos três autores, os fatos ocorridos a partir de então culminariam fatalmente na guerra, como a revogação, pela Regência, do título de coronel de batalhão de Pinto Madeira, ou o relatório de Tomaz Antônio Silveira, que viera ao Cariri a fim de prestar notícias ao governo sobre a situação entre as duas cidades, e enviou parecer favorável ao Crato.

Para Pinheiro, o relatório foi mal conduzido, e é culpado pelo agravamento da situação entre as cidades e, indiretamente, pela guerra. Ainda segundo esse autor, os fatos ocorridos quando da presença de Tomaz Antônio em Jardim, ainda são mal relatados. Na ocasião, um soldado da comitiva de Tomaz Antônio teria sido assassinado por uma ronda de paisanas. Segundo João Brígido, em suas “Datas Históricas”, o assassino foi preso na casa do vigário Antonio Manuel, e Tomaz Antônio deixado a vila imediatamente. Logo em seguida, os autores

relatam que Jardim se arma, motivo pelo qual Figueiredo afirma ser o relatório de Tomaz Antônio o estopim da guerra.

Após vencer a primeira batalha, vemos na narrativa de Pinheiro, 1963, que Pinto Madeira, “*no calor do triunfo, lança manifesto, não só aos caririenses ou mesmo cearenses, mas aos brasileiros, em geral.*” É conflitante afirmar que, por chamar o povo de brasileiros, na proclamação feita em Janeiro de 1832, Pinto Madeira de fato estivesse se referindo a todos os habitantes do Brasil, mas certamente a todos do Estado, uma vez que a noção de pátria ainda não era bem definida. Ele pode ter chamado de brasileiros os cabras que lutaram ao seu lado, o que era pouco comum no período. (FIGUEIREDO, 1963), transcreve o manifesto, cujo trecho segue transcrito:

Brasileiros: é chegada a época de nossa regeneração política! Época em que malvados liberais vão ser punidos de tão horrorosos crimes por eles perpetrados. Brasileiros! Estou em campo: reuni-vos a mim, e vamos desafrontar a nossa honra tão manchada por essa vil escória de sevandijas, que com o título de liberais têm feito viva guerra à religião e ao trono do melhor dos soberanos. (...) <sup>79</sup>

Para Figueiredo, o manifesto comprova que a guerra era restauradora, nesse aspecto ele e Pinheiro discordam, uma vez que o segundo chega a afirmar que a guerra não ocorreu meramente pelo retorno de D. Pedro I, e que envolvia questões maiores, como a vingança pessoal. Segundo José de Figueiredo, o grande cabeça da guerra foi o padre Antonio Manoel que teria, inclusive, persuadido Pinto Madeira a ficar no Cariri, como já foi dito, Figueiredo elegeu desde as primeiras linhas um lado representante do mal nessa trama, e muitas de suas considerações reforçam essa eleição.

Os autores estudados são unânimes em afirmar que as tropas *pintistas*<sup>80</sup> legaram vitórias em Barbalha, Várzea Alegre, Limoeiro, Icó, Cobra, Missão Velha e Santa Catharina, e essas vitórias são abordadas a partir dos nomes importantes, Pinto Madeira e Padre Antonio Manoel, quase não se mencionam os homens que lutaram, e quando o fazem é para reafirmar sua perversidade, os desmandos que faziam ao entrar nas vilas: “*Entrou no Crato, triunfante, Joaquim Pinto Madeira. Não puderam os chefes conter seus comandados, que assassinaram, roubaram e queimaram, estúpida e papéis de cartório*”. (PINHEIRO, 1963, p 101). A maldade legada aos cabras acompanha as narrativas como se ela fosse o motivo único

---

<sup>79</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1963, P. 25

<sup>80</sup> Definição usada pelos autores analisados para se referir aos homens que lutaram ao lado de Pinto Madeira. Quando não são tratados como tropas *pintistas*, é usado o conceito *cabras*, denominação criada de cima para baixo, para designar uma parcela da população pobre e em sua maioria preta e parda. Esse termo é firmado durante a guerra.

que os levara a lutar, nesses relatos os autores demonstram que, mesmo lutando do mesmo lado, ao seu ver os cabras não eram de confiança. Mas em suas notas, Pinheiro faz uma menção aos cabras digna de transcrição:

Notável a ação do cabra, mestiço de branco e negro, ou destes com índio, na história do Cariri, ou melhor, na do Ceará. Compuseram-se deles, em grande parte, os exércitos que combateram pela independência nacional em nossa Província, em Piauí e Maranhão em favor da Confederação do Equador, na “guerra do Pinto” etc.<sup>81</sup>

As ações desses cabras são chamadas de notáveis pelo autor, mas ao longo das efemérides as poucas menções aos mesmos, como dito anteriormente, apenas reforçam seu lado ruim e perverso. A dualidade do autor pode dever-se ao fato de o mesmo buscar imparcialidade nas efemérides como forma de escrever uma história verdadeira, enquanto nas notas lança elogios, coloca mais de si, ainda que sem questionamentos.

Figueiredo narra que, em determinado momento, quando a população estava sendo armada em Jardim, por faltarem armas de fogo optaram por cacetes benzidos pelo padre Antônio Manoel, razão pela qual este fica conhecido como Benze Cacetes. É ainda do autor a afirmação de que o padre teria chegado a benzer uma mata inteira, para facilitar o processo de armamento dos cabras.<sup>82</sup>

As primeiras derrotas de Pinto Madeira, padre Manoel e suas tropas são datadas por Pinheiro e João Brígido em 06 de fevereiro de 1832, com a primeira derrota em Várzea Alegre, após a qual sofreriam muitas outras, até renderem-se ao coronel Labatut, enviado pela Regência para conter o movimento, o que mostra sua repercussão nacional. Embora a rendição tenha sido a Labatut, para Figueiredo o verdadeiro vencedor da guerra teria sido o presidente José Mariano, que veio de Fortaleza pessoalmente combater a revolta, apenas retornando após infligir seguidas derrotas aos jardinenses, a quem o autor chama de restauradores.

O relatório enviado por Labatut ao ministro da guerra é transcrito pelos três autores, mas enquanto Pinheiro e João Brígido parecem aceitar como verdade o que o general escreveu a favor dos líderes revoltosos, Figueiredo infere que a impressão tida por Labatut sobre os mesmos advinha do momento. Segundo o autor, o general conheceu Madeira e Antonio Manoel no momento em que estes estavam humildes, e buscavam inocentar-se, pois se os tivesse conhecido quando de suas vitórias sobre os liberais, não os teria como inocentes. Mais uma vez percebe-se a guerra como uma trama, um jogo, na narrativa de Figueiredo<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> PINHEIRO, 1963, p. 350

<sup>82</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 21

<sup>83</sup> J. DE FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 35.



Após a rendição, os revoltosos são levados à Recife, os autores apontam que nesse trajeto teriam sofrido humilhações e represálias por parte da população. A jogada seguinte nesse jogo pode ser vista como o verdadeiro xeque mate, e quanto na condenação de Pinto Madeira os autores concordam ter sido injusta, o mesmo foi acusado e executado pelo assassinato de Joaquim Pinto Cidade, do qual teria sido mandante. Um conjunto de erros é apontado entre eles o tribunal composto por inimigos, sendo o mais notável o juiz leigo José Vitoriano, que negou o direito de apelação, e a execução imediatamente um dia após a condenação.

Figueiredo narra em riqueza de detalhes a execução, como um romance onde a voz dos personagens aparece em momentos decisivos. E finaliza o jogo com a defesa de José Vitoriano, se opondo a João Brígido e Irineu Pinheiro, no tocante a ter sido este um homem fiel e coerente com seus princípios.

As longas narrativas dos pioneiros caririenses sobre a guerra a constroem como uma luta causada por vendetas e rivalidades antigas entre coronéis, que coloca de lados opostos duas cidades. A forma como a Guerra do Pinto Madeira é construída nessa historiografia tradicional nos remete a um jogo, construído e solidificado ao longo dos anos, que se perpetua nos estudos posteriores sendo propagado através da educação. E, como em todo jogo, este possui dois lados opostos se enfrentando na busca por alcançar a vitória, Jardim, conservador, e Crato, liberal, fazem suas jogadas cada um a sua vez. Ao final das narrativas esse jogo parece não ter um vencedor, se tratando de História, muitas versões são possíveis, e para cada uma delas, alguém será coroado e alguém condenado.

Desde as desavenças em 1812, quando tem início a busca pela emancipação de Jardim, aflorando em 1817 com a oposição política, as jogadas de cada um dos lados são narradas como revezadas. Em 1816 Jardim faz a jogada inicial, separando-se de Crato, que revida com a revolta de 1817. Conservadores, então, executam os liberais que estavam entre si; matando Leonel Alencar e seu filho, em Jardim; liberais revidam desfazendo a aliança que havia sido firmada em 1822, quando uniram-se em nome da independência.

A essa jogada, os jardinenses reagem, proclamando a Constituição, o que é seguido pela jogada dos liberais de perseguição a Pinto Madeira, através de devassas e processos. Os conservadores, por sua vez, lançam a jogada de armamento da população com cacetes bentos, e partem para o ataque das peças do inimigo. Portanto um verdadeiro jogo, que tem peças principais e as de menor valor, que são comandadas pelas primeiras. Essas narrativas, entre tantas outras, inventaram a guerra, preparando o terreno para os estudos que viriam depois.

## 2.2: A Guerra do Pinto Madeira em estudos recentes.

A historiografia analisada nesse tópico é recente em termos cronológicos. São escritos que não buscam formar uma nação, como nos analisados anteriormente, possuem objetivos distintos. Faremos a análise desta historiografia a fim de entender se ela sofre ou não a influência da construção feita pelos autores pioneiros, e que a partir de quais ângulos a Guerra do Pinto vem sendo abordada pela historiografia recente, que já sofre a intervenção de métodos ligados às escolas históricas e comunidades de historiadores, diferente dos autores pioneiros.

Para tanto, nos debruçaremos em especial sobre o livro “Pinto Madeira, nem herói, nem vilão”, escrito em 2011 pela historiadora jardinense Nélcia Turbano, formada também em Direito. O livro foi solicitado e publicado através de parceria com a Prefeitura Municipal de Jardim, na qual a autora atuava a época como procuradora. A tese de doutorado “O Cabra cariense: A invenção de um conceito oitocentista” da historiadora Ana Sara Irffi, Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

O artigo “A influência das revoltas liberais no cariri cearense, e a “Sedição de Pinto Madeira”, da historiadora Maria Jorge dos Santos, doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC e professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFPE; da dissertação de mestrado: “A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais.”, do historiador Sócrates Quintino de Brito, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina; e da dissertação de mestrado “Espíritos Inflamados: A Construção do Estado Nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840)”, de Keile Socorro Leite Felix, mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Todos os estudos abordam diretamente a Guerra do Pinto, sendo que cada autor dá uma ênfase distinta aos fatos. Em Ana Sara Irffi, por exemplo, a guerra é citada por fazer parte da formação do conceito de cabras, usado pela primeira vez a partir da Guerra do Pinto, a autora analisa a invenção histórica do conceito no século XIX, que:

... estava diretamente relacionada a necessidade, entendida pela classe dominante do Cariri Cearense, em diferenciar as classes sociais que competiam a cada uma. No entanto, o desenho dessa categoria, forjado ao longo do oitocentos e parte do século seguinte, passava pela ideia de que tinha um sentido geográfico, entendendo o *cabra* como sertanejo do Cariri Cearense, assim como o caboclo se referia ao Norte do Brasil. (IRFFI, 2015, p. 17)

Ao dar ênfase à formação do conceito, a autora nos revela que o foco de sua pesquisa, ainda que envolva um estudo sobre a guerra, serão os homens que nela lutaram assim como de

todos os que ficaram conhecidos como cabras, não apenas os de Jardim, diferindo das narrativas tradicionais e usando-as como fonte. Através da investigação sobre como o conceito foi forjado no século XIX um olhar inovador é lançado à Guerra do Pinto, que é vista a partir da massa, silenciada nos estudos pioneiros. Nos deteremos mais especificamente à análise do capítulo 2: “Um séquito de cabras armados: a guerra do Pinto e a construção histórica do cabra”, para entender como esse estudo entende e escreve a guerra.

A ênfase dada pela autora em questões raciais e sociais é percebida através da menção à preocupação que o Governo Imperial tinha, durante todo o século XIX, com grupos considerados nocivos à cidadania que se pretendia formar, grupos mestiços considerados um atraso para a sociedade brasileira, e foram justamente esses grupos os participantes de revoltas e manifestações durante o século XIX, é nesse ponto que Ana Sara Irffi, toca a guerra do Pinto.

Diferente dos autores tradicionais, Ana Sara Irffi não acredita que os cabras participantes dessas revoltas fossem meramente massa de manobra, pois para ela a participação destes:

... tinha interesses diversos do que percebia a elite senhorial e as autoridades do Cariri, e mesmo da Província cearense. Suas reivindicações tinham raiz num passado em que essa população foi vilipendiada das condições básicas de vida e sobrevivência, enquanto, em contrapartida, a nação brasileira se tornava independente e essa parcela da sociedade era excluída do direito à cidadania. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi (2015, p. 105)

Os cabras, assim, teriam sido parte atuante na guerra, escrevendo seus destinos ativamente com base em um passado de negações que pretendiam superar. Se analisarmos por esse ponto de vista o conflito ganha novos ares, pois teremos interesses tanto por parte dos que foram eleitos pela tradição como os cabeças da guerra, quanto dos homens que lutaram, dispostos a matar e morrer, mas por objetivos próprios e não às cegas, como acreditavam os intelectuais caririenses. Mesmo que tenham sido levados à luta por Joaquim Pinto Madeira, e pelo padre Antonio Manoel, houve a intenção de lutar, e objetivos a conquistar, esses homens queriam melhorar a situação em que viviam, motivados por muitos anos de dificuldades econômicas e sociais, agravadas pelas doenças e pela seca.

De outro lado, segundo Ana Sara Irffi, havia a tentativa de controlar as massas de ambos os lados. Muito além da preocupação com as desavenças entre Jardim e Crato estava a necessidade de controlar a camada pobre da sociedade, que revoltada poderia causar danos aos novos propósitos governamentais, foi o que aconteceu com as tropas de Pinto Madeira.

Nesse ponto, a intervenção das tropas governistas no conflito buscava conter as massas, que poderiam espalhar uma revolta difícil de controlar, e não exatamente se posicionar em socorro do Crato, como vemos nos autores tradicionais. É uma visão inovadora sobre o conflito ainda que feita com base na análise dos mesmos autores tradicionais, fruto de uma consciência histórica e de um lugar social distintos dos autores pioneiros caririenses.

A participação dos cabras na guerra é explanada por Irffi como sendo o resultado de um longo processo cultural, mas também econômico e de tensões sociais experimentadas na década anterior a guerra por essa parcela da população. A guerra, vista por esse ângulo, é motivada pelas injustiças sofridas por uma parte significativa da população, os mestiços, em uma sociedade racializada, que se tornava difícil para os mesmos. Sem os mais de dois mil cabras, Pinto Madeira e o padre Manoel provavelmente não teriam feito mais do que fundar a Coluna do Trono.

Ana Sara Irffi analisa as revoltas de 1817, 1824 e a guerra do Pinto, pela perspectiva da participação de homens de cor em ambas, sempre destacando a forma como esses homens foram retratados nas revoltas, tanto por liberais quanto pelos conservadores. Essa invenção do cabra como a “parte da população rude e fanática”, é firmada pelos intelectuais tradicionais estudados e reforçada ao longo de suas narrativas. Para Sara, portanto, o cabra é construído com base em uma distinção social, e seria essa distinção o motivo principal das suas participações nos conflitos.

Em seu estudo a autora ressalta o caráter político indefinido de Pereira Filgueiras, a quem os intelectuais caririenses tentam apregoar que esteve sempre ao lado dos liberais, por não ter, na revolta de 1817, impedido Alencar de levá-la adiante, quando este o procurara. Para Sara Irffi, tais atitudes seriam definidoras de sua imprecisão política, ela utiliza as fontes que também são usadas pela historiografia tradicional, mas dá um recorte distinto, pois busca nas mesmas entender como o homem pobre do Cariri, que participou ativamente das lutas armadas, ganhou a imagem de violento e causador de medo.

É interessante notar que, sendo a região formada basicamente por mestiços como mostram os gráficos populacionais apontados por Irffi em seu estudo, a distinção entre uma camada “nobre” e uma “escória” da população é dada através da renda, que definia a participação ou não nos assuntos políticos. Mesmo os “homens bons” da região, possuíam sangue mestiço, mas apenas aqueles a quem foi dada a alcunha de cabras eram vistos a partir de características negativas diversas. Através desses postulados, a autora infere que a participação dos cabras nas revoltas não era apenas em obediência aos coronéis, para ela há uma tentativa de participação social e melhoramento das condições de vida pois:

Sua participação nos movimentos políticos não se restringia aos ‘mandos’ do senhor em fazê-los acompanhar em suas lutas, mas se engajavam também a fim de reivindicar melhores condições de vida ou mesmo para reclamar respeito aos seus costumes e tradições, violados pelas mudanças políticas e administrativas. Tinham o entendimento de que seu mundo não se resguardava apenas à propriedade de seu senhor. (IRFFI, 2015, p. 128)

Assolados pela seca e doenças como a peste e a varióla, impostos a mudanças diversas em sua forma de vida, convocados a lutar quando o país entrava em guerras, como a da Cisplatina e negados de participação política, esses cabras teriam, segundo a autora, feito parte das rebeliões como forma de obter melhorias para sua situação. A guerra do Pinto, vista pela perspectiva da historiadora, ganha outros sentidos e não pode ser entendida como um jogo de interesses particulares, mas como uma manifestação que resulta de longo processo histórico de exclusões, cujo objetivo não seria a restauração do trono ao imperador, mas a busca incerta por uma vida diferente por parte dos cabras.

Mesmo reconhecendo que entre os ‘cabeças’ do movimento havia interesses em privilégios particulares a guerra adquire, no estudo de Ana Sara Irffi, traços diferentes daqueles dados pela historiografia tradicional, pois ainda que estivessem lutando lado a lado, cabras e coronéis tinham objetivos distintos. A narrativa dá espaço às diferentes vozes presentes na guerra, os diversos interesses e objetivos, relendo criticamente os autores pioneiros, não apenas do Cariri, e lançando novos olhares sobre as fontes. Informações importantes, e que vão de encontro ao que foi escrito pelos pretensos intelectuais caririenses, são inseridas no estudo, como:

A ideia de eram apenas os homens da vila de Jardim engajados nos movimentos foi sendo desmistificada ao longo do tempo, inclusive pela própria fonte que fomentou a informação, a Câmara do Crato. Inicialmente, os vereadores cratenses propagavam em suas atas e ofícios quão perigosos eram os homens de Jardim em relação aos das demais vilas. (IRFFI, 2015, p. 146)

Através de atas das reuniões realizadas pela Câmara a autora postula que não eram apenas os homens de Jardim que faziam parte das tropas de Pinto Madeira, até pela impossibilidade de conter os moradores de todas as localidades que faziam parte da vila do Crato, e mostra a preocupação das autoridades de que o movimento tomasse proporções ainda maiores. Esse pode ser apontado como outro indicativo de que os cabras tinham seus objetivos, e não eram apenas massa de manobra. Ela mostra que, apesar dos esforços empreendidos na época através de cartas e ofícios, e posteriormente nos livros e jornais que se dedicaram a relatar

a História do Cariri entre os séculos XIX e XX, de construir uma imagem negativa sobre os cabras, como malvados, e em certo momento covardes e preguiçosos, a participação destes na guerra a define por ter até famílias envolvidas, mostra detalhes sobre a região em que viviam e mesmo sobre o país e seu momento político. Eles não estavam apenas seguindo ordens, mas buscando mudar uma realidade social.

Enquanto os intelectuais caririenses, e em maior medida Figueiredo Filho, procuraram invalidar o ofício enviado pelo general Labatut ao governo regencial sobre a situação do Cariri, através da alusão a sua tropa ser formada por homens negros, Sara Irffi lança questões ao documento que nos mostram as proporções da guerra em escala diferente. Devido ao cenário em que acontece, de falta de participação política, fome, doenças, seca que atinge tão somente a população pobre; a Guerra do Pinto poderia ter tomado proporções maiores, e não se resume a fenômeno local, ou uma briga de coronéis, é mais ampla e complexa do que se possa imaginar, e muito nos diz sobre a História do Cariri, mas em especial sobre a História Social do Brasil no período.

É a guerra vista na perspectiva da História Social que nos releva sua importância e abrangência e como ela interfere na História do Brasil diretamente. A ênfase nos cabras refaz a História do Cariri e do Brasil a partir do ponto de vista dos pobres, de como as mudanças que ocorriam no âmbito da formação de uma identidade nacional chegam à camada marginalizada da população e como esta responde às mazelas as quais foi historicamente imposta.

Já em Nélcia Turbano, embora trate-se de um estudo recente cronologicamente, percebemos a adoção da mesma linha dos escritos tradicionais, o livro tem início com relato sobre a influência da capitania de Pernambuco sobre o Ceará, segue na mesma sequência dos intelectuais dos séculos XIX e XX, pois aborda a rivalidade entre jardinenses e cratenses desde 1814, com a desavença pessoal entre Pereira Filgueiras e o sargento Arnaud, que teria resultado na emancipação da vila de Jardim. A autora também usa o recurso de anexar a documentação utilizada, comprovando o que discorre no texto, sem no entanto, questioná-la e problematizá-la. Ainda que recente, o livro “Pinto Madeira, nem herói, nem vilão”, traz uma abordagem tradicional da guerra, ele é, provavelmente, o mais lido entre os que ensinam História de Jardim.

Ao tratar sobre a revolta de 1817 no Cariri, Nélcia Turbano usa de datas, e inicia com a chegada de Alencar ao Crato, como o fizeram os autores tradicionais, a quem ela tem como fontes. Os capítulos e tópicos do livro mostram que essa sequência está sendo seguida rigorosamente para a construção da guerra.

Os capítulos seguem a lógica de fatos que teriam levado à guerra, como uma “linha”, cada enunciado prepara as condições para o posterior, tudo tendo início em 1814, separação

entre as vilas de Jardim e Crato; agravando-se em 1817, com a breve República proclamada em ambas as vilas pelos Alencar, passando por 1822, 1824, 1831 e nos fins deste ano, a guerra. Não muito diferente do que temos, por exemplo, em “História do Cariri”. Uma escrita datada.

O estudo firma a narrativa dos intelectuais caririenses pioneiros, e nele percebemos a guerra como um jogo de interesses políticos, semelhante aos jogos de tabuleiro. A autora jardinense aponta os fatos como jogadas, e cada cidade, a sua vez, move uma peça no jogo. Assim à separação de Jardim, sucede-se a revolta de 1817, com a proclamação da República em Crato e posteriormente em Jardim. A autora ressalta o quanto foi efêmera a República no Ceará, terminando com o martírio dos seus líderes. Ela cita os historiadores pioneiros para fins de concordância, não enquanto questão. Por não problematizar o que foi escrito, percebemos uma tendência tradicional no livro, mesmo se tratando de um estudo recente cronologicamente.

A escritora jardinense constrói Pinto Madeira enquanto herói, contradizendo o título dado ao livro, até por colocar os fatos ordenados, dando a ideia de sequência, ao longo dos capítulos. Uma sequência que o transforma, inevitavelmente, herói que lutou pela cidade.

Após a narrativa sobre 1817, seguindo o rascunho dos historiadores tradicionais, a autora inicia, sob o título “Confederação do Equador”, breve narrativa sobre a revolta, mostrando que esta seria uma reação ao “absolutismo do imperador”. E nessas linhas percebemos que a construção da guerra como um jogo prevaleceu no livro, pois logo após mostrar as atitudes dos liberais de 1824, que seriam a movimentação das peças no jogo pelo Crato, ela relata a represália dos jardinenses com o assassinato de Leonel Pereira de Alencar e seu filho:

Rumaram para o sítio Engenho Velho, atacaram de surpresa e sem dar nenhuma chance de defesa para as vítimas, assassinaram Leonel Pereira de Alencar e seu filho Raimundo Pereira de Alencar, ateando ainda fogo na sua propriedade. A esposa de Leonel Alencar, mesmo grávida, conseguiu escapar fugindo pela serra do Araripe. (SANTANA, 2011, p. 44)

Esse é um episódio conhecido na cidade de Jardim, e Leonel Pereira, atualmente, nomeia uma rua central da cidade.

**Imagem 4** - Sumário do livro “*Pinto Madeira: nem herói, nem vilão*”, de Nélcia Turbano de Santana, (2011).

## SUMÁRIO

Apresentação.....	15
Contexto sócio-econômico e político da Capitania do Ceará no início do século XIX.....	19
Influência da Capitania de Pernambuco sobre a Capitania do Ceará.....	23
Disputas entre as vilas de Crato e Jardim.....	27
Revolução Pernambucana de 1817 e seus reflexos no Ceará (Cariri).....	33
Confederação do Equador.....	41
Joaquim Pinto Madeira: Sua vida e posição política.....	49
Consequências no Cariri da Abdicação de Pedro I..	53
A Batalha dos Cacetes Bentos.....	57
Causas.....	57
O conflito.....	59
A Derrota.....	62
A participação do Pe. Antonio Manoel de Sousa...	65
O julgamento de Pinto Madeira.....	70
Conclusão.....	75
Bibliografia.....	81

**Fonte:** Fotografia do livro.

Dando sequência ao episódio do assassinato dos liberais pelos conservadores jardinenes, deixando claro que seu “líder ideológico”, como a autora se refere ao padre Antonio Manoel, não havia tomado parte no assassinato pois encontrava-se ausente. Nélcia Turbano mostra a reação dos liberais:

Mal a notícia chegou ao Crato e Filgueiras juntamente com Alencar preparou o seu exército para invadir a Vila de Jardim. No dia 30 de Setembro, uma primeira coluna do exército republicano, comandada pelo próprio Filgueiras pernitoou no Sítio Boca da Mata, onde venceu um resumido contingente imperialista. No dia seguinte Filgueiras atacou a Vila. (SANTANA, 2011, p. 45)

Os trechos mostram o desenrolar das desavenças como sendo imediato, a cada ação uma reação, homens importantes em luta pessoal, e a ausência de outros atores nessa trama é notável.



A autora relata ainda o assassinato do padre Estévão José da Porciúncula que, segundo a mesma, teria sido retirado da igreja no meio da missa, assassinado e seu cadáver castrado deixado no meio da rua. É notável que, com tal narrativa, a autora causa impacto e a impressão de que os ataques ocorriam sempre cronologicamente um após o outro, como se estivessem seguindo um roteiro; conservadores assassinam liberal, liberais assassinam conservadores.

Construindo a narrativa que nos indica uma reação ao assassinato do padre, as linhas seguintes do livro mostram que os imperialistas deram seu passo e: “*a Vila de Crato foi invadida pelas tropas de Joaquim Pinto Madeira, que saquearam e queimaram tudo que encontraram pela frente*”. (SANTANA, 2011, p. 47). Ela concorda com a historiografia tradicional também no tocante a participação das massas ao afirmar que estas teriam sido manipuladas pelo “*setor dominante da sociedade*”, por ser o povo pobre “*analfabeto e submisso*” acomodado aos mandos dos coronéis.

Nesse ponto, a narrativa de Santana parece mais com um jogo do que os escritos dos historiadores tradicionais estudados no tópico anterior. Ressuscitar o passado, no caso do presente estudo, a escrita sobre este, nos releva surpresas. A guerra é construída como um jogo pelos intelectuais tradicionais, mas esse jogo é resumido e moldado, até mesmo em escritos recentes, como no livro de Nélcia Turbano, nesse aspecto ao expressar a experiência de encontrar uma alteridade no passado, Michel de Certeau nos representa: “*em vez de corresponder ao objetivo fixado no começo de minha pesquisa, o passado é bem mais diferente do que eu havia julgado, ao empreender a busca de estrangeiros semelhantes a mim*”.<sup>84</sup> A historiografia sobre a guerra surpreende a medida que, não é o tempo cronológico quem define os traços tradicionais.

Após os relatos sobre 1824, Nélcia faz uma breve biografia de Pinto Madeira, intitulada: “Joaquim Pinto Madeira: Sua vida e posição política”, onde faz breve resumo da vida dele, na tentativa de esclarecer aspectos de sua personalidade. Nesse tópico a autora deixa o entendimento de que as perseguições contra Pinto Madeira teriam se iniciado logo após 1824, quando este recebera do imperador o título de coronel e Comandante das Armas das vilas de Crato e Jardim. A autora finaliza afirmando, sobre as perseguições sofridas por Madeira, que: “*Era necessário paralisar o homem que se tornara um empecilho as suas aspirações...*” (SANTANA, 2011, p. 51). Com as poucas informações dadas sobre este, o livro não dá ênfase

---

<sup>84</sup> DE CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2 ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

a sua atuação não analisa a guerra a partir de Pinto Madeira, o que se esperava do mesmo devido ao subtítulo “nem herói nem vilão”.

De acordo com o livro, a autora acredita ter sido a guerra uma consequência da abdicação de D Pedro I, por tanto restauracionista, mas unida às antigas desavenças entre jardinenses e cratenses, já que, segundo ela, as acusações sofridas por Pinto Madeira e o ódio que os liberais tinham do mesmo, aumentava a medida que ele era considerado jardinense. Mesmo tentando imprimir o quadro de perseguições como causa do conflito, ela nos apresenta que também podem ser elencados como motivos os interesses pessoais de Pinto Madeira que havia recebido do imperador “inúmeras comendas e favores especiais” e viu inverter a sua situação com a abdicação.

Mesmo quando aborda a situação política do Brasil, a autora não faz nenhuma menção aos danos que essa situação causou à massa da população. Nenhuma referência é feita sobre efeitos da seca ou da guerra da Cisplatina no agravamento das tensões. No tópico seguinte, a autora explica como causas da “Batalha dos Cacetes Bentos”, como também é conhecida a Guerra do Pinto, dois pontos: o movimento pela restauração do trono, e as rivalidades entre Jardim e Crato. As descrições sobre a guerra são colocadas em tópicos, sendo: causas, o conflito, a derrota, a participação do padre Antonio Manoel de Sousa e o julgamento de Pinto Madeira. Todos apoiados nos relatos tradicionais.

A autora, diferentemente da historiografia analisada no tópico anterior, não trata os homens que lutaram na guerra como cabras o que pode ser justificado pelo seu lugar social, enquanto natural da cidade de Jardim, e responsável por escrever um livro que retratasse essa história da cidade, patrocinado pela Prefeitura Municipal. Eles são mencionados como tropa jardinense, embora não sejam referenciados ao tratar sobre as vitórias, que são narradas como “*vitórias do caudilho jardinense*”. A sequência da guerra e dos acontecimentos é narrada a luz dos autores tradicionais, sem questionamentos ou informações complementares.

O livro “Pinto Madeira, nem herói nem vilão” nos traz uma narrativa tradicional sobre a guerra, que por simplificá-la, dá ainda mais a aparência de um jogo de tabuleiro, com peças que se movimentam cada uma a sua vez. É fruto da visão de uma jardinense sobre o conflito que sua cidade protagonizou. Mesmo sendo tradicional apoiado em fontes e com uma sequência determinada por escritores anteriores, o livro não faz uma defesa de Jardim, nem de Pinto Madeira, a este são reservadas poucas linhas, sobre os cabras *pintistas* poucas informações são dadas, e estas poucas em conformidade com a historiografia tradicional. O enfoque da autora é no conflito como guerra por interesses pessoais, o que percebe-se em suas linhas.

De outro lado a dissertação de Sócrates Quintino de Brito “A Rebelião de Joaquim Pinto Madeira: Fatores Políticos e Sociais” é de 1979 distante cronologicamente das demais, mas considerada como historiografia recente pela pretensa abordagem da guerra em seus fatores sociais. Logo nas primeiras linhas, Sócrates Quintino afirma:

O movimento rebelionário do ex-coronel Joaquim Pinto Madeira, que teve como palco algumas províncias do nordeste e agreste do Brasil, antes de tudo, foi uma revolta de caráter social e, com os acontecimentos políticos que culminaram com a abdicação do Imperador D. Pedro I, transformou-se em movimento político, que visava a restauração do imperador, contra a Regência. Sócrates Quintino de Brito (1979, p. 7)

O autor faz sua análise social a partir do “poder do coronelismo” que segundo ele, oprimia as classes menos favorecidas, no caso, os cabras. Sócrates reforça a pecha de massa ignorante relegada aos cabras. Ele afirma ainda que a problemática da política no período estudado se dava devido a existência de poderes “paralelos” ao do rei, na região Nordeste, o poder dos coronéis, que entrava em choque com o “governantismo”, por se sentirem superiores devido ao seu poder econômico e a quantidade de cabras que tinham ao seu comando. A abordagem do autor parte do entendimento de que a guerra aconteceu por interesses pessoais de coronéis, como nos trabalhos pioneiros, mas busca enfatizar os fatos políticos e sociais que desencadearam o conflito partindo de uma escala maior, explicando a situação do todo, no caso o Brasil, para então entender o particular, nesse caso o Cariri.

Sócrates faz referência ao poder que os vigários detinham nesse cenário político e social aludindo sua capacidade de “manobrar as massas” e conduzir até mesmo coronéis segundo a sua vontade, o que mostra que os vigários detinham formação intelectual para tanto. O autor prepara a narrativa sobre a guerra discorrendo sobre os personagens que dela participaram, após referenciar os coronéis e seu poder e a força que formavam os vigários, ele explica que a massa da população, formada pelos “homens do campo” era ignorante e sem contato com o mundo exterior que não fossem os coronéis e suas vontades.

O estudo segue as linhas tradicionais construídas pelos intelectuais pioneiros, os referencia sem questionamentos, mostrando que a construção feita sobre a guerra como um jogo de poderes se solidificara, indicando como motivo principal para que o conflito eclodisse as inimizades cultivadas entre os coronéis que:

(...) geralmente eram resolvidas na base da violência, pois a intransigência dos grandes senhores de engenhos e proprietários de fazendas de gado, os ‘coronéis’ (atividades que sustentavam a economia da região), criou o sentido de que honra, desafeto e

inimizade só se lavava com sangue. Dentro desse diapasão, essa sociedade viveu e ainda vive nos dias atuais (com várias e honrosas exceções). (BRITO, 1979, p. 17)

A visão do autor sobre a região do Cariri, e Nordeste de forma geral é narrada sob o signo do atraso e da violência, pois ele faz referência a continuidade, por exemplo, da ignorância da população e a persistência das vendetas como forma de manter a honra. Essa visão pode ter raízes na invenção do Nordeste, na imagem criada e disseminada sobre o mesmo:

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio no funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a esse sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e nordestino são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 17)

A região é construída a partir de discursos que delimitam o que é ser nordestino e o que é o Nordeste, esses discursos trazem a imagem de uma população isolada dos bons costumes pela distância e pela ignorância, submissa a vontade de coronéis, que travam verdadeiras batalhas em nome de interesses pessoais, e abatida pela seca constante. Na dissertação estudada, Sócrates Quintino apresenta a região sob esses moldes, até pelo período em que a escreve, décadas finais do século XIX, onde ainda predominava uma visão tradicional, formuladora de identidades.

A sequência em que a guerra é abordada segue também o padrão dos pioneiros, com algumas exceções, mas, via de regra, iniciando pelas desavenças pessoais e o cenário político de 1817. Porém Sócrates sempre parte do todo para explicar o particular, então destina muitas linhas a explicar a situação do Brasil como sendo a origem da situação do Nordeste, do Ceará, e em última escala, do Cariri. Ao tratar sobre a “situação política após a abdicação”, o historiador novamente recorre ao passeio histórico pelo Brasil, diferindo dos autores tradicionais, que, com exceção de Figueiredo Filho o qual se remetia constantemente a situação do Brasil, centram suas narrativas no Cariri.

O uso de datas e afirmações que se pretendem verdadeiras é uma constante ao longo do texto, mostrando uma narrativa apoiada na ideia de verdade extraída das fontes. E a divisão de uma guerra em dois lados, o lado dos jardinenses conservadores e dos cratenses, liberais, é outro recurso utilizado para tecer a narrativa que leva ao conflito de 1831/1832, sempre retratando uma alternância dos lados em suas jogadas de poder, sem no entanto, tomar partido a favor de

algum deles. Ele trabalha a formação da nação brasileira a partir do relato sobre a “Noite das Garrafadas”<sup>85</sup>.

A participação dos cabras na guerra é explicada por Sócrates Quintino como fruto da dependência econômica e da relação que se estabelece entre esses e os coronéis em torno da terra, o autor afirma que alguns coronéis chegavam a ter milhares de cabras a sua disposição, que poderiam até mesmo “*dar a própria vida para proteger a honra e a vida do seu amo e senhor*” (BRITO, 1979). Entendemos a menção a situação econômica no capítulo intitulado “O contexto econômico e político do Nordeste Agreste”, como uma tentativa de justificar a participação das massas nos conflitos, pois para o autor:

As propriedades (sítios, fazendas, etc.) eram como pequenos países onde o “coronel” devido a dificuldade de comunicação (distância dos centros mais desenvolvidos), eram verdadeiros reis, que faziam sua própria lei e comandavam seus próprios exércitos, como era o caso de José Pereira Filgueiras, da família Alencar, de Leandro Bezerra e vários outros estabelecidos nos sertões nordestinos. (BRITO, 1979, p. 26)

A escrita subsequente também revela que o autor lega às rivalidades entre os coronéis à causa dos conflitos, não apenas da Guerra do Pinto. E essas rivalidades, para ele, surgem de questões mínimas, como limites territoriais, questões de família, política, econômicas ou religiosas. A separação da vila de Jardim em relação ao Crato é colocada como origem das desavenças, pois, segundo o autor a vila de Jardim passa a disputar o comércio da cana de açúcar com o Crato, desagradando os coronéis.

A presença da população camponesa é apenas para reforçar o estereótipo de uma massa ignara, acostumada aos mandos dos coronéis, sem capacidade de pensar por si. Um capítulo especial é designado a Pinto Madeira, para tentar refazer os seus passos desde o nascimento, mas poucas informações são dadas que remetam a sua infância ou vida anterior a 1817, quando luta sob o comando de Pereira Filgueiras contra os liberais republicanos, representados pela família Alencar.

É notável a menção à região como palco de brigas e violências diversas:

Joaquim Pinto Madeira teve sua infância e adolescência vividas numa região onde as paixões políticas, as questões entre famílias, e os interesses econômicos, eram resolvidos na base da violência e, nestas circunstâncias, logo tomou partido de José

---

<sup>85</sup> Uma série de manifestações de rua, ocorridas no Rio de Janeiro em 1831, quando D. Pedro I e a imperatriz retornavam à cidade, que colocou em lados opostos os brasileiros, nascidos no Brasil, e portugueses aqui residentes. Os portugueses faziam fogueiras para iluminar as ruas por onde o imperador passaria, e, para apagá-las, os brasileiros usavam garrafas vazias de suas lojas, daí o nome “Noite das Garrafadas”. Essas manifestações questionavam a presença e a participação portuguesa, o que, para alguns historiadores, denota o sentimento nacional e início do conflito antilusitano. (RIBEIRO, Gladys Sabina, 2002)

Pereira Filgueiras, Capitão-mor do Crato homem que devido à sua bravura atraía jovens impetuosos como Joaquim Pinto Madeira. (BRITO, 1979, p. 32)

O discurso em relação a Pinto Madeira é o que difere acentuadamente a leitura da guerra feita por Sócrates Quintino da historiografia analisada no tópico anterior, pois, para este, Pinto Madeira teria sofrido a influência do meio em que nasceu para tornar-se o apaixonado político que o fez entrar para a história do Brasil. O episódio em que Pinto Madeira é encarregado de libertar os patriotas presos em Icó por Antonio Diniz, é abordado de maneira completamente distinta por Sócrates, em relação aos historiadores pioneiros do Cariri, notadamente a Figueiredo Filho. Sócrates relata que Pinto Madeira teria se indignado com a covardia de Antonio Diniz em dar ordem de fuzilamento aos presos caso houvesse brigas, e por esse motivo no ímpeto de patriotismo, teria tentado fuzilar Diniz, que já se achava dominado, ao que foi impedido pelo coronel Antônio Bezerra. Nas palavras de Sócrates Quintino, o ato de Pinto Madeira foi de indignação frente a covardia de Diniz, já para os autores caririenses, teria sido uma mostra de seu caráter maldoso e sanguinolento.

Até mesmo a participação de Madeira no cerco a Diniz é diferente em ambas as narrativas. Para FIGUEIREDO, 1964, p. 17: “*informado da aproximação das forças de Filgueiras, o comandante Diniz abandonou a vila marchando na direção de Fortaleza*”. Em Sócrates Quintino a narrativa é outra pois lê-se: “*No entanto, não foi preciso dar um só tiro, pois Antonio Diniz fugiu ao sentir o aproximar das tropas cratenses, comandadas por Joaquim Pinto Madeira...*”, Enquanto Figueiredo procura engrandecer Filgueiras, até por este ser uma das figuras que representam os liberais no Cariri, Sócrates Quintino procura mostrar a atuação heroica de Madeira na ocasião, referenciando o uso de documentação para firmar seu relato.

O choque de interesses entre Pinto Madeira e Filgueiras é bem delimitado pelo autor, que aponta terem ficado ambos de lados opostos pela primeira vez em 1823, quando Madeira se opôs ao envio de tropas para auxiliar a Província do Piauí, solicitado por Filgueiras. Desse episódio em diante, ambos estariam definitivamente de lados rivais no jogo. Para Sócrates, os atos de Pinto Madeira em repressão aos liberais durante 1822-1824 são tidos como prova de “bravura e desprendimento”, que renderam a este o título de coronel e capitão de armas, dado pelo Imperador, enquanto a revogação desse título é apontada como fruto de: “*denúncias capciosas dos que queriam vingar-se de Joaquim Pinto Madeira*” (BRITO, 1979, p. 51).

O autor ainda ressalta que a Guerra dos Cacetes não teria acontecido caso Pereira Filgueiras não tivesse encarregado Pinto Madeira de conduzir os Alencar para Fortaleza, via Aracati, o que juntando-se a derrota de 1824, quando Madeira teria invadido o saqueado e queimado quase tudo no Crato, causou um ódio incontestável da população por Pinto Madeira, que

se agravava por este ser de Jardim. Aqui percebemos uma semelhança aos motivos elencados por Nélia Turbano para a guerra: ódios gerais, brigas pessoais, vinganças, uma população contra a outra, é o cenário do jogo dos Cacetes Bentos.

O historiador, assim como Pinheiro e João Brígido, acredita na influência de Alencar sobre o destino trágico de Pinto Madeira, afirmando que a carta enviada por este ao juiz leigo que assinou a sentença de Madeira, José Vitoriano, seria uma forma de Martiniano de Alencar, que então ocupava a presidência do Ceará, eximir-se da participação na execução de Pinto Madeira. Um capítulo especial é dedicado a entender a participação do padre Antonio Manoel, que aparece pouco na narrativa de Sócrates Quintino, e é colocado como o verdadeiro mobilizador das massas, por exercer sobre estas influência. Do padre são ressaltados sua habilidade política, artimanha para a guerra e poder de convencimento.

A dissertação apresenta uma visão distinta da que foi inventada pelos autores clássicos restritamente com relação a Pinto Madeira. A forma de escrita, os documentos consultados, a construção de lados opostos, a visão sobre os cabras, a ênfase nos conflitos pessoais e a abordagem da guerra como um jogo que coloca de lados opostos personagens a manipular uma massa ignorante em luta sangrenta, é a mesma.

O autor finaliza concluindo que a guerra “*não teve cunho político*” pois Pinto Madeira “*foi uma vítima das oligarquias aristocráticas*”, antes de tornar-se conservador, e que este foi uma “*vítima do sistema coronelístico*”. Apresentando como conclusão uma defesa a Pinto Madeira, Sócrates finaliza a narração da guerra como um jogo, em que o lado vencedor usou de trapaceas e manipulação. A escala de observação por meio da qual o autor escreve sobre a guerra é resumida a participação de Pinto Madeira, em seus interesses e motivos.

Em outro texto, o artigo de Maria Leite Jorge apresenta a observação sobre a guerra mais precisamente sobre sua influência, bem como das revoltas liberais, no Cariri cearense. Seguindo os autores tradicionais, a guerra é colocada como um dos resultados das revoluções de 1817 e 1824 no Cariri que já resultam do momento em que o país se encontrava. A descrição ufanista do Cariri, não encontrada em Sócrates Quintino, que se atém à violência e desmando dos coronéis, é inserida no artigo ao ressaltar que a região “se destacou das demais localidades interioranas e afastadas do litoral por apresentar uma vegetação verde, com fontes de águas cristalinas...” (LEITE, 2013).

O estudo se debruça sobre as rivalidades entre Jardim e Crato, mostrando como ponto de origem a separação entre ambas, da mesma forma que o fizeram os intelectuais caririenses e os estudos posteriores analisados, com exceção da tese de Ana Sara Irffi. A influência da

construção feita pela historiografia tradicional ainda pode ser sentida, mesmo quando a escrita revela outro foco.

A sequência que segue é a mesma. A separação da cidade, a chegada de Martiniano de Alencar ao Crato, as revoltas de 1817 e 1824 sob a forte influência pernambucana, e a narrativa simplificada que reforça a semelhança da guerra a um jogo, cada lado movendo sua peça de uma vez. Ou seja, 1816 ocorre a separação entre Jardim e Crato, passo inicial para o jogo pois ambas as cidades passam a ser inimigas, 1817 a república é levada pelos liberais ao Crato, que são contidos e presos, iniciando a rivalidade entre os Alencar e Pinto Madeira. Em 1824 nova tentativa por parte dos liberais, que mais uma vez é contida. Como reação os jardinenses assassinam Leonel Alencar e seu filho por serem liberais e terem tomado parte em 1817, tocando fogo na casa onde ambos residiam, os liberais reagem com a invasão à vila de Jardim, onde mataram inúmeras pessoas entre elas o padre Porciúncula, que para Maria Jorge, teria sido confundido com o padre Antonio Manoel.

Quanto mais resumida a leitura da guerra, maior parece ser a influência dos autores tradicionais sobre ela e mais aparência de um jogo, ganha. Maria Jorge também entende como estopim para o conflito a perda dos direitos políticos de Pinto Madeira, que pelas perseguições sofridas teria resolvido, com a ajuda do vigário Antonio Manoel, mobilizar uma força de quase três mil homens para uma luta, armados de cacetes.

A autora também reserva um tópico para falar sobre a atuação do padre Antonio Manoel na guerra, e, embora trate os fatos como hipóteses e não verdades absolutas, como o fizeram os tradicionais caririenses, e ainda Sócrates Quintino e Nélcia Turbano, segue a mesma linha construída nos fins do século XIX e início do XX para a guerra, mostrando-a como um jogo de interesses políticos, causado pela desavença entre coronéis poderosos da região. Mesmo se tratando de um estudo que não pode ser entendido como tradicional, pela forma como aborda e entende as fontes, e pela narrativa tecida ao longo do texto, o artigo é influenciado pelos escritos pioneiros, não só dos caririenses.

Em “*Espíritos Inflamados: A Construção do Estado Nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840)*”, Keile Felix aborda a guerra como resultante de um dos projetos que divergiam entre si sobre qual a Nação que deveria ser formada, sob quais bases essa formação deveria estar regida. Buscando entender como se deu, no Ceará, o processo de independência do Brasil, a autora analisa a guerra sob a perspectiva de um conflito restauracionista, motivado pela abdicação do imperador e que objetivava trazê-lo de volta ao trono. É, portanto, uma abordagem do conflito que diverge dos escritos tradicionais, usa



documentação como base para questionamentos, interroga e elabora hipóteses, sem no entanto, dar a entender que seja uma verdade sobre o conflito.

A historiadora interroga basicamente as mesmas fontes que os autores tradicionais usaram para construir suas verdades, como a Revista do Instituto Histórico do Ceará, historiadores considerados célebres, como Pedro Theberge, e seu livro “*Esboço histórico sobre a província do Ceará*”, os ofícios e as cartas dos presidentes de província que tratavam sobre o clima de instabilidade política no interior do Ceará, como a carta do presidente da província da Paraíba enviada ao Ministro da Guerra, ou comunicação deste ministro enviada ao presidente do Ceará, onde este recomendava:

(...) que V.EX. empregue com energia todos os meios ao seu alcance para destruir este partido, porque conheço seu caráter, e vocalmente lhe disse aqui, e depois lhe escrevi, que Sua Majestade o Imperador só quer o Governo Constitucional, e tanto Há de Mandar proceder contra os que absolutistas, como contra os republicanos.<sup>86</sup>

Keile Felix dá aos documentos uma leitura crítica, diferente do que fazem os intelectuais carienses. Nesse caso, a historiadora entende que o ministro da guerra orienta o presidente a ficar atento a todos os movimentos que viessem a ser contra o Imperador mas não dá muita importância a esses projetos, por acreditar que logo ambos se acalmariam, ainda assim, os chamados absolutistas são colocados no mesmo patamar de ilegalidade que os republicanos.

Através dessa e outras fontes, Keile Felix mostra como Pinto Madeira passa de Legalista, que lutou contra os movimentos de 1817 e 1824, para ficar a margem da legalidade, sendo proclamado pelas autoridades como pessoa que apresentava planos contra o imperador, por estar contra a Constituição. Felix nos dá a entender que foi com a implantação da Constituição que o cenário mudou para Pinto Madeira pois:

(...) um novo grupo iria se opor abertamente a ela (Constituição), o grupo liderado pelos representantes da câmara de Santo Antonio de Jardim, pois alguns eleitores desta vila contestaram, insuflados por Pinto Madeira, a forma de governo que se estava instalando, por acreditarem que ela era “constitucional” e “representativa”, indo de encontro a forma de poder que se desejava que fosse implantada pelo imperador(...) (FELIX, 2010, p. 114)

Na perspectiva de Keile Felix, a Constituição, ou a má interpretação dessa, teria sido o verdadeiro estopim que mais tarde resultaria na guerra, pois é nesse momento que Pinto Madeira passa a dar demonstrações de desconfiança com relação a Carta Magna de 1824, e por isso é visto como uma ameaça a causa do Brasil. A autora indaga que essa oposição seria fruto

---

<sup>86</sup> Comunicação do Ministro da Guerra sobre a sedição de Joaquim Pinto Madeira , Apud: FELIX, 2010, p. 123.

de certa ignorância por parte de Madeira, uma vez que, mesmo existindo a Constituição, esta foi “*escrita por um Conselho escolhido pelo próprio Imperador e que ele a ‘ofereceu’ à Nação*” (FELIX, 2010, p. 115), e junto com a Constituição foi criado o Poder Moderador, que concedia amplos poderes ao Imperador. Mesmo regido por uma Constituição, os poderes de D. Pedro I ficavam ilimitados por esse quarto poder.

Keile Felix analisa brevemente os conflitos de 1817 e 1824, buscando mostrar como Madeira passa de “herói” por ter lutado contra os liberais quando o Brasil era colônia, para “vilão”, no Império, sendo considerado tão perigoso quanto os republicanos. A abordagem da autora difere da sequência traçada pelos autores tradicionais, mas continua centrada na atuação de Pinto Madeira como o principal motivo que teria levado ao conflito entre 1831 e 1832, pois para ela Pinto Madeira ter-se posicionado contra a Constituição abriu espaço para a perseguição que ele passa a sofrer, em especial por parte dos cratenses, que já o tinham como inimigo.

Mesmo com todas as devassas movidas contra ele, a autora ressalta que ter sido absolvido, com a ajuda do Imperador, fez “*crescer em Pinto Madeira a ideia de que ele estava agindo da maneira correta, pois seus atos de violência seriam tolerados...*” (FELIX, 2010, p. 119), para Keile Felix, isso teria proporcionado a segurança necessária para que ele continuasse agindo com violência e coerção na defesa de seus ideais. Assim, ela retrata a guerra como um conflito pelo restauracionista, encabeçado pelo ideal de Pinto Madeira de defesa da monarquia absolutista.

Diferente dos autores carienses analisados, que davam ao padre Antônio Manoel uma responsabilidade muito maior pelo conflito, maior até mesmo que a do próprio Pinto Madeira, Keile Felix tenta mostrar como os ideais de Madeira foram decisivos para deflagrar a guerra, e como a certeza de estar lutando em nome do imperador e principalmente dos próprios interesses:

(...) para ele, (Madeira), existia uma revolução iminente que pretendia provocar grandes mudanças no sistema existente e que cabia ao seu grupo a tarefa da contrarrevolução com o objetivo de manter o *status quo* que tão bem os beneficiava, pois, durante a década de vinte, angariaram muito prestígio junto a pessoa do Imperador, passando a assumir a postura de restauradores após a abdicação. (FELIX, 2010, p. 156)

Essa contrarrevolução colocava como inimigos os liberais, e pretendia reestabelecer o trono de D. Pedro e com ele os interesses de Madeira. Mesmo ressaltando a todo momento em seu texto, que a vontade de Madeira foi a verdadeira mobilizadora da guerra, Keile Felix faz referência a adesão que as ideias pintistas receberam, tanto de uma elite, quanto da camada mais

pobre da população, sem entrar em detalhes sobre o que teria levado esses homens pobres a aderirem ao movimento, segundo a autora por falta de fontes.

Keile Felix entende o movimento como tendo proporções muito maiores que os limites regionais, ela parte do macro, mostra que a causa restauracionista possuía articulações e, portanto, é revelador de que existiam, nesse momento, vários projetos de Nação em disputa. Ela aborda a guerra a partir das mesmas documentações que os autores tradicionais utilizaram, mas questiona essas fontes, e traça um percurso distinto para mostrar que a Guerra do Pinto Madeira teve estruturas muito maiores, sendo mais que um conflito de coronéis. Embora não se detenha a participação do padre Antônio Manoel, nem dos “cabras” de Pinto Madeira, ela faz uma abordagem que foge ao tradicional.

Dos estudos recentes analisados, a tese de Sara Irffi e a dissertação de Keile Felix, conseguem traçar um caminho diferente do que foi dado pela historiografia tradicional para a guerra. Os demais, em maior ou menor medida, sofrem influência e findam por ressaltar a construção feita da guerra pelos autores tradicionais pioneiros. Sem tocar no ponto referente a sua influência para a História do Brasil como um todo, uma vez que revela a situação de opressão em que uma parcela significativa da população vivia, e restringindo-a a um conflito local, motivado unicamente por interesses de coronéis, a guerra vem sendo estudada quase sempre pela mesma ótica.

O que se tem para a Guerra do Pinto na historiografia tradicional e em grande parte dos estudos recentes pode ser interpretado como um jogo. Ela vem sendo repetida, e simplificada. Mas abordagens como a de Sara Irffi e Keile Felix nos alertam para aspectos que ainda podem ser estudados sobre o conflito, muitos caminhos ainda não percorridos conseguiriam esclarecer sua abrangência para a História do Brasil, e colocá-la entre os estudos obrigatórios no ensino de História, não apenas local.

A construção feita pelos autores tradicionais é fruto de uma consciência histórica e um lugar social diferentes. A maioria desses autores eram médicos, farmacêuticos, jornalistas e dedicavam-se a um passado que os serviria, mas não enquanto profissão. A ideia era ser pioneiro, fazer uma história mais completa e fazê-la sólida através do ensino, para que a população reconhecesse através de seu passado glorioso, um presente exemplar. Assim, eles tomavam clara posição a favor dos liberais, tecendo uma narrativa sempre desfavorável aos conservadores e onde a população pobre era quase desconsiderada, exceto quando para reafirmar seu papel de massa ignorante e violenta.

Os estudos mais recentes, em sua maioria, deram sequência ao que foi postulado por essa historiografia, mesmo quando a abordagem das fontes é crítica, a construção feita pelos

anteriores permanece sólida. A guerra vem sendo passada pela maioria dos estudos analisados como um jogo, que tem início com conflitos pessoais e agrava-se devido a posições políticas distintas, mas sempre vista de cima, não dá voz a massa da população, não abrange aspectos sociais importantes, elege heróis, peças fortes do jogo e silencia as peças “fracas”. Essa guerra é fruto de sólida construção historiográfica, e deve ainda ser revisitada para que aspectos distintos dos levantados até então mostrem sua importância para a História do Brasil.

Cabe-nos interrogar o ensino, e o ensino de História, para entender como a Guerra do Pinto chega ao mesmo, que imagem da região é levada para a sala de aula através das narrativas sobre a guerra.

### ***CAPÍTULO 3: O Ceará e o Cariri Cearense no Ensino de História (séc. XIX ao XXI)***

Esse capítulo será dedicado a analisar o espaço relegado ao Ceará e Cariri Cearense no ensino de História local, destacando os fatos ocorridos na região que compõem os currículos de História, foram e são abordados em sala de aula, portanto, são conhecidos pelos alunos. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, nos debruçarmos sobre o estudo do ensino de História sua trajetória no Brasil, e os embates pelos currículos da disciplina, uma vez que os conteúdos integrantes ou não para o rol dos acontecimentos históricos que ganham destaque nos livros e no ensino de História são determinados a partir da base curricular.

Também faremos considerações sobre a História local, as escalas de observação dos fatos históricos e o ensino de História como campo de pesquisa diretamente influenciado pela historiografia. Dessa forma entenderemos o ensino de História enquanto processo que passou por diversas mudanças ao longo dos anos e está, ainda na atualidade, em constante disputa, dando ênfase a História Local, suas transformações e importância para a formação de cidadãos.

Para percebermos o lugar do Cariri Cearense na História local utilizaremos livros voltados para o ensino, manuais didáticos, tanto elaborados pelos chamados homens de letras, que inventam uma História para o Ceará, quanto manuais mais recentes, distribuídos para as escolas públicas. Ademais, visitas ao museu Municipal da cidade de Jardim serão necessários para entender que história a cidade expõe a seus visitantes, quais os objetos e versões da história encontram-se expostos.

Para além de entender as narrativas criadas para a História Local no ensino, interessamos perceber a presença ou ausência dos escritos tradicionais sobre a região, a partir de quais perspectivas ela tem sido levada para a sala de aula, em suma, qual o Ceará e o Cariri Cearense formados a pelos livros de História local e levados para o ensino de História.

### **3.1: O Ensino de História entre teorias e práticas: Desafios da História escolar no Brasil.**

Embora a institucionalização da História como disciplina escolar no Brasil tenha se dado apenas em 1931, com a reforma Francisco Campos<sup>87</sup>, a trajetória do ensino de História pode ser analisada de tempos anteriores, ou podemos mesmo inferir que História sempre esteve presente onde quer que houvesse ensino e educação, sob os mais diversos aspectos. É fato que a disciplina sofreu mudanças ao longo dos anos, passou por períodos de reformas diversas, foi e é um campo de poder na formação crítica dos alunos, exceto em épocas em que se resumiu a um estudo mnemônico de acontecimentos passados, e continua a ser campo de conflitos entre diversos grupos que reivindicam para si um espaço.

Esse papel de formação crítica, de preparação do indivíduo para a sociedade, como principal agente para o exercício da Democracia, vê-se ameaçado por novas - ou deveríamos dizer, antigas? - tendências, que situam a educação básica apenas enquanto preparatória para o Ensino Superior, e retiram da História sua função crítica tão duramente conquistada ao longo do processo que a transforma em disciplina escolar. A preparação para o Ensino Superior como prioridade e a lógica cruel da educação como investimento, que enquanto tal deve dar retornos, tem tornado o ensino de História cada vez mais mecanizado e resumido aos assuntos que aparecem nos vestibulares e avaliações externas.

No Brasil colonial textos históricos eram utilizados pelos jesuítas nas escolas jesuítas, no âmbito das humanidades clássicas, entre os séculos XVI e XVIII. Eram textos de autores da Antiguidade, usados com objetivos bem definidos e selecionados para obedecer a demandas específicas, como delimitar a formação moral e religiosa, aprender as línguas antigas, e, na colônia portuguesa, o principal objetivo era uma seleção social das elites. Havia, nos escritos antigos, justificativas para a escravidão. Os autores gregos e romanos, ou seja, pagãos, eram cristianizados, e os excertos de seus textos adaptados para difundir uma moral específica para a colônia.

No final do século XVIII, é possível identificar uma introdução aos estudos de história nos documentos curriculares do Seminário de Olinda, onde deveriam ser ensinados princípios gerais da História e uma cronologia das épocas. O currículo do Seminário de Olinda tinha

---

<sup>87</sup> Segundo Circe Bittencourt, no artigo “Reflexões sobre o Ensino de História”, (2018), a Reforma Francisco Campos consolidou o ensino de História e uniformizou o currículo em escala Nacional. Para a autora, mesmo com a consolidação sendo dada apenas em 1931, o ensino de História pode ser analisado em diferentes momentos, de formas diversas.

inspiração em John Locke e Luis Antonio Verney.<sup>88</sup> Porém, a origem da História como disciplina escolar, compondo o currículo das humanidades clássicas, se situa no século XIX, e:

(...) foi organizado e efetivado a partir de projetos elaborados no processo de constituição do Estado nacional brasileiro por representantes das elites que integravam os ministérios, o Conselho de Estado, a Câmara dos Deputados e o Senado e também pelos que assumiam a presidência das províncias com seu corpo de funcionários criados pela independência. (BITTENCOURT, 2018, p. 131)

Essa organização foi possível devido as mudanças introduzidas, pouco antes, pela reforma pombalina em Portugal e suas colônias, que reformulou os princípios das humanidades clássicas e introduziu estudos que utilizavam textos históricos com funções pedagógicas distintas das que se tinha até então, além de instituir o ensino escolar em língua materna, e colocar os mestres a serviço do Estado, não mais da Igreja. O ensino de História deveria, portanto, ser aliado aos interesses de formação do Estado, e a missão de organizá-lo coube aos mesmos que definiram o modelo de Estado para o Brasil, as elites políticas dominantes, essas elites vão disputar entre si, e com intelectuais, durante muitos anos, a organização do saber escolar.

Essas disputas, que nos mostram o quanto o currículo, não só de História, e a organização do ensino, foram, e são, objetos de poder e podem ser ilustradas pelo embate travado entre a História Sagrada e a História Profana, a primeira predominantemente humanística, a segunda voltada aos estudos científicos e formação “moral” dos cidadãos. Em 1823, foi proposto um modelo de organização do ensino pelo deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, membro da Comissão de Instrução da Assembleia Constituinte, em sua proposta o sistema de ensino teria caráter público e desvinculado da Igreja, sendo a educação voltada para atender a todos, e organizada em dois graus de ensino, um elementar, com três anos de duração, para alunos de 8 a 10 anos, e o segundo para jovens de 12 a 18 anos, organizado por disciplinas, entre as quais História e Geografia. Ou seja, o ensino de História estava desvinculado das humanidades e não seria mais um mero complemento ao ensino das letras.

Além disso, a proposta de Martim Francisco Ribeiro de Andrada incluía uma renovação metodológica, onde o ensino de História seria sustentado na relação entre conteúdos, método de ensino e aprendizagem. Essa proposta foi rejeitada pela Constituinte de 1823. Uma proposta que pretendia abranger a educação para todos dificilmente seria entendida naquele momento

---

<sup>88</sup> Segundo Circe Fernandes Bittencourt, em “Reflexões sobre o ensino de História, publicado na Revista Estudos Avançados, a partir do currículo do Seminário de Olinda criou-se um modelo para escrever a História, pois essa era concebida como narrativa cronológica. Concepção que serviu para a constituição do ensino de história escolar, no início do século XIX.

pela Constituinte. Em 1826 o deputado Januário da Cunha Barbosa, que se tornou secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro anos mais tarde, apresentou uma proposta onde, no ensino médio, as aulas seriam organizadas por disciplinas escolares autônomas e lecionadas por educadores especialistas.

Nessa proposta, o professor de História deveria apresentar:

uma história civil e cronológica, depois de dar uma noção das ideias morais e religiosas dos povos antigos e de expor os diversos modos porque marcavam e exprimiam a ordem sucessiva dos tempos [...], daria os fatos mais importantes relativos à sua política, costumes e usos mais notáveis, de maneira que o seu curso de *história cronológica* tenha menos em vista os indivíduos que o das causas que influíram para a elevação e decadência das nações e fixar as épocas mais notáveis (...)<sup>89</sup>

A proposta foi inicialmente rejeitada, mas acabou vitoriosa, embora tenha encontrado dificuldade para se efetivar ao longo período imperial, muito devido ao fato que os estudos secundários<sup>90</sup> eram vistos apenas como preparação para o ingresso nos cursos superiores, o que reduzia o estudo, por exemplo, de História, a conteúdos bem delimitados. Não muito diferente do que observamos atualmente nos anos finais da Educação Básica, ou Ensino Médio, onde a lógica da educação como investimento tem feito com que as disciplinas se tornem apenas degraus para chegar ao ensino superior, e obter resultados satisfatórios nas avaliações externas, é retirado, nesse sistema, o cunho crítico da História, que precisa ser rápida e objetiva, direcionada aos conteúdos que os alunos deverão mostrar conhecimento através de provas de múltipla escolha, nos processos de seleção pelos quais passam ao longo da vida estudantil.

A História e a Geografia foram inseridas nos chamados “cursos de preparatório”<sup>91</sup> e a partir de 1855 tornaram-se disciplinas obrigatórias para a matrícula nos cursos de medicina. É notório que a fase de inserção da História enquanto disciplina obrigatória está atrelada a ideia de necessidade, sendo mais um degrau para o ingresso nos cursos superiores, sendo assim, quem ditava os conteúdos a serem estudados e as metodologias para o ensino de História era a condição avaliativa para os cursos de ensino superior. A cultura educacional é moldada com base nesse objetivo, e percebemos que, até hoje, as escolas públicas e particulares carregam

---

<sup>89</sup> Brasil, 1826, p.152.

<sup>90</sup> Estudos secundários são o equivalente, hoje, ao Ensino Médio, correspondendo a fase de preparação para o ensino superior. O que chamamos de Ensino Fundamental eram os estudos primários, ou estudo elementar.

<sup>91</sup> Eram cursos anexos às academias, tinham o objetivo de preparar os alunos para ingressar nos cursos acadêmicos, como curso de Ciências Jurídicas e Sociais, instalado em São Paulo e Olinda, posteriormente transferido para Recife.

definem conteúdos e métodos de acordo com a necessidade de bons resultados nas avaliações externas.

Pelos primeiros projetos educacionais para a escola elementar, o ensino de História era:

... necessidade social e política, devendo estar presente nas escolas elementares de nível médio. Para a escola elementar, nos seus primórdios, as propostas curriculares tiveram um cunho mais conciliatório com a Igreja, estabelecendo-se uma história civil subordinada à moral religiosa. Os programas curriculares propostos pelos legisladores de 1827 determinavam que, além dos professores ensinarem leitura, escrita e rudimentos de aritmética, deveriam preocupar-se em fornecer elementos da moral religiosa, segundo os preceitos da doutrina católica e introduzir leituras sobre a Constituição do Império e a História do Brasil. (BITTENCOURT, 1993, p. 195)

A partir de 1862 a História e a Geografia passaram a ser disciplinas separadas, e em 1855 foi introduzida a História do Brasil como disciplina autônoma da História Geral, para a qual, a maioria dos professores vinham do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, os quais, através da escrita histórica, já buscavam criar uma nacionalidade, através da escrita de uma história para o Brasil e agora disputavam a formação, através da educação, dessa nacionalidade através de cidadãos que, pelo seu passado, deveriam amar e orgulhar-se da sua Pátria. É a História como exercício de poder, o ensino de história atrelado e influenciado pelos homens que compunham o Instituto, a Nação brasileira sendo moldada a partir de um passado selecionado e narrado com objetivos definidos.

### ***3.2: A História Nacional encadernada: produção de Livros Didáticos de História do Brasil.***

A produção de livros Didáticos de História do Brasil cresce significativamente a partir da consolidação da História escolar. Esses livros eram, na maioria das vezes, escritos e financiados pelos próprios autores, e sua aceitação era decisiva para as próximas edições. Nesse processo de elaboração e publicação, os editores exerciam papéis importantes, chegando, em certos casos, a alterarem os livros de uma edição para a outra, para diminuírem seu volume tornando-os mais práticos e aceitáveis. Tratamos em outro capítulo sobre a importância da prensa de tipos móveis para a História do Cariri, e ressaltamos aqui que a invenção de Gutemberg tem peso para a consolidação da História do Brasil.

Os livros didáticos chegavam a ter mais tiragens e reedições que livros de romance, contos, entre outros. O que pode ser devido ao livro didático ter se tornado:

(...) rapidamente, o texto impresso, de maior circulação, atingindo uma população que se espalhava por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação de livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um



status diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. Este poder de penetração explica, em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram-se de leitura escolar para divulgar seu trabalho. (BITTENCOUT, 1993, p. 106)

A quantidade de livros produzidos e postos em circulação evidencia a consolidação do ensino escolar, a noção de vulgarização do conhecimento, ainda que estes livros fossem produzidos sem financiamento do Governo, na maioria dos casos. Livros, como “Pequena História do Brasil por perguntas e respostas” chegaram a ter 10.000 tiragens por edição, sendo usado por muitos anos. O “Compêndio de história do Brasil”, escrito por Mário da Veiga Cabral, em 1929 chegava a sua 6ª edição, com uma marca de cerca de 10.000 exemplares por tiragem, desde a sua primeira edição, em 1920. Marca ainda maior alcançou o “Compêndio de Corografia do Brasil”, que, com 7 edições, alcançou as 100.000 tiragens.<sup>92</sup> O tempo que esses livros permaneciam em circulação, com poucas alterações, mostra a permanência de visões e narrativas sobre a História do Brasil engessadas em determinadas concepções, presentes nessas obras. Para entender o sucesso de publicação dessas obras é necessário pensarmos na rede que se forma em torno de uma publicação de livro didático. Essa rede começa com a atuação do editor, a quem cabia o processo de fabricação do livro e escolha das estratégias de venda e circulação, era ele quem organizava as relações com os demais envolvidos na produção de um livro didático, como o autor, o tipógrafo, o livreiro, o público consumidor e os donos de escolas. Além disso, eles tentavam se inserir numa lógica de apoios através de instituições como o IHGB ou o Colégio Pedro II, e de dedicatórias impressas nas páginas iniciais do livro ao imperador, a conselheiros, dentre outros.

Outro fator importante a destacar é que, entre os anos finais do Império e início da República, a imprensa era um dos principais espaços de atuação dos intelectuais, e boa parte da produção histórica desse momento será publicada em jornais, como o “Correio do Povo” de 1891; “O amigo do povo” de 1877; “A liberdade”, 1879; “a lanterna”, 1883 e “O jornal do povo”, 1879, entre tantos outros. Muitos desses jornais se intitulavam como sendo de “interesse popular”, e devem ser entendidos como uma prática social que atuava organizando e dando sentido aos acontecimentos (CRUZ, 2000). Muitos jornais publicavam, com ares de imparcialidade, resenhas e opiniões sobre as edições de livros didáticos, que eram utilizadas pelos editores em edições posteriores em suas páginas iniciais. No caso dos livros didáticos de História do Brasil, muitos intelectuais reforçavam sua importância para firmar uma

---

<sup>92</sup> Informações contidas no estudo de Alexandra Lima da Silva, sobre ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil. Na sua dissertação de mestrado a autora analisa a relação entre o mercado editorial e a circulação de livros didáticos de História do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1924, usando como fontes, os próprios livros, além de jornais e artigos.

nacionalidade através de um passado em comum. Os livros Didáticos de História do Ceará começam a ser produzidos entre o século XX e XXI, ainda no embalo da história do Ceará construída pelo Instituto Histórico Geográfico e Arqueológico do Ceará, criado em 1887, que seguia o mesmo modelo dos demais institutos históricos.<sup>93</sup>

Para essas publicações a atuação do Estado se dava através de incentivos diversos, como premiações de obras didáticas, divulgação em exposições<sup>94</sup> e compra de materiais didáticos. Também pode ser entendido como uma forma de atuação do Estado, a criação de órgãos como a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, criada em 1854, com a função de supervisionar a instrução, responsabilizando-se pelo controle e autorização dos materiais impressos a serem utilizados no ensino, negociando gastos e custos, também indicavam quais livros deveriam ser adotados nas escolas públicas, não apenas no Rio de Janeiro. Essa relação de livros também era amplamente divulgada pelos jornais. Em 1875 é criada a Diretoria de Impressões Autorizadas da Instrução Pública que era responsável por controlar todo o material impresso que poderia circular na corte. Esses órgãos podem ser entendidos como as primeiras formas organizadas de controlar a produção de obras didáticas e o ensino no país.

Nas primeiras décadas do século XX a qualidade dos livros aumentou, agora eles passavam a ter imagens, gravuras e fotografias, pinturas históricas em abundância, diferente dos primeiros livros, que, para economizar espaço e baratear o preço, suprimiam as gravuras. As imagens, além de serem um atrativo tinham a missão de facilitar a compreensão do conteúdo exposto. Dessa forma, temos:

(...) que a produção de livros didáticos não foi estanque ou linear. Gradativamente a produção didática vai se ampliando para além da escola secundária regular. Os manuais tornam-se menos densos, com uso de ilustrações, para um público de massas, sendo importante nesse processo, as reformas na instrução, bem como expansão da rede de ensino formal, acompanhada pelas mudanças e transformações do mercado de livros a partir da segunda metade do século XIX. (SILVA, 2008, p. 78)

Essa produção acompanha a trajetória do ensino de História, uma vez que as mudanças no ensino exigiam mudanças nos manuais, estes inicialmente voltados apenas para os mestres, e com a institucionalização da História como disciplina, a produção de livros didáticos tende a crescer, e se modernizar, ao passo em que modernizam-se as técnicas de impressão. A “História

---

<sup>93</sup> Ver: Mariz, (2011). “Discursos em Campo: Moacir versus Zumbi ou quem é o quê no Ceará”, Revista História & Ensino, Londrina, v. 2, n 17, p. 307 – 325, jul/dez de 2011.

<sup>94</sup> Essas exposições começaram a ser realizadas a partir de 1883, e constituíram um espaço de divulgação e ampliação da rede em torno da produção didática. Em linhas gerais, seu objetivo era a difusão das ideias de ciência e progresso, dentro das necessidades do capitalismo. (SILVA, 2008)

encadernada” nos livros didáticos é levada a estudantes, formando opiniões e cumprindo importantes papéis de acordo com o grau de escolaridade. Mas livro didático, o de História em particular, não nasceu com essa abrangência para as massas. Inicialmente era produzido, geralmente por intelectuais ligados ao IHGB, ou ao Colégio Pedro II, com o objetivo de substituir as publicações de História Nacional feitas por estrangeiros, eles direcionavam-se a um público restrito que já tinha domínio das primeiras letras, em sua maioria alunos do Colégio Pedro II. O primeiro manual de História do Brasil utilizado no Colégio Pedro II, a partir de 1841 foi “Resumo de História do Brasil até 1828” do militar de origem portuguesa Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde e era uma tradução do “Resumé de l’histoire du Brésil”, escrito pelo português Ferdinand Denis, o segundo manual foi o “Compendio da História do Brasil”, escrito por José Ignácio de Abreu Lima, que era filho do padre Roma, um dos líderes da Revolução Pernambucana.

O livro de Abreu e Lima, no entanto, sofreu restrições impostas pelo Instituto Histórico e Geográfico, que, na época, era responsável por legitimar tudo o que fosse produzido na área de História e Geografia no Brasil. Ainda assim, o Compendio foi aprovado para a disciplina de História do Brasil no Colégio Pedro II em 1856, 1858 e 1862, tendo sido sucedido pelo manual “Lições de história do Brasil para o uso das escolas de instrução primária” do autor Joaquim Manuel de Macedo, integrante do IHGB. Nesse período cabia ao Conselho Superior da Instrução Pública adotar os manuais para o ensino. Entretanto, livro didático é massificado a partir das reformas educacionais, momento em que o público se diversifica, levando a um aumento na produção de livros<sup>95</sup>.

Os livros de História variavam de acordo com o público para quem eram direcionados, por exemplo, o livro para adultos não escolarizados deveriam apenas dar uma noção dos principais acontecimentos, o livro para as moças da escola Normal privilegia lições para a instrução das crianças, sem a necessidade de pesquisa elaborada. Já os livros para o público infantil deveriam ter formato e tamanho mais reduzidos, privilegiando imagens e uma linguagem simples<sup>96</sup>. A partir das reformas na educação com a ampliação do público o livro vai aos poucos ganhando espaço nas diversas províncias, tendo seus pontos e conteúdos constantemente adaptados, seja através de reimpressões ou reedições que acrescentavam as novas exigências dos programas de ensino. É interessante pensar como essa massificação se deu no Cariri, especificamente, a partir das escolas que aqui estavam situadas, em especial as

---

<sup>95</sup> Segundo pesquisa feita para a dissertação de mestrado de Alexandra Lima. “Ensino e mercado editorial de livros de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870 – 1924)”, 2008.

<sup>96</sup> Idem

escolas mais antigas das duas cidades Jardim e Crato, entre as quais ocorreu a Guerra do Pinto Madeira. O silêncio sobre o conflito ocorrido entre as cidades pode nos dizer muito sobre a história.

O colégio mais antigo do Crato, Santa Teresa de Jesus<sup>97</sup>, fundado em 1923 ainda está em funcionamento, e através de seus programas de ensino é possível ter uma ideia sobre a História lá ensinada e, conseqüentemente, os livros que podem ter sido adotados. Em Jardim, o Escolas Reunidas Ana Lígia Aires de Alencar<sup>98</sup>, fundado em 1930, já não se encontra em funcionamento, e dificilmente conseguiríamos acesso aos planos de ensino adotados, uma vez que em 1947 o Escolas Reunidas foi elevado a categoria de Grupo Escolar de Jardim, após essa data, passou por muitas reformas até ser fechado, em 1960.

O Colégio Santa Teresa de Jesus e o Escolas Reunidas Ana Ligya Aires foram fundados antes da institucionalização da História como disciplina escolar no Brasil, que se deu em 1931, com a Reforma Francisco Campos, ainda assim, já se encontravam nos programas de ensino das escolas primárias a História, ainda que como parte das Humanidades Clássicas. Nesse período, livros sobre a História do Ceará já haviam sido publicados.

### **3.3: O olhar histórico a partir do micro: História Regional e Local.**

*“(...) todos nós compartilhamos, espontaneamente a convicção de que existe uma grande e uma pequena História que se opõem em função de uma hierarquia de importância.” (Jacques Revel)*

Jacques Revel, (1998), ao escrever a apresentação do livro “Jogos de Escalas: a experiência da microanálise”, nos apresenta uma questão com a qual nos deparamos corriqueiramente, e que de tão repetida acabou por ser naturalizada, ao tratar sobre a importância que relegamos a determinados fatos históricos, e a História em si. Segundo o autor, compartilhamos a convicção da existência de “importâncias” para a História, como se a escala de ocorrência de determinados fatos, se global, local, regional; fizesse deles mais ou menos significativos. Para o autor, não se trata de opor o que é mais ou menos importante, mas de reconhecer que a realidade social de um acontecimento não é a mesma quando mudamos a escala de observação. Entender a História chamada Regional e a Local, é trabalhar a partir de

---

<sup>97</sup> Fundado pelo bispo da diocese do Crato a época, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, junto a Congregação religiosa Irmãs Filhas de Santa Teresa de Jesus, com o objetivo de cuidar da educação feminina na cidade.

<sup>98</sup> Fundado por Ligia Aires de Alencar, natural de Jardim que havia estudado em Fortaleza, e ao retornar a cidade iniciou suas atividades em uma pequena sala, em 1930. Meses depois o então secretário de educação do Estado, professor Moreira de Souza, cria o Escolas Reunidas, tendo como primeira diretora a professora Lígia Aires, a quem o nome da escola é homenagem.

uma escala reduzida, a observação da microanálise, o que não os torna menos importante. Essa mudança nos níveis de observação é a experiência da micro-história. Para Jacques Revel, “*não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global*”, (1988, p. 28), dessa forma afirmamos que, por exemplo, analisar a formação do Estado Nacional a partir da Guerra do Pinto Madeira é uma forma de reduzir a escala de observação para o local, ao passo em que essa redução ajuda a perceber o todo, os conflitos em torno dessa formação e a não homogeneidade de ideias de Estado que circulavam pelo país na época.

Mesmo uma observação que se pretenda global, ou melhor dizendo, por mais que a análise sobre a formação do Estado Nacional, que estamos usando a título de exemplo, pretendesse englobar o país como um todo, numa escala de observação bem ampliada, para fazê-lo seria necessário partir de um lugar, nesse caso, de um espaço físico, que provavelmente seria a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, onde uma elite política concentrava os esforços da formação de um Estado Nacional unificado. A abordagem micro-histórica se diferenciaria por propor um maior número de variáveis para a análise social, que seriam mais complexas e também mais móveis. Ela nasce como uma reação frente a certo estado da história social, da qual sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. (REVEL, 1988). A mudança de escala, do macro para o micro, produz efeitos de conhecimento, uma vez que escolhendo uma determinada região para análise, ou mesmo um grupo de indivíduos, o historiador estará acompanhando o fio de um acontecimento particular, que leva a multiplicidade de espaços.

Essa microanálise possibilita a abordagem da História a partir do chão, das pequenas localidades ou das regiões, e cresce, no Brasil, a partir da década de 1970, quando as macroabordagens<sup>99</sup> encontravam-se em estado de esgotamento. A aposta geral dessa análise é que “*(...) a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes.*” (REVEL, 1988). Um exemplo de microanálise é o que faz Carlo Ginzburg, ao escrever “O queijo e os vermes”<sup>100</sup>, publicado originalmente em 1985, onde o autor, conhecido

---

<sup>99</sup> A abordagem macro-histórica pode ser bem exemplificada através da obra “*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*”, 1949, célebre livro de Fernand Braudel, que utiliza uma tripla temporalidade, longa, média e curta duração, fazendo uma análise histórica a partir do espaço geográfico do Mediterrâneo, uma escala de observação, portanto, macrohistórica, tanto no espaço quanto no tempo, mostrando a relação entre estes.

<sup>100</sup> No livro o autor aborda a trajetória do moleiro Menocchio, que morava na região do Friuli, norte da Itália, ao ser processado pelo Santo Ofício, acusado de heresia por divulgar para a população ideias sobre a criação do mundo (para ele, o mundo teria sido criado da putrefação, assim como o queijo é feito a partir do leite estragado), o moleiro teria formado sua visão do mundo através de leituras de obras consideradas proibidas pela igreja, como o Decameron de Boccaccio, e de obras consideradas comuns,

como um dos pioneiros da micro-história, analisa o movimento de inquisição através dos documentos dos processos do moleiro Menocchio perante o Santo Ofício, ele parte desse fio individual para perceber comportamentos e pensamentos no período, e as estratégias utilizadas pelo Santo Ofício.

Partindo do específico, através de uma escrita que se utiliza de técnicas narrativas, o autor nos aponta um quadro mais geral sobre o período, e sobre a região do Friuli, no Norte da Itália, onde Menocchio residia, mostrando que ideias consideradas hereges pela Igreja Católica estavam nas mais diversas localidades, mesmo se considerarmos que Menocchio era um caso raro, fazendo um panorama das relações existentes entre a cultura da elite e a cultura popular oral. No entanto, é preciso lembrar que a micro-história não é o mesmo que história regional ou local, a primeira é um movimento heterogêneo que propõe uma outra escala de observação para os acontecimentos, a partir do qual podem ser percebidos aspectos sobre a história que não seriam possíveis através de uma análise macro. Enquanto a história local busca revelar a trajetória de determinadas localidades e a forma pela qual ela contribui para a história nacional. Ou seja, história local e micro-história não são sinônimos, mas a primeira utiliza-se do método de observação proposto pela segunda.

No Brasil, a história regional ou local passa a ser valorizada por trazer informações sobre a transformação e representação social do espaço nacional, tratando das diferenças e multiplicidade de experiências. Essa abordagem regional significa uma mudança na escala de observação ao proporcionar a dimensão do singular, e através dela aprofundar o conhecimento sobre a história nacional. Ela inventa a história das regiões, define seus limites através de um passado feito por diversas histórias, que também compõem a Nação.

Entendemos a região como “*as formas pelas quais os homens organizam o espaço, tornando-o particular dentro de uma organização econômica e social mais ampla*” (BITTENCOURT, 2008), muitos geógrafos tem trabalhado com essa concepção, que amplia a visão tradicional de região, que a restringia a uma unidade definível no espaço composta por um conjunto de elementos naturais homogêneos na hidrografia, vegetação, clima e relevo. Essa ampliação na concepção de região possibilita pensá-la, também, como construção histórica e não apenas espaço natural e divisão administrativa. É dessa interdisciplinaridade com outras áreas como a Geografia que a história vai se servir para utilizar-se de alguns conceitos, como o já mencionado conceito de região, ou os de espaço e território. É a partir do conceito de espaço,

---

como a Bíblia escrita em vulgar. O grande diferencial micro-histórico do autor foi perceber a maneira como Menocchio interpretou as obras, a luz de conhecimentos pagãos e da cultura oral popular da época, e buscou divulgar sua visão através da oralidade entre a população. (GINZBURG, 2006)

na Geografia tradicional, que começam a emergir as noções de território, região, paisagem, que serão apropriadas pelos historiadores. É essa interdisciplinaridade que possibilitará os historiadores, como Lucien Febvre, pensar a relação entre o meio físico e a sociedade.

Assim, a História Local:

(...) nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais. (BARROS, 2005, p. 107 - 108)

Portanto, a abordagem que busca fazer de pessoas comuns, espaços delimitados, como uma cidade, ou mesmo um bairro, participantes de uma história que por muito tempo foi vista como desprovida de importância, mas que guarda a possibilidade de mostrar as relações entre o local, ou individual e o todo, ou nacional. Mas essa abordagem tem seus limites, não podemos correr o risco de confundir a micro- história com biografias pessoais, ou narrativas de histórias locais a partir de potentados familiares, muito comuns no interior do Ceará em casos onde:

(...) trajetórias individual e coletiva podem redundar numa versão histórica em que a segunda se reduz, geralmente, em mero resultado ou soma da vida de certas pessoas ou famílias proeminentes em um determinado local. Em geral, a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte do seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa a história local. (CORREA, 2002, p. 14 - 15)

A trajetória individual do autor, nesses casos, é dada como a própria trajetória do local sobre o qual escreve, e sua ascensão pessoal entendida como o sucesso da localidade. É importante entender que a história local não é a soma das histórias individuais de grupos ou famílias consideradas importantes e reduzir a escala de observação não implica em fazer biografias nesse sentido. A história do lugar precisa, necessariamente, privilegiar os aspectos que foram importantes para a sua formação, e que serão capazes de, no ensino de história, fazer com que os alunos se sintam representados e parte daquela trajetória.

O conceito de lugar aqui é entendido como produção histórica, com base no geógrafo Milton Santos, para quem a história “*atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam*” (1991, p. 52), para ele, cada lugar é a fração de uma totalidade, mas tem suas características, sua singularidade. A história do “lugar” relaciona tempo e espaço, levando a compreensão da história nacional

através de fatos ocorridos em localidades definidas, com significações para o local e para o nacional, como a Guerra de Pinto Madeira, um ocorrido local que nos leva a compreensão da história geral no pós independência, revelando detalhes dos projetos de Nação que existiam.

O estudo da história local tem sido elaborado de diferentes formas, o que nos alerta para os casos em que esta relega-se a simplesmente reproduzir a história do poder local, ou a memória de um grupo familiar dominante, que podem ser vistos em muitas obras de memorialistas<sup>101</sup>, não estamos com isso desqualificando os trabalhos destes, eles podem e devem ser utilizadas pelos historiadores, mas precisam ser vistas como trabalhos de memória, não de História. A memória é relevante na configuração de uma história local, mas sem dúvida não a personifica.

A memória, segundo Jacques Le Goff, (1990), pode ser entendida inicialmente como a “*propriedade de conservar certas informações*” que “*remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas*”. Essa memória está sujeita a manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição ou mesmo a censura podem exercer sobre o indivíduo. A memória individual, portanto, não é a história, mas pode ser fonte desta, da mesma forma a memória coletiva, que foi e tem sido alvo de determinados grupos políticos na luta pelo poder, não personifica a história, mas pode ser usada pela historiografia como fonte. Para a história é necessário o rigor metodológico, assim como um enfoque e abordagem que crie vínculos com a memória, sem deixar de lado aspectos importantes na formação identitária, e para a compreensão da história nacional.

No Brasil, em muitas regiões e cidades esses ditos memorialistas, muitos dos quais chegaram a escrever livros sobre a história local, usando fontes como imagens e objetos que possuem, entendem a Universidade como algo distante de seu trabalho, e por essa razão guardam objetos que poderiam ser fontes preciosas para o trabalho do historiador., não são raros os exemplos de memorialistas em Jardim e Crato. Uma colaboração entre ambos, o historiador e o memorialista, poderia ser preciosa para o estudo do passado de determinadas cidades, como acontece, por exemplo, em países da Europa onde, segundo o historiador Silvio Marcus de Souza Correa<sup>102</sup>, amadores e profissionais da história local colaboram entre si, gerando

---

<sup>101</sup> *Mémorialiste*, termo cunhado em 1726, que mais tarde passará a designar o autor de memórias históricas ou literárias, sendo sinônimo de um quadro de ocupações, como diarista, historiador, colunista entre outras. (LE GOFF, 1990)

<sup>102</sup> Silvio Marcus de Souza Correa é Ph. D. pela Wesfälische Wilhelms-Universität Münster, na Alemanha e professor do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. No artigo História local e seu devir historiográfico ele enfatiza novas possibilidades para a escrita da história local a partir de tendências historiográficas.



trabalhos produtivos na área da história local, e não raro, os profissionais auxiliam os amadores e são auxiliados por esses. Ainda segundo o historiador, na Europa o espaço pertencente a história local é mais predominante do que o que vemos no Brasil, uma vez que lá ela encontra-se consolidada.

No final do século XIX e início do XX os novos Estados, já com suas fronteiras delimitadas, passam a construir suas próprias histórias, como uma forma de consolidar seu espaço físico, através dos acontecimentos do passado. Paralelamente a construção de uma História do Brasil, são criadas versões para as histórias locais. No Ceará essa construção se dá através da influência do Instituto Histórico do Ceará, ligado ao IHGB, assim como da literatura, mais precisamente do romance “Iracema” de José de Alencar, (1865) que, lado a lado da História, inventa uma origem para o Ceará, inserindo a história do Ceará como parte da História do Brasil, mas deixam de lado acontecimentos como a Guerra do Pinto Madeira ao selecionar os fatos que entrariam para a história escrita do Ceará.<sup>103</sup>

### **3.4: O Ceará e o Cariri no ensino de História:**

A história local é privilegiada na Educação Básica, nas escolas públicas das cidades do Ceará apenas nas séries que formam o Ensino Fundamental (entre 1º e 9º ano), onde percebemos uma certa separação entre História local, disciplina dedicada ao estudo da história dos bairros e das famílias, que abrange do 1º ao 5º ano, e a disciplina chamada Estudos Regionais, do 6º ao 9º ano, sobre a qual trataremos de forma mais detalhada no próximo tópico. No Ensino Médio não há disciplina voltada para a História local, nem mesmo espaço para a mesma nos livros didáticos. A ausência, pelo menos no currículo prescrito, do estudo da história local no ensino de História pode ser percebida através de conversas simples com professores e alunos.

Os livros voltados para as séries finais do Ensino Fundamental, mesmo quando abordam trechos que poderiam enfatizar a História do Ceará, como o 8º ano, série em que são trabalhadas as revoltas do período colonial, regencial e imperial, entre elas a Revolução Pernambucana, que está ligada ao Ceará, e ao Cariri cearense em especial, trazem passagens aleatórias e curtas sobre a participação do Estado nos conflitos. Resta saber se o professor em suas explicações e metodologia consegue ampliar essas explicações e mostrar como cada um dos alunos pode encontrar-se com aquela história, vista pelos mesmos como importante, pois “está no livro”,

---

<sup>103</sup> O livro “O Fato e Fábula” de Francisco Regis Lopes Ramos (2012), aborda essa construção de uma História para o Ceará que une literatura e esforços de intelectuais ligados aos Institutos ilustrados em registrar, junto com a História nacional, uma história local.

mas apenas um estudo e uma observação atenciosos das aulas de História poderiam nos dar essa resposta, o que não é nosso objetivo nesse tópico.

Aqui, pretendemos analisar como a Guerra do Pinto Madeira aparece, se aparece, nos livros para o ensino de História, se aparece atualmente em versões semelhantes, e quais os fatos históricos privilegiados para o ensino, sem, no entanto, delimitar uma temporalidade, uma vez que nos serviremos de manuais antigos, escritos historiográficos voltados para o ensino, e mesmo de formas de ensino que não se encontram nos livros e nas salas de aula, como monumentos. A temporalidade estudada, embora não possa ser delimitada de antemão, compreenderá o ensino de História entre os séculos XIX e XXI, para percebê-lo quando da criação de uma história para o Ceará no alvorecer da República brasileira, através dos esforços de intelectuais ligados ao Instituto Histórico do Ceará, passando pelos livros de História do Ceará mais recentes, de acordo com a disponibilidade destas fontes.

### ***3.4.1: Trajetórias: História nacional e História do Ceará no ensino – anos finais do Império e início da República.***

A História possui objetos e sujeitos porque os fabrica, inventa-os, assim como o rio inventa o seu curso e suas margens ao passar. Mas esses objetos e sujeitos também inventam a história, da mesma forma que as margens constituem parte inseparável do rio, que o inventam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007)

Conforme afirmamos anteriormente, parece haver uma hierarquia que se naturalizou aos fatos históricos, como se estudar o mundo fosse possível e mais importante que conhecer a história do seu país. Seguindo a sequência, a história do país seria mais importante que a do Estado, esta que a da Região, bairro, vila e assim por diante. É comum alunos ao chegarem no 9º ano do Ensino Fundamental demonstrarem interesse pela história das duas Grandes Guerras, que eles conhecem mesmo antes de estudarem na escola, mas são raros os alunos que questionam ou demonstram interesse pela história do seu bairro, da escola, da cidade, ou mesmo do Estado, ainda que este tenha sido sede de conflitos e revoltas.

Essa naturalização e hierarquização dos fatos históricos é tradicionalmente repassada através do currículo da disciplina, pois mesmo que os alunos estudem história local nas séries iniciais, é difícil fazer com que o conhecimento adquirido seja relevante ao ponto de não esquecerem, ou de entenderem que a Segunda Guerra Mundial foi tão histórica quanto a Revolta da Vacina e a Guerra do Pinto Madeira, a qual poucos alunos conhecem. Desde a inclusão da História enquanto disciplina escolar no Brasil, essa querela sobre conteúdos existe. Como o

ensino de História foi organizado por intelectuais brasileiros que optaram pelo modelo francês, introduziu-se o estudo de História Geral seguindo a visão da França, de onde foram adaptados programas e traduzidos manuais didáticos.<sup>104</sup>

A História do Brasil é incluída no ensino a partir de 1950, nas escolas secundárias e em 1960 nas escolas primárias. Através dos fatos priorizados para o ensino da História Profana Nacional, inventava-se um país destinado ao sucesso, onde todos os acontecimentos eram elencados cronologicamente apontando para o futuro que seria o progresso. É o que pode ser percebido, por exemplo, através dos períodos nos quais a História do Brasil foi dividida no livro de Joaquim Maria de Lacerda, “Pequena História do Brasil por Perguntas e Respostas para o Uso da Infância Brasileira”, já citado nesse estudo, que vai do descobrimento até o governo de Dom Pedro II, elencando os fatos, determinados por eventos políticos, para dar a entender que cada acontecimento preparava o país para o próximo, que o levaria ao progresso, com a independência e os governos imperiais.

Na República, iniciaram-se as críticas aos ensino de história do Brasil, acusado de ter pouco espírito nacionalista e portanto ser incapaz de despertar qualquer tipo de sentimento nacional. Todavia, seja na história Sagrada ou Profana, universal ou nacional, os fatos locais eram excluídos do ensino de História. Como vimos, mesmo a História do Brasil encontrou dificuldades para se firmar no ensino, e até hoje é escassa ou pouco trabalhada devido a uma: “(...) *opção teórica que continua priorizando apenas as explicações estruturais para as situações nacionais ou regionais*” (BITTENCOURT, 2008 p. 157) a visão de história a partir de uma perspectiva macro- histórica acaba por deixar a história do Brasil e as histórias locais como suplemento da história global. Levantamos como questão, que não pretendemos ou podemos sanar, se a dificuldade em priorizar a história do Brasil e as histórias locais está na ordem do tempo, ou de demandas mais complexas, uma vez que estudos não faltam para comprovar sua importância frente a educação. Segundo BITTENCOURT, 2008, p. 157- 158:

As problemáticas nacionais deixam de constituir o eixo norteador dos conteúdos, e as explicações históricas são fornecidas externamente. Essa postura já foi predominante nos anos 60 e 70 do século passado, momento em que se difundiam no ensino de História as explicações fundadas na teoria da dependência, sob o impacto do imperialismo norte-americano na América Latina. Como afirmam historiadores dedicados a esse período e espaço histórico, o peso do imperialismo impedia que se situasse a dinâmica interna de cada país, as relações entre Estado e sociedade, e

---

<sup>104</sup> Podemos citar como exemplo o manual “*Nouveau manuel du baccalauréat des lettres*”, de Vitor Duruy, escrito em 1852, de acordo com o currículo francês, que foi adotado modo texto fundamental do Colégio Pedro II, este servia de modelo para os demais cursos secundários das províncias brasileiras. Esta obra permaneceu como base do ensino histórico durante mais de trinta anos. (BITTENCOURT, 1993)

valorizava-se exclusivamente a intervenção das potências hegemônicas na história da sociedade brasileira.

Mesmo com as mudanças educacionais e de propostas curriculares ocorridas desde 2008, a necessidade de um aprofundamento do ensino de história do Brasil continua presente, e escancara a falta de atenção voltada para a História Local, ainda que, na academia já existam trabalhos que mostram sua importância e instruem quanto a sua aplicação. Não queremos responsabilizar os professores, a questão é justamente o contrário, os manuais didáticos parecem ainda obedecerem a demandas que não saem das experiências em sala de aula, que não tem privilegiado as necessidades levantadas a partir da experiência dos profissionais de ensino de História.

No ensino, a necessidade da história local é ressaltada por:

(...) possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participam de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado. (BITTENCOURT, 2008, p. 168)

Devemos ressaltar a importância da produção usada em história local no ensino de história ser baseada nos métodos científicos para a escrita histórica, para não correr o risco de se reproduzir, conforme já foi dito, a história do poder local, da qual os alunos terão pouco ou nenhum sentimento de pertença. O crescente interesse<sup>105</sup> pela história local entre os historiadores pode auxiliar com essa demanda. Ademais, está presente nos PCN's, na parte diversificada que os estabelecimentos escolares devem considerar "*características regionais e locais da sociedade*" (BRASIL, 1996), ou seja, a definição de como o local será trabalhado é responsabilidade da escola, além de reconhecer a autonomia intelectual e pedagógica dos professores e das escolas, o que pode ser usado para o favorecimento do ensino da história do Estado e da cidade.

A história do Ceará começa a ser pensada a partir de escritos de intelectuais ligados ao Instituto Histórico do Ceará, ou ligados a ele, e não se restringe a historiografia, é o caso já

---

<sup>105</sup> Interesse que pode ser demonstrado através da criação do Grupo de trabalho sobre história local, na ANPUH em 2003, publicações que se multiplicam e revistas destinadas a história regional, como a Revista de História Regional da Universidade de Ponta Grossa, publicada desde 1996, livros como a coletânea "República em migalhas: história regional e local", organizada por Marcos Antônio da Silva e publicada em 1990. Além de sua presença no ensino através dos PCN's.

citado da literatura, com o livro “Iracema” de José de Alencar, (1865). A construção da história cearense começa a ser pensada pela necessidade de escrever livros didáticos para firmar os fatos conforme fossem narrados, contados e relatados, segundo Fátima Maria Leitão. Entre 1867 e 1931 foram escritos, por esses historiadores ligados ao Instituto Histórico do Ceará, os livros: “História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850” de Tristão Alencar Araripe, publicado em 1958, embora tenha sido escrito em 1867; “Resumo da História do Ceará: para o uso das escolas primárias” de João Brígido, publicado em 1892 e 1895; “História do Ceará: resumo didactico” de Cruz Filho, 1931; “Estudos de História do Ceará” de J. Catunda, 1919; “Esboço Histórico sobre a província do Ceará”, de Pedro Theberg, 1875 e “Anno escolar: livro de leitura” de Joaquim da Costa Nogueira, 1921.

Esses autores, dentre outros não citados, construíram a história local nos fins do Império e na recém-formada república. O objetivo da história inventada por eles, que obedecia às normas oficiais, era fortificar o senso moral situando cada indivíduo em seu lugar na sociedade, além de funcionar como lição de leitura. Cada um a seu modo, propõe uma história para o Ceará. Nossa intenção é perceber qual o Ceará passado para os estudantes cearenses através dos livros “História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850” de Tristão Alencar Araripe, originalmente de 1867, publicado em 1958; e “Esboço Histórico sobre a província do Ceará”, de Pedro Théberg, (1869 primeiro volume, 1875 segundo volume), em seguida analisar livros voltados para o ensino de História do Ceará mais recentes.

Entendendo que utilizaremos livros didáticos que tratam sobre Pinto Madeira como fontes, vestígios do passado, mesmo aqueles cuja data de publicação é mais recente, ressaltamos que os manuais mais antigos devem ser interpretados tendo por base sua influência europeia e positivista, predominante na época em que foram escritos, e levamos em conta o percurso em que cada um se insere desde a sua produção, publicação e chegada aos estudantes e livrarias, que são seu destino final. A abordagem metodológica dos livros levará em conta essas entre outras questões, como estrutura, a relação do livro com a construção de uma história do Ceará para o ensino, a aceitação do mesmo entre os pares, elementos constituintes do livro, tais como a capa, sumário, presença ou ausência de imagens dentre outros elementos.

A escolha pela História da província do Ceará, escrita por Alencar Araripe, se deveu, entre outros motivos, por este ser considerado o primeiro historiador do Ceará, devido a aprovação do livro em 1870, em sessão realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A História da província do Ceará escrita por Alencar Araripe foi considerada pelos membros do IHGB como obra de valor sobre o Brasil, e seu autor proclamado sócio correspondente do IHGB, (HRUBY, 2018), em outras palavras, o trabalho de Alencar Araripe

teve seu pioneirismo, que era tão almejado por esses intelectuais, reconhecido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mesmo não tendo sido o primeiro livro sobre História do Ceará.

No prefácio do livro “História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850” Alencar Araripe afirma que sua história é “... *a modesta e sincera narração dos factos mais notáveis acontecidos na minha província, autenticados por documentos insuspeitos, e cuidadosamente verificados.*” (p. 3), a alusão aos documentos como comprovação da veracidade dos fatos narrados é uma constante entre os escritos da época, influenciados pelo positivismo presente nas narrativas dos intelectuais ligados aos Institutos Ilustrados na época. Alencar Araripe prossegue justificando a necessidade de escrever a história de sua província pelo intuito da eternidade, da exposição de grandes nomes importantes para o Ceará, assim como na Grécia e em Roma as narrativas orais levaram os heróis e seus a imortalidade. A comparação com as cidades da antiguidade reforça o objetivo de se escrever uma história para a província, em especial nesse período de formação nacional, para inscrever o Ceará na História do Brasil, criar um sentimento de pertencimento em seus cidadãos capaz de firmar as fronteiras territoriais pelo passado:

Historiando os nossos sucessos, pagamos á pátria tributo de cidadão; e como progênie veneramos a memória dos nossos antepassados, cujos exemplos de virtude assim se avivão para norma dos presentes e vindouros. Nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres acções dos seus maiores. Suprima-se o exemplo do passado, e teremos a humanidade sempre no berço da infancia, sempre nos jogos pueris, falta do poderosíssimo auxilio da experiencia. As glorias de Roma erão tão celebradas com a exhibição das imagens dos seus grandes homens na praça publica. Nos vultos inertes de seus progenitores contemplavão os cidadãos romuleos feitos heroicos, que lhes acendião na mente o ardor da virtude: d’ahi brotavão os egregios esforços, com que o povo rei dominou o mundo.<sup>106</sup>

O prefácio de Alencar Araripe revela que sua história do Ceará não foge a regra da tendência de escrita histórica nacional, o que é compreensível dado o contexto histórico em que escrito, e os objetivos da sua escrita. Ainda no prefácio o autor declara que uma de suas razões para escrever o livro foi ter lido sobre os cearenses em um artigo que tratava da independência do Piauí, onde aos cearenses era dada a alcunha de “facinorosos”, segundo Alencar Araripe esse trabalho e um artigo publicado no jornal “Diário de Pernambuco”, que falava nos nomes de seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e do seu tio José Martiniano de Alencar, o

---

<sup>106</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

fizeram sentir a necessidade de escrever a história do Ceará mostrando a “verdade” sobre os fatos ocorridos na província.

Percebemos através das linhas em que o autor explica seus motivos para escrever, que sua história será guiada pelo objetivo de engrandecer os nomes dos seus familiares perante a história da pátria e “*tributar a esses dous nomes o respeito, que á memoria de ambos devo.*”<sup>107</sup>. Interessante observar que cada autor terá seus próprios objetivos ao traçar a história da província, e irá buscar o pioneirismo e a documentação como forma de comprovar sua verdade, para além disso, Alencar Araripe recorre aos laços familiares a fim de provar que conhece a história, pois é testemunha ocular. Como para os gregos, o autor se propõe a uma história escrita por quem viu e ouviu, mais ainda, viveu no seio da família que protagonizou os fatos históricos escolhidos como importantes para o passado do Ceará, ele teve sua família envolvida diretamente na guerra, ela, no entanto, não aparece no livro, o que por si é uma narrativa da guerra. O ensino de história do Ceará, através desta obra, é composto por grandes nomes e feitos, fatos que deveriam servir de exemplo aos cidadãos, cujos protagonistas principais eram os irmãos Alencar.

O livro é dividido em duas partes, uma contém a narrativa, a outra, transcrições de documentos diversos que o autor julga útil para que cada leitor possa tirar suas conclusões sobre os fatos que lhes foram apresentados. A narrativa se organiza em oito capítulos, cujos conteúdos listamos no quadro abaixo, para uma visão mais geral da história do Ceará escrita por Alencar Araripe:

**Quadro 3:** Capítulos do livro “História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850” Tristão Alencar Araripe, (1867).

Capítulo I	<i>Descobrimto do Ceará, conhecimento do litoral, exploração do territorio, levantamento da carta topografica, e estado de conhecimento actual da provincia.</i>
Capítulo II	<i>Tribus indigenas, conquista e aldeamento das mesmas, e seu estado presente.</i>
Capítulo III	<i>Progresso da população e arrolamento da mesma.</i>
Capítulo IV	<i>Administração da capitania nos tempos coloniais.</i>

<sup>107</sup> *Idem.*

Capítulo V	<i>Entradas nos sertões: sesmarias, e rapidez com que se distribuíram as terras da capitania: cultura, gados, e lavoura. Cativoiro, e opressão dos gentios: seu aldeamento.</i>
Capítulo VI	<i>Primeira exploração do Ceará: missão jesuítica em Jaguaribe, e na Ibiapaba: fundação da capitania: sua participação na expulsão dos franceses: compreensão no estado do Maranhão: ocupação olandeza: o indígena poti.</i>
Capítulo VII	<i>Primitivos capitães – mores: principia o Ceará a ter governo regular, sendo ereto em Capitania subalterna: governadores de 1700 até 1799: assento da vila, e questões relacionadas a este objeto: incursões dos indigenas, e guerreiros contra eles: anexação momentânea da Ibiapaba ao Piauí: criação da comarca: correição, e distúrbio contra o ouvidor: contendos particulares: hospício dos jesuitas: novo ouvidor, resistencia, e prisão d'este.</i>
Capítulo VIII	<i>Estado material e moral da capitania.</i>

**Fonte:** Livro “História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850”

Ainda que sua história aponte para a direção de tratar apenas dos grandes nomes e grandes feitos, o autor reserva espaço para os indígenas em alguns dos capítulos, mesmo que lance sobre eles um olhar que os configura como sem importância para a construção da história da província. O tempo histórico que organiza o passado cearense no livro é semelhante ao que organiza a história do Brasil, ou seja, dispõe os acontecimentos cronologicamente, como se cada fato levasse necessariamente a outro, e este conduzisse a província para o sucesso, o progresso, numa escala linear, entre esses fatos, Pinto Madeira não encontra espaço. O silêncio do autor sobre a guerra é uma narrativa, uma vez que a família do autor esteve envolvida.

A descrição em seus mínimos detalhes é enriquecida pela exaltação a natureza da região do Cariri, da qual o autor faz um extenso relato. Um dos possíveis motivos para a atenção destacada ao Cariri é que a família do autor foi residente da cidade de Crato e está envolvida nos acontecimentos que a história local destacou e destaca ainda hoje como marcantes para a Região. Alencar Araripe é neto da “heroína da Revolução Pernambucana”, como é conhecida Bárbara Pereira de Alencar, filho, como dissemos anteriormente, de Tristão Gonçalves, o



famoso líder da Confederação do Equador, e sobrinho do senador José Martiniano de Alencar, um dos líderes da Revolução Pernambucana no Ceará, responsável pela proclamação da República no Crato, em 1817, mesmo que essa República tenha durado pouco, a família Alencar se inscreve de forma definitiva na história do Cariri, e do Ceará.

Ordenados cronologicamente, os capítulos seguem com descrições muito detalhadas sobre a administração, as entradas, colonização, os governadores, até o último capítulo, onde é esboçado o que o autor chama de estado “material e moral” da capitania. Alencar Araripe faz uma abordagem da economia da região a partir do século XVI, afirmando que as atividades econômicas eram praticadas para a subsistência, sendo pouco povoada e de clima instável, por ter períodos de secas extensos, sucedidos por curtos períodos chuvosos. O retrato de Ceará seco e de uma população sofrida, que migrava para não morrer de fome é delineado no livro, o autor porém considera exagero afirmar que, durante as secas, a população chegasse a morrer de fome, para ele: “*se alguém morria, era isso antes devido às molestias resultantes dos rigores das estações, e da má alimentação, do que propriamente de fome.*”<sup>108</sup>. O cearense construído pela história, os homens do passado do qual os estudantes deveriam orgulhar-se e em quem deveriam espelhar-se, são inventados passo a passo e sempre em conjunto com a natureza, defendendo-se desta, superando as adversidades e perigos colocados, desde as matas fechadas e de difícil acesso, às flechas dos nativos. Era a construção de um pretérito do qual os homens do presente deveriam orgulhar-se, inspirando-se nesses exemplos.

A violência e o mandacionismo por parte dos grandes potentados locais também é assunto do capítulo final do livro. O autor tece a trama de uma capitania governada por homens que não sabiam ler, conflitos que resultavam em mortes, saúde pública resumida a um médico, tudo afetava a prosperidade da capitania no século XVIII:

Segurança individual vacilante, commercio limitadissimo, industria insignificante, riqueza publica e individual escassa, sertões invios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil, e pouquissima doutrina religiosa, eis o aspecto, que oferecia a capitania no correr do seculo ultimo.<sup>109</sup>

As notícias sobre os primeiros séculos de colonização da capitania não parecem ser positivas, mas carregam o objetivo de mostrar um quadro “fiel” dos acontecimentos passados, das lutas e dificuldades que fizeram da capitania uma parte importante da história do Brasil. Aos alunos caberia entender que, em meio a tantas lutas o Ceará teria saído vencedor, através

---

<sup>108</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867, p. 124.

<sup>109</sup> ARARIPE, 1867, p. 130.

de grande homens e seus atos grandiosos. O autor afirma que as narrações do “presente século”, nesse caso século XIX quando o livro foi escrito, seriam compostas de acontecimentos mais notáveis e de importância política.

Trata-se de uma história em processo de discussão e construção de datas, na qual os autores visavam persuadir seus ouvintes através da erudição e da comprovação por documentação primária, objetivando a transformação social através do progresso, (OLIVEIRA, 2001). Progresso colocado por meio da organização dos fatos cronologicamente, e da sequência narrativa que vai desde “os tempos primitivos” até os conflitos pela República. É importante destacar que uma das marcas da escrita dos autores ligados ao Instituto Histórico do Ceará é justamente essa, a construção da imagem de uma província sempre ligada ao republicanismo, por conseguinte, direcionada ao progresso.

Ao longo dos oito capítulos do livro percebemos que a base da pesquisa realizada pelo autor está em três eixos: civilização, que era representação do progresso ao qual o Brasil, e a província estariam destinados; indígenas, sobre os quais são feitas descrições detalhando seus costumes e religião, mas abordados como objetos sem ação na sua história; e propriedade, quando o autor descreve as sesmarias, o cultivo de gêneros alimentícios, os donatários e capitães- mor, o que nos questionamos é, em linhas gerais, porque não é feita menção a Guerra do Pinto Madeira? O livro de Alencar Araripe foi reconhecido como obra importante, como já dissemos, e por muito tempo foi o norteador dos estudos sobre o Ceará, sendo até hoje referência para os pesquisadores da área, portanto, uma das obras responsáveis pela exclusão de Pinto Madeira dos acontecimentos tidos como importantes para a História do Ceará.

O outro livro ao qual nos debruçamos para entender que história local chegava ao ensino entre os fins do Império e início da República foi o compêndio escolar “Esboço Histórico sobre a província do Ceará”, de Pedro Theberg, publicado em 1875, mas com edições no Diário de Pernambuco a partir de 1859. O compêndio foi escolhido por ser possivelmente o trabalho ao qual Alencar Araripe se refere em seu prefácio, quando descreve que uma escrita deturpada sobre seu pai, Tristão Gonçalves e seu tio José Martiniano de Alencar, teria o motivado a escrever a verdade sobre os fatos. Alencar Araripe, sem citar a qual trabalho se refere, afirma que seu pai foi descrito no artigo como ingênuo, por ter sido influenciado pelo irmão, José Martiniano, a aderir a Confederação do Equador, sem saber o que lhe esperava, sendo levado a morte.

Encontramos na narrativa de Théberge a mesma disposição dos fatos em ordem cronológica, alinhados para a noção de progresso. Tendo início com a chegada dos europeus, passando pela descrição sobre os indígenas que é feita em detalhes e traz características

culturais e do comportamento dos nativos, a região onde habitavam e suas relações de guerra e paz com outras tribos. É feita menção a religião como vinda de ideias confusas, uma vez que, segundo o autor, os indígenas aceitavam com facilidade a religião que lhes ensinavam. A primeira edição do livro é dedicada ao então imperador do Brasil, D. Pedro II, chamado pelo autor de “protetor das letras e artes”, já comentamos sobre a construção dessa imagem do imperador no primeiro capítulo deste trabalho, mas vale ressaltar que dedicar livros a nomes políticos importantes era uma estratégia bastante utilizada pelos escritores.

O livro “Esboço Histórico” foi publicado em duas edições após a morte do autor, pelo seu filho, Henrique Théberge. A primeira edição, publicada em 1869 e a segunda em 1875, uma dá continuidade a outra, na cronologia dos fatos, na ordem em que estão alinhados, e forma de escrita. A cronologia é, aliás, a base da escrita de Théberge, ele mesmo o afirma em seu “Proemio do autor”, onde em poucas linhas explica que iniciou o trabalho como uma cronologia de datas e fatos importantes para a província e o ampliou por ter encontrado mais documentos do que imaginava no início. O trecho abaixo nos mostra que Théberge buscava mostrar imparcialidade quanto ao seu escrito:

Tenho soffrido renhida guerra de pessoas que como personagens publicas hão praticado acções que não queriam vêr publicadas em tempo algum; mas pouco apreço á ella dei porque como tenho consciência de haver escripto sem paixão nem preconceito: sem odio nem affecto: e sem me deixar levar por opiniões politicas, que, como estrangeiro, não partilho com a mesma intensidade que os nacionais, espero que as pessoas imparciaes reconhecerão que me hei exforçado por apreciar os factos em seu justo valor, e que, se algumas vezes errei, foi levado pela maior bôa-fé.<sup>110</sup>

Afastar-se do objeto, indicando uma escrita sem pretensões políticas, sem envolvimento pessoal, e deixar que os leitores julguem seus escritos são traços presentes no livro é também notório que o autor enfatiza a separação entre brasileiros e estrangeiros. A segunda característica, ou seja, a espera pelo julgamento do leitor, também está presente em Alencar Araripe, nesse caso, os autores colocam suas obras como objeto de julgo, e os leitores como juízes, muitas obras voltadas para o ensino naquele período carregam essa característica, além da presença, em destaque, de notícias que jornais deram sobre a obra, como dissemos no tópico anterior, era estratégico firmar acordos com os jornais, que publicavam notícias sobre os livros muitas vezes motivados pelos anúncios que os editores publicavam nos jornais, era uma troca de favores. O livro de Théberge dá destaque a notícia e opinião publicada sobre seu livro no Diário de Pernambuco, onde os redatores A. Witruvio Pinto Bandeira e Accyoli de

---

<sup>110</sup> THÉBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a provincia do Ceará. 1º vol, Fortaleza: Typographia Brasileira, 1869, p. 12.

Vasconsellos, elogiam o trabalho do Dr. Théberge concedendo a este ares de pioneirismo, e ressaltando as dificuldades em se escrever a história local, pois “*muitas vezes se não sabe senão infielmente o que ainda hontem aconteceu.*”<sup>111</sup>, ao reconhecimento da importância da obra segue o pedido de que, os leitores que possuírem fontes importantes possam colaborar com a obra enviando-as para o Dr. Théberge.

A cronologia segue com o capítulo sobre o descobrimento do Ceará pelos colonizadores portugueses, a mesma linha seguida por Tristão de Alencar Araripe em seu livro. Como podemos notar na tabela abaixo, que apresenta os capítulos do primeiro volume do livro:

**Quadro 4:** Capítulos do livro: *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, de Pedro Théberge, 1º volume, 1869.

<b>Capítulo I</b>	<i>Dos índios que habitavam o Ceará: seus usos e costumes.</i>
<b>Capítulo II</b>	<i>Descobrimto do Ceará pelos portugueses: seus primeiros estabelecimentos n'elle: expulsão dos franceses do Maranhão.</i>
<b>Capítulo III</b>	<i>União do Ceará ao novo Estado do Maranhão – invasão hollandeza.</i>
<b>Capítulo IV</b>	<i>Missões da serra da Ibiapaba.</i>
<b>Capítulo V</b>	<i>Continuação do mesmo assumpto das missões.</i>
<b>Capítulo VI</b>	<i>Povoação progressiva do Ceará.</i>
<b>Capítulo VII</b>	<i>Annexação do Ceará á Capitania de Pernambuco – Juntas das missões de Pernambuco – Ordem de extermínio dos índios – Estabelecimento dos Jesuítas no Ceará.</i>
<b>Capítulo VIII</b>	<i>Rixas entre Montes e Feitosas: entre ferros e aços. Diversas medidas administrativas.</i>
<b>Capítulo IX</b>	<i>Legislação relativa aos índios.</i>
<b>Capítulo X</b>	<i>Da Mineração no Ceará – Nova organização dos Indios – Expulsão dos Jesuítas – Fins do seculo XVIII.</i>

<sup>111</sup> Trecho do artigo de jornal encontrado em THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. 1º vol, Fortaleza: Typographia Brasileira, 1869, p. 15.

<b>Capítulo XI</b>	<i>Independencia e desligação d'esta capitania do Ceará da de Pernambuco – Seus Governadores independentes.</i>
--------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Livro.

Em cada capítulo, o autor delinea data e nomes para a história, nos quais o nome do líder da revolta que nos interessa, a Guerra de Pinto Madeira, não aparece. É feita uma seleção de grandes heróis, como Felipe Camarão, citado no capítulo onde o autor discorre sobre a expulsão dos holandeses do Ceará, como grande herói. Como já dissemos, Felipe Camarão representava a união entre indígenas e portugueses em torno de um objetivo comum, salvar a pátria dos invasores, e por isso é eleito como herói, de quem os cidadãos deveriam se orgulhar: “*Este inclyto heroe nunca desmentiu o elevado conceito que d'elle fizeram os chefes d'aquela expedição. Não obstante a sua bravura (á toda prova) nunca sahiu ferido...*” (THÉBERG, 1869, p. 51). Apesar do papel de herói ter sido dado a Felipe Camarão, quem é colocado como fundador do Ceará é Martim Soares Moreno, que também participou da luta contra os holandeses. Além desses, muitos outros nomes são citados, e atos heroicos narrados no Esboço histórico de Théberge.

O primeiro volume se encerra com a narrativa sobre a independência, trazendo narrativa sobre propriedade, diferentemente do que fez Alencar Araripe, que dedicou muitas páginas à colonização do Cariri, Théberge se atenta em mostrar o percurso do Ceará entre a anexação ao Pernambuco e a sua independência em 1799. Interessante notar que para o autor, apenas após a independência é que o Ceará passaria a ter uma história própria.

A narrativa segue cronologicamente e o segundo volume do livro é iniciado com a Revolução de 1817 no Ceará indo até a proclamação da República, como dito anteriormente, na construção de uma história para o Ceará os intelectuais ligados ao Instituto Histórico do Ceará buscavam representa-lo sempre ligado ao republicanismo, daí a importância da narrativa sobre esses conflitos, que além de construir uma imagem guerreira para a província, elevando os nomes de seus heróis.

O autor começa a narrativa sobre os anos de 1817 apontando o quadro mais geral, tratando sobre as rivalidades entre brasileiros e portugueses, questão que abordamos no capítulo 1 desse estudo, a partir de datas e afirma a influência da independência dos Estados Unidos para a organização de movimentos no Brasil, ele vai construindo assim a narrativa. Interessante notar que Théberge deixa clara a separação entre portugueses e brasileiros, mostrando que seus objetivos são distintos, e que existia rivalidade entre ambos:

A revolução rebentou em Pernambuco a 6 de março pelas tropas, que mataram logo dous de seus officiaes superiores portuguezes, os quaes as tratavam com altivez; apoderaram-se da cidade e obrigaram o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro a retirar-se para a fortaleza do Brum, onde capitulou e entregou-a aos brasileiros, que, fieis á sua palavra, respeitaram não só as vidas do governador, dos officiaes generaes e das tropas, que os cercavam, como enviaram a todos para o Rio de Janeiro.<sup>112</sup>

O clima de rivalidade mostrado pelo autor reforça a imagem de amantes da liberdade, construída para os brasileiros em oposição aos portugueses, que já não se viam como um mesmo povo, e cujas tensões se agravavam a cada dia. Théberge constrói sua narrativa de modo a mostrar que o Ceará era parte importante da História do Brasil por integrar essas lutas, ter nomes revolucionários que ajudaram a pátria a libertar-se da “servidão” e “opressão” imposta pelos portugueses. A Revolução de 1817 é narrada em detalhes e a participação do Cariri na mesma segue a linha dos autores caririenses analisados no capítulo 2, inicia com a vinda de José Martiniano de Alencar, encarregado de conseguir aliados da revolução no Cariri, mostrando a adesão de Pereira Filgueras, com a promessa de não intervir contra o movimento e narra o discurso de Alencar logo após a missa na Igreja de São Francisco, quando proclama a República do Crato. Fato notório é que na frente da referida igreja, até hoje existe uma placa lembrando o feito heroico da primeira cidade do Ceará a proclamar República.

Os acontecimentos históricos que o autor relata no capítulo final do primeiro volume tem início com o movimento de 1817, mostrando como se deu por todo o Ceará e como foi reprimido, levando a muitas prisões. Os fatos relatados a partir de então mostram que para esses autores o Cariri ocupa importante espaço na História do Brasil. Théberge inicia a narrativa sobre a independência do Brasil pelos fatos ocorridos após a Revolução de 1817, tratando das rivalidades entre jardinenses e cratenses, assim como os intelectuais do Cariri o fizeram, sempre em busca de origens. Para o autor, o fio que conduziu a independência do Brasil estava no Cariri. O último capítulo do segundo volume é dedicado a compreender a atuação de Tristão Gonçalves a frente da Confederação do Equador e traz uma longa narrativa sobre a sua morte, com detalhes que os escritos dos intelectuais caririenses não continham, como a informação sobre o cadáver de Tristão ter ficado no local de sua morte até que apenas restassem os ossos e que estes teriam sido pendurados em uma cerca. Mas detalhes dessa natureza podem ser acrescentados na narrativa com a finalidade de firmar a imagem de herói. Percebemos que o autor menciona Tristão, nas linhas iniciais sobre a Confederação do Equador, como tendo sido influenciado pelo irmão, José Martiniano, a participar do movimento, acreditamos que a

---

<sup>112</sup> THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. 2º vol. Fortaleza: Typographia Imparcial de Francisco Perdigão. 1875, p. 7.

narração de Théberge sobre esse acontecido foi quem influenciou Alencar Araripe a escrever seu livro. Após os capítulos Théberge deixa transcrita vasta documentação utilizada, assim como artigos do Diário de Pernambuco.

O primeiro artigo transcrito nos anexos do livro é uma publicação sobre a verdadeira pátria de Felipe Camarão, o artigo do jornal, uma carta enviada pelo leitor Antonio Joaquim de Mello a 10 de dezembro de 1859, questiona se Théberge não estaria errado em seu Esboço histórico ao afirmar que Felipe Camarão e seu irmão Jacaúna seriam naturais da Ibiapaba. Mais uma vez é digno de nota que, a construção de heróis é explícita, e envolvimento do público com a escrita nos dá a entender que eles serão vistos como os verdadeiros nomes a quem dar atenção, deixando feitos e outros personagens de fora.

Em seguida, é transcrita a resposta dada por Théberge, em 1860:

Sua senhoria tratando de Camarão na sua obra, prova exuberantemente pela analyse que faz dos textos do Valeroso Lucideno e do Castrioto Lusitano, que nosso heroe é filho não da provincia de Pernmbuco, mas sim da antiga capitania do mesmo nome, que são effectivamente duas cousas bem differentes. Nos fins do 16º e nos principios do 17º seculo ninguem se lembrava que de dous seculos mais tarde crear-se-hia uma provincia de Pernambuco, ao passo que todos sabiam que existia uma capitania geral de Pernambuco, estendendo-se desde o Rio San-Francisco, ao sul, ate a serra da Ibiabapa no NO. Esta vasta capitania alem do territorio actual da provincia de Pernambuco compreendia também os territorios das actuais provinciais de Alagoas, Parahyba, Rio Grande e Ceará, como logo provarei.

O autor situa como uma confusão geográfica de antigos territórios a querela sobre a pátria de Camarão, o disputado herói que ajudou os portugueses a expulsar os holandeses do Brasil. Para Théberge, o Joaquim Mello, deveria considerar que a época do nascimento de Camarão todo o território do Ceará pertencia a província de Pernambuco, por isso os autores que escreveram ao longo do século XVII chamavam de pernambucanos todos os que nasciam no território que viria a formar a província do Ceará, mas como o Ceará e o Pernambuco já formavam, em 1859, províncias distintas, não se poderia mais chamar de pernambucano a quem nasceu na Ibiapaba. Confirmar a pátria de Felipe Camarão através da história local era, ao mesmo tempo, uma forma de nomear um herói nacional nascido na província, que fazia dela importante perante o Brasil, e fixar as novas fronteiras que haviam sido delimitadas. Encontramos essa mesma disputa pela pátria de Felipe Camarão nos escritos dos intelectuais carienses analisados. Disputa essa levada através dos livros para o ensino de História.

A história local construída nesses livros busca dar destaque para o Ceará, mostrando como os fatos ocorridos aqui levaram a mudanças na história da nação. O Ceará é sempre colocado lado a lado dos grandes acontecimentos do Brasil, a escrita obedece ao objetivo de

criar nos estudantes o sentimento de pertencimento a uma pátria, que pelo seu passado merece a glória. Em ambos os livros, o Cariri ocupa grande espaço, sendo destacado nos acontecimentos notáveis. Através deles chegava ao ensino uma escrita datada, pormenorizada, uma narrativa linear de fatos e nomes marcantes, na qual a busca pela comprovação da verdade e da totalidade é notada, até pela quantidade de páginas que os dois autores se debruçaram a escrever.

### **3.5: O Ceará e o Cariri nos livros didáticos do século XXI**

Para termos uma ideia de como o Ceará aparece nos livros didáticos e no ensino de história atualmente e de qual Ceará e Cariri chegam aos alunos, escolhemos três livros voltados para as séries iniciais do ensino Fundamental, “Ceará: História e Geografia para a construção da cidadania” de Marlene Corrêa, publicado em 1998 pela editora FTD, adotado por escolas da rede pública municipal de ensino em 2001 para a 4º série, que hoje corresponde ao 5º ano; o livro “Ceará: História e memória viva” de Nonato Nogueira publicado pela editora Edjovem em 2017 adotado por escolas da rede privada de ensino para o 5º ano, e o livro “História e Geografia: Ceará”, organizado por Viviane Maria Zeni, publicado pela editora Positivo em 2013, e adotado por escolas da rede privada de ensino para o 4º ano. Os anos finais de ensino fundamental são contemplados com a disciplina de Estudos Regionais, para a qual não existe livro didático, e são organizados materiais pela secretaria de educação municipal.

O livro “Ceará: história e geografia para a construção da cidadania” foi escrito por Marlene Corrêa, que é licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, em Uberaba, Mato Grosso. Também é licenciada em pedagogia pela Faculdade Nove de Julho, em São Paulo, e na época da escrita do livro dedicava-se a dar consultorias para o Ensino Fundamental. O livro está dividido em cinco unidades que trazem temas tanto de história quanto de Geografia. A primeira unidade é dedicada a Geografia, com temas sobre o planeta, as cidades e municípios, na segunda unidade os temas: “Passado e presente”, “História do Ceará, história do Brasil”, “Os primeiros habitantes do Ceará”, “Brasil-Colônia”, “Os primeiros limites do Brasil”, “O início da colonização”, e “A colonização do Ceará”, é onde contém as informações sobre história, os demais se direcionam a Geografia. Ao final do livro, um banco de dados traz informações extra sobre a população.

O primeiro tema aborda uma discussão sobre os sujeitos da história, de forma didática e resumida, com auxílio de muitas ilustrações, a autora tece informações sobre tempo histórico, história e sujeitos da história, para inserir o aluno como agente de transformação:



A história acontece todos os dias. Neste exato momento, estamos fazendo a história do nosso tempo: você, sua família, seus amigos, o professor, os trabalhadores; enfim, todas as pessoas do Ceará, do Brasil e de qualquer canto da Terra. Mas milhões de pessoas viveram antes de nós, de maneiras diferentes e em épocas diferentes. Para estudar os modos de vida e os acontecimentos do passado e do presente, precisamos nos orientar no tempo, isto é, saber o que veio antes e o que veio depois.<sup>113</sup>

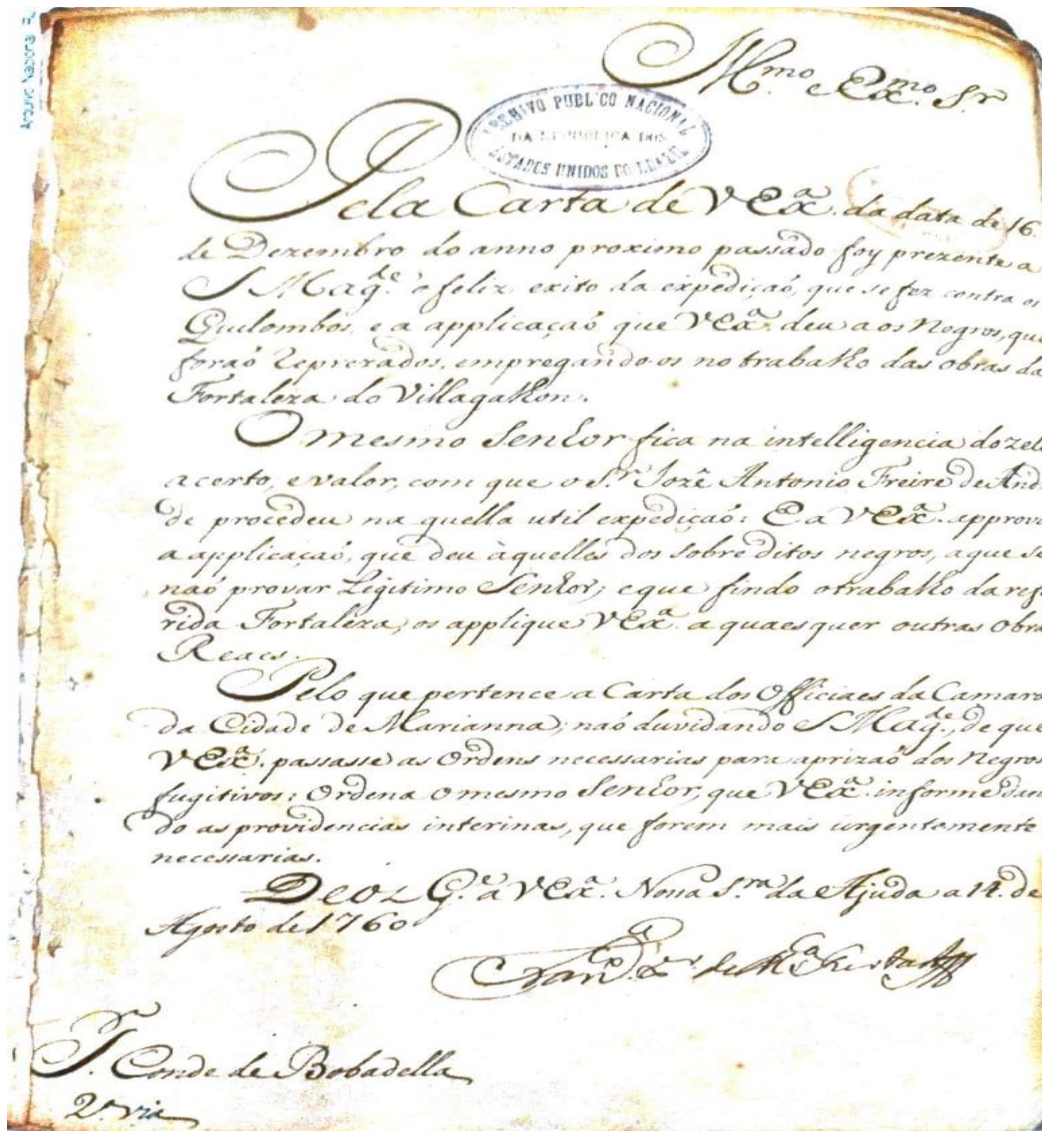
Situando os alunos como agentes, como parte da história, a autora dá início às narrativas sobre os fatos ocorridos no Ceará que merecem destaque, mostrando sempre que cada aluno é parte da história que estuda. O livro de Nonato Nogueira, “Ceará: História e memória viva”, é dividido em sete unidades, na primeira, sob o título de “Ceará: uma história e construção” trata sobre o conceito de mudanças e permanências, sobre a história no cotidiano das pessoas, e uma discussão sobre documentos. Enquanto Marlene Corrêa exemplifica em linguagem simples tipos de fontes, com desenhos que mostram fotografias, objetos, pessoas e cartas, Nonato Nogueira direciona-se mais para os documentos impressos com breve reflexão sobre a memória. Já o livro de Viviane Maria Zeni, “Ceará: história e geografia”, é dividido em três unidades que tratam sobre as primeiras povoações, sobre cotidiano e cultura, a primeira unidade não traz debate sobre fontes e tempo histórico, talvez pelo livro ser direcionado ao 4º ano, ou seja, crianças em idade menor que as do 5º ano, para quem os demais livros são dirigidos.

Ao tratar sobre documentação, Marlene Corrêa usa como um dos exemplos um ofício enviado ao governador da capitania do Rio de Janeiro, e uma imagem de certidão de nascimento, além de imagens de potes de cerâmica e fósseis. As imagens são uma forma de abranger a noção dos alunos sobre fonte, ao passo em que ilustram as situações narradas no texto.

**Imagem 5:** *Ofício enviado ao governador da capitania do Rio de Janeiro.*

---

<sup>113</sup> CORRÊA, Marlene. Ceará: história e geografia para a construção da cidadania. São Paulo: FTD, 1998, p. 40 – 41.



Fonte: Livro “Ceará: História e Geografia para a construção da cidadania” de Marlene Corrêa, 1988.

Marlene Corrêa, assim como Nonato Nogueira levam ainda os alunos a pensarem nos períodos da história, nas mudanças e permanências e linha do tempo, antes de entrar na narrativa sobre os primeiros habitantes do Ceará. É interessante que ambos os livros iniciam pelo mesmo assunto, tratando sobre os indígenas do Ceará, não tão diferente do que fizeram os homens de letras estudados no tópico anterior. Já o livro de Viviane Maria Zeni, da editora Positivo, “História e Geografia: Ceará”, leva aos alunos uma narrativa que tem início na Europa, com o Tratado de Tordesilhas, e segue mostrando a atuação de Martim Soares Moreno para a fundação do Ceará. Com muitas datas e nomes, a história de uma “origem” para o Ceará é narrada, contando também com imagens e mapas que auxiliam na compreensão.

O Ceará colonial é trabalhado a partir das expedições, da vinda dos jesuítas e da invasão holandesa, interessante que nenhum dos livros faz referência a Felipe Camarão e a expulsão dos holandeses. Ambos os livros fazem referência a Martim Soares Moreno, no de Marilena Corrêa, ele é chamado de “fundador do Ceará”, e no livro de Nonato Nogueira são colocados trechos da obra “Iracema” de José de Alencar, que mostram Martim em contato com a índia Iracema. Os dois livros alinham os fatos em ordem cronológica, e após os tópicos sobre a fundação do Ceará, vem a importância do couro e da pecuária e aspectos do desenvolvimento das cidades pelo Ceará. Ambos os livros dedicam tópicos para a vinda de escravos e a abolição no Ceará, de maneira breve e fazendo uso de ilustrações diversas, justificam a alcunha de “Terra da luz” para o Ceará, devido ter sido o primeiro Estado a abolir a escravidão.

O livro de Nonato Nogueira segue com a terceira unidade, com o título de “Independência do Brasil e o Ceará”, seguindo a linha dos intelectuais do século XIX, Nonato insere o Ceará entre os acontecimentos importantes do Brasil, ao situá-lo como peça chave para a independência através da Confederação do Equador. O Cariri cearense encontra espaço nessa narrativa através de Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar, chamados de líderes da Confederação. No entanto, o episódio é narrado de forma resumida, até por tratar-se de um livro destinado a crianças do Ensino Fundamental. Em seguida vem as imagens e narrativas sobre a seca, e os governos oligárquicos do período republicano.

De uma forma geral, as unidades dos livros tem semelhança com os capítulos das obras de Théberge e Alencar Araripe por seguirem uma certa ordem cronológica dos fatos, tratando primeiro sobre os indígenas, o que podemos compreender como uma forma de tratar sobre o Ceará antes do período colonial, e seguindo com colonizadores, povoamento, atividades econômicas até chegar a Confederação do Equador, que coloca o Estado lado a lado com os acontecimentos da História do Brasil. Os livros didáticos mais recentes, no entanto, usam de linguagem mais resumida, e muitas ilustrações, até por serem direcionado a um público específico, mas a presença de elementos que auxiliam na formação identitária é uma constante. O que não mudam são os fatos escolhidos para compor o rol dos acontecimentos importantes para o Ceará, os nomes, e o objetivo de formar uma identidade em comum através do passado. Os livros, adotados em escolas do Cariri, no entanto, fazem pouca referência a região, apenas Nonato Nogueira menciona o Cariri através de curto trecho sobre os irmãos Alencar.

O livro “História do Ceará” da editora Armazém da Cultura, escrito por Airton de Farias, nos auxilia na compreensão de qual Ceará é levado aos alunos do Ensino Médio, uma vez que, como dissemos, o autor é muito utilizado pelos professores para formar apostilas que tratem sobre a história local. Na apresentação do livro, Airton de Farias; que é natural da cidade de

Santana do Acaraú, no Ceará, formado em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, e mestre em História Social pela Universidade Federal do Cariri – UFC; faz um apanhado geral sobre os temas dos quais irá tratar, e adverte para a necessidade de entender que “*A história do Ceará vai muito além dessas páginas. O leitor deve ter isso claramente em vista.*”<sup>114</sup>, além de deixar claro que aceita as críticas, por saber que nenhuma análise histórica pode se pretender completa.

A trajetória de Martim Soares Moreno no Ceará é explicada como forma de mostrar o motivo pelo qual os intelectuais tradicionais o elegeram como fundador do Ceará. Airton de Faria, porém, explica que Martim Soares Moreno teria abandonado o Ceará por perceber que as autoridades não dariam atenção para a necessidade de colonização:

Nos anos seguintes, tornaram-se constantes os apelos de Martim Soares Moreno às autoridades lusas no sentido de obter ajuda para viabilizar a colonização. Tudo em vão. Em 1631, terminando seu período de dez anos como capitão-mor e cansado da falta de recursos e da pouca atenção da metrópole, retirou-se definitivamente do Ceará – o comando do forte ficou a cargo de seu sobrinho, Domingos da Veiga.<sup>115</sup>

A narrativa sobre a invasão dos holandeses, no entanto, assim como nos livros anteriores desse tópico, não faz referência a Felipe Camarão, que a historiografia tradicional tantas páginas dedicou a heroicizar e provar que sua verdadeira pátria era o Ceará. Na sequência, Airton de Farias desenvolve um capítulo sobre a economia, e sobre os sertões, passando por temas como a violência, a abertura de estradas, e a importância da carne de charque para a economia cearense. Um capítulo é dedicado aos indígenas, onde o autor trata de tribo por tribo, conforme fizeram os intelectuais do século XIX e XX, mostrando suas relações e tradições culturais. No entanto, aos alunos do século XXI chegam informações como o extermínio indígena causado pelas guerras contra europeus, e pelas doenças trazidas por estes, as formas de resistência dos nativos, e informações sobre as tribos atuais. Em Airton de Farias, portanto, os indígenas são colocados como sujeitos de sua própria história, que lutaram e lutam pelos seus direitos: “*Á proporção que os criadores de gado devassavam o interior cearense, aumentava a resistência dos indígenas. Tal resistência era grande na Ibiapaba (...)*”<sup>116</sup>, mostrar a resistência dos povos indígenas, é uma forma de coloca-los como agentes de sua própria história, tirando a imagem tradicional de bom selvagem, que teve seu destino traçado pelas mãos dos europeus sem nada fazer.

---

<sup>114</sup> FARIAS, Airton de. História do Ceará. 6º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

<sup>115</sup> FARIAS, Airton de. História do Ceará. 6º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012, p. 23.

<sup>116</sup> *Idem*, p. 69

O livro também aborda a questão da propriedade ao tratar sobre a vinculação do Ceará ao Pernambuco, sobre as primeiras missões e a independência da capitania. O sétimo capítulo do livro trata da Revolução Pernambucana de 1817 a partir do ponto vista econômico, que teria levado aos desentendimentos entre portugueses e brasileiros. No entanto, a ausência de uma explicação sobre o motivo dessas rivalidades, que possa fazer os alunos entenderem que a separação entre “portugueses” e “brasileiros” era recente naquela época, pode dificultar o entendimento sobre as rivalidades, assim como, ao caracterizar o movimento como “liberal” e “republicano”, seria necessário uma abordagem sobre esses conceitos para que os alunos entendam o contexto em que se deram, e o que significavam naquele momento. Independentemente da idade do público ao qual o livro esteja direcionado, tratar sobre formação de identidade nacional e conceitos, por mais que resumidamente, é essencial.

O Cariri aparece na história do Ceará de Farias, justamente nesse momento, com a participação dos Alencar no conflito, a tentativa de fazer com que Pereira Filgueiras aderisse ao conflito, e a proclamação da República em Crato e Jardim. Seguindo com a derrota do movimento, as prisões de seus líderes. Para o autor, o movimento, e os demais que ocorreram nos sertões são demonstrativos da supremacia do poder do sertão naquela época, de onde eclodiram movimentos de contestação a ordem vigente. O capítulo sobre a Confederação do Equador também coloca o Cariri em posição de destaque perante a História Nacional, onde mais uma vez a participação da família Alencar é destacada a partir da atuação de Tristão Gonçalves a frente do movimento pelo qual deu a vida.

A terceira parte do livro tem início com a Sedição de Pinto Madeira, que chamamos nesse estudo, em alusão aos escritos tradicionais, de Guerra do Pinto Madeira. Airton de Farias faz uma abordagem da guerra a partir das consequências da abdicação de D. Pedro I, mas afirma que esta foi apenas a gota d'água, pois tanto liberais quanto monarquistas, os primeiros devido ao desenrolar dos fatos em 1817 e 1824, os segundos por “ciúmes” do prestígio que Pinto Madeira detinha junto ao Imperador, eram desejosos de vingança contra este. No livro a Guerra do Pinto Madeira é definida como guerra civil que:

(...) embora verificada no contexto nacional da abdicação de D. Pedro I, tem como principal causa o choque entre os coronéis de Crato e Jardim, os quais disputavam o domínio político do Cariri. Os discursos restauradores e a tênue fachada ideológica não escondiam os interesses em jogo. Os primeiros tempos do século XXI caracterizaram-se pela extrema rivalidade entre aquelas vilas caririenses.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> *Idem*, p. 137.

Nesse ponto, o autor vai de acordo com as abordagens tradicionais em colocar a guerra como conflito entre coronéis, com raízes antigas. Ele também relata o desentendimento entre José Pereira Filgueiras e Alexandre Correia Arnaud como início das rivalidades entre as duas vilas, com a separação de Jardim em relação ao Crato. Ou seja, seguindo a linha tradicional de que tudo teve uma “origem” em interesses pessoais, gerando inimizades que se estenderam até culminar com o conflito e Pinto Madeira, mesmo sendo absolutista convicto, teria abraçado a causa e aderido a um discurso restaurador para justificar a luta armada através da qual pretendia restaurar seus privilégios.

Toda a narrativa sobre o padre que benze cacetes, as mortes de ambos os lados seguidas de vendetas, e o desfecho com a morte de Pinto Madeira é repetida, acrescida de detalhes e linguagem mais resumida, sem tantas datas quanto os autores tradicionais usam. Mas a ênfase é a mesma, um conflito causado por motivações pessoais, levando milhares de cabras a lutarem sem saber que causa defendiam. Lançar um olhar sobre a guerra a partir de outra perspectiva, inserindo a participação dos cabras seria interessante para o público a quem a obra se direciona, mesmo que as informações sobre estes sejam escassas, e que não tenhamos como saber o que pode tê-los levado a lutar, temos como formular hipóteses distintas, a partir da trajetória destes a quem a história chama de cabras. Sabendo o contexto no qual viviam, as dificuldades que enfrentavam, poderíamos inferir que, se para os poderosos nomes a guerra tinha motivações pessoais, objetivando a conquista de poder sobre a região, para eles o objetivo era outro.

Airton de Farias segue com as narrativas sobre o Ceará Regencial, passando pela fundação de Juazeiro, aspectos econômicos, a violência, a seca, a estruturação das cidades do Ceará, e detalhes pormenorizados sobre o Estado que vão até o alvorecer do século XXI. Como nos lançamos a fazer uma análise sucinta, podemos inferir que o Ceará na história dos séculos XIX, XX e XXI sofreu poucas alterações, permanecendo em destaque os fatos, os nomes, a perspectiva. Com uma linguagem e método historiográficos distintos, o Ceará vem sendo reconstruído constantemente, tendo como referência a temporalidade e as obras que “inventaram” a história da região, como o livro de Théberge e o de Alencar Araripe, analisados no tópico anterior. O local, nesse caso, o Cariri, aparece nessa história enquanto palco de conflitos, terra de heróis republicanos, mas uma escala de observação que parta do cotidiano, ou privilegie outros atores históricos ainda não está presente.

O ensino de História Local, encontrado nesses livros, direcionados a um público bastante diversificado segue recriando narrativas, acrescentando informações, mudando metodologias, mas continua abrangendo os mesmos fatos. O espaço dado para a história local, especificamente para o estudo da história da cidade e região, no Cariri, é a disciplina de Estudos

Regionais. Essa disciplina, implantada em algumas cidades do Cariri cearense, foi criada em 1990, como forma de privilegiar o local no ensino, em aulas separadas das aulas de História, mas sob a responsabilidade dos professores de história. Mesmo após quase vinte anos de sua criação, existem dúvidas quanto aos objetivos e métodos dos Estudos Regionais, e na maioria dos casos a disciplina privilegia a história da cidade a partir de livros de memorialistas, findando por reproduzir uma história de datas, potentados familiares e muito restrita.

Ao questionar a responsável pela formação<sup>118</sup> de professores do município de Campos Sales, ao Oeste do Cariri, sobre o material utilizado na disciplina, esta informou que não havia material didático, e os conteúdos eram agrupados ao longo dos anos, privilegiando a história regional, seguida da local, através das histórias de ruas e bairros. O responsável pela disciplina na cidade de Jardim também não soube informar sobre os conteúdos privilegiados, mas afirmou que todos os anos é preparado um material destinado ao uso em sala de aula, que aborda tanto a história quanto a geografia da cidade, além de instruir sobre comemorações de datas, como o dia da Carta Magna e o aniversário da cidade. Em Juazeiro do Norte um professor da disciplina nos informou que existe um livro<sup>119</sup> destinado aos Estudos Regionais, ao termos acesso observamos que as seis unidades em que o mesmo encontra-se dividido privilegiam apenas a história da cidade de Juazeiro, com grande ênfase para a participação do padre Cícero. De maneira geral, nas três cidades, Jardim ao sul do Cariri, Juazeiro ao Norte e Campos Sales ao Oeste, que tem na sua grade curricular a disciplina mostram haver um dilema quanto a sua estruturação e conteúdos a privilegiar, o que nos parece estar ancorado em uma falta de entendimento sobre os objetivos exatos da disciplina.

Conforme dissemos, o risco da história local se amparar sobre estudos de memorialistas é uma realidade. Os estudos em forma de artigos, monografias, dissertações e teses sobre essas cidades geralmente são deixados de lado quando se trata de estruturar uma disciplina como a de Estudos Regionais, o que é problemático do ponto de vista histórico. Parece haver, também,

---

<sup>118</sup> Trata-se de uma capacitação dada aos professores mensalmente para desenvolver os conteúdos. Na formação são dadas dicas de como dinamizar as aulas, e, no caso da disciplina de Estudos Regionais, os formadores orientam os conteúdos a serem trabalhado nas escolas do município.

<sup>119</sup> O livro “*Juazeiro do Norte: Cidade da Gente*”, da Didáticos Editora, foi publicado em 2017 tendo sido escrito por seis professores: Chessman Alencar, Conceição de Maria, Djailson Malheiros, Karla Lima, Maria José Sales e Núbia Ferreira. O livro possui seis unidades, sendo a primeira unidade do livro “Juazeiro do Norte – Ceará: Lugar de viver”, que trata sobre o espaço geográfico da cidade; a segunda unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: História e Memória”, se refere ao ensinamento de alguns pontos da história de Juazeiro onde Padre Cícero esteve presente; a terceira unidade, “Juazeiro do Norte – Ceará: Lugar de Memória” aborda especificamente o patrimônio histórico do município; a quarta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Educação socioambiental” trata-se sobre a educação ambiental e inicia com os preceitos ecológicos do Padre Cícero; na quinta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Lazer e turismo” são discutidos os lugares de lazer do município, assim como o turismo religioso e artesão; e por fim, na sexta unidade “Juazeiro do Norte – Ceará: Poder e cidadania” que trata de aspectos mais atuais da cidade.

certa confusão quanto aos conceitos de Regional e Local, mas não é nosso objetivo nesse momento entrar em detalhes sobre a disciplina.

O Regional e o Local no ensino de História ainda tem um longo caminho a percorrer. Estruturados ou sobre as bases de estudos de memorialistas, ou ancorados na mesma cronologia dos livros escritos nos séculos passados, o desafio de levar para a sala de aula as pesquisas feitas na academia, que mostram a importância de estudar a história local, e lançam outros olhares sobre a história da região, se faz presente, e sua solução vai além de sentar para analisar escritos, se observar para entender o ensino, de escrever longas monografias lançados novas perspectivas sobre a história local e regional, o desafio é fazer com esses escritos se tornem domínio público, saiam das prateleiras empoeiradas das universidades e cheguem às salas de aula, e que os professores se lancem a entender conceitos, objetivos e métodos, para o ensino de História.

Se estudar o local e a região estão amparados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, (BRASIL, 1996), na parte diversificada, cabe a escola e aos professores sair da zona de conforto e fazer, como muitos pelo Ceará afora o fazem, essa história acontecer. Pensando nessa ação, este estudo se encerrará com a confecção de um jogo, que é apenas uma das possibilidades para o ensino de História local, mas que poderá auxiliar, por exemplo, aos professores da disciplina de Estudos Regionais, de forma prática e em linguagem acessível, a privilegiarem a História Regional e Local em suas aulas.

#### ***CAPÍTULO 4: Toda História é um jogo: O Cariri Cearense no Jogo da História.***

O presente capítulo foi pensado desde o início deste estudo como forma de levar para as salas de aula um resultado do conhecimento produzido ao longo do seu desenvolvimento, a ideia inicial era que ele fosse a materialização das aspirações de um ensino de História local capaz de produzir aprendizagem histórica significativa, desenvolver a consciência histórica crítica e proporcionar o conhecimento sobre um dos acontecimentos marcantes da Região, a Guerra do Pinto Madeira.

Ao longo das leituras e análises de fontes uma ideia ficava cada vez mais clara: a história esteve sempre presente nas relações humanas, onde houver o homem, haverá história. E essa História é atravessada por guerras, brigas, conflitos pela sobrevivência, pela soberania, que nunca cerceiam, mudam a roupagem por mudarem os “tempos”. A necessidade primeira do homem por sobrevivência continua a moldar os seus destinos e provocar guerras, nos mais diversos locais, sob inúmeros pretextos, levando milhares de homens a darem a vida por uma causa, que sempre foi particular a cada um. Sabemos os motivos listados pela historiografia



para as guerras, mas jamais saberemos as questões que levaram cada homem e cada mulher a dedicarem-se completamente a uma causa.

Junte-se a isso o fato que a partir da análise da historiografia sobre a Guerra do Pinto Madeira, unida ao estudo do contexto nacional em que a mesma ocorreu, e amparada pelo estudo do ensino de História do Ceará, a partir da ideia de uma mudança na escala de observação a ideia da produção de um jogo que desse conta do que foi escrito sobre a guerra, sendo capaz de envolver os alunos na História de sua localidade, ganha cada vez mais força. Dessa forma, nesse capítulo desenvolveremos a ideia do jogo, relacionando local/global nas lutas que envolvem a humanidade, deixando claro para os alunos que futuramente utilizarem do jogo nas aulas de História que o que dizem sobre as guerras, o que foi escrito e marcado para a história sobre os conflitos e revoluções, e o que eles verdadeiramente foram para cada um dos Homens que deles participaram, não são a mesma coisa. Mas a História esteve presente em todos os momentos.

O que o jogo vem propor é uma redução na escala de observação sobre as guerras, colocando os alunos como protagonistas do desenvolvimento de sua aprendizagem histórica, a partir do desenrolar dos fatos que levaram a Guerra do Pinto Madeira, sendo uma possibilidade para o ensino de Estudos Regionais. Para tanto, é necessário, inicialmente, discutirmos sobre as Metodologias para o Ensino de História, e sobre a importância de colocar os alunos como protagonistas na sua aprendizagem, que se converte em forma de resistência do ensino de História para a formação identitária e intelectual, em meio aos ataques que a História sofre, com correntes revisionistas e negacionistas.

#### ***4.1. Novas metodologias: Jogando com a História***

A metodologia de jogos para o ensino de História é uma possibilidade de compreender diferentes realidades, nesse caso as mais próximas do aluno, por tratar de História local, em interação com o ambiente social. O jogo aqui não é visto apenas como brincadeira, ou forma de diversão, mas um aparato para a aquisição de conceitos históricos e aprendizagens pessoais que irão influenciar fortemente no seu convívio em sociedade.

A ideia do desenvolvimento de um jogo surge da necessidade de dinamizar as aulas de História, e fazer com que os alunos se sintam agentes na construção do seu conhecimento, ao trilharem eles próprios os seus caminhos no jogo. Ao longo dessa pesquisa também foi revelada a urgência de um estudo mais objetivo e dinâmico sobre a História local, com um produto que possa ser utilizado em sala de aula, tanto nas aulas de História quanto nas aulas de Estudos Regionais, nos mais diversos anos de escolaridade, unindo essas necessidades, elaboramos a

ideia do jogo PlayHistória, que inicialmente visava tão somente reler a Guerra do Pinto Madeira, através da qual o passado do Cariri Cearense poderia ser trabalhado, pela metodologia de um jogo de tabuleiro. A ideia do jogo foi aprimorada pelos alunos do Centro Educacional Sagrado Coração, uma escola de ensino privado situada na cidade de Campos Sales, Ceará, com turmas que vão do Infantil ao Fundamental II, na qual foram desenvolvidas oficinas de História Local, com parte das informações sobre o Ceará, e o Cariri obtidas ao longo dessa pesquisa.

No momento final da oficina era sugerido que os alunos, divididos em equipes, pensassem jogos que pudessem ser desenvolvidos para a melhor compreensão do conteúdo, e um grupo de alunos do 6º, 7º e 8º anos sugeriu que, ao invés de um jogo de tabuleiro, fosse criado um jogo de computador, para em seguida ser disponibilizado no laboratório de informática da escola e usado pelos alunos das mais diversas turmas, não apenas nas aulas de História, uma vez que o jogo trabalharia também com a leitura, o raciocínio lógico a geografia, entre outras áreas do conhecimento.

A partir de então iniciamos a pesquisa por jogos históricos que nos dessem um norte quanto aos procedimentos a serem adotados percebemos que muitos jogos podem ser usados como auxiliares no ensino de História, mas nenhum deles foi criado com esse objetivo específico. Assim como foi perceptível a escassez de estudos mais elaborados que envolvessem a importância de jogos e de outras linguagens para o ensino de História. Os jogos parecem ser muito comuns nos anos iniciais da Educação Básica, mas aparentemente são deixados de lado a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, entre o 6º e o 9º ano, quando os estudos tomam uma direção mais exata e estão voltados para o ingresso em Universidades. Assim, tendo por base as fontes utilizadas para esse estudo foi criado um roteiro para o jogo que o fizesse envolver os mais diversos anos de escolaridade, ele será explicado no próximo tópico. A programação do jogo ficou por conta dos próprios alunos, que foram protagonistas nessa etapa final do estudo, que é a elaboração de um produto.

#### ***4.2. PlayHistória: O jogo da História Local emaranhado às lutas que moveram a humanidade***

A ideia principal desse jogo é mostrar que a História da humanidade é perpassada por lutas diversas. Os homens, desde os primórdios, travaram lutas intensas para sobreviver e essas lutas são reconfiguradas ao longo dos anos e séculos, mas elas continuam a existir, sob novas roupagens. Durante o desenvolvimento desse estudo trabalhamos com os conceitos de Guerra, Revolta, Revolução, e buscamos deixar claro que o passado oficial muda de acordo com quem o narra, os finais podem ser diferentes a partir do ponto de vista sobre o qual ele é escrito.

Sabemos que, o que falam, ou escrevem sobre esses conflitos, e como eles de fato aconteceram, são aspectos diferentes, uma vez que a História lida com os vestígios deixados pela presença dos homens no tempo, não com verdades absolutas. Mas essa noção está clara nos conteúdos dos livros didáticos? Nossos alunos tem algum conhecimento básico sobre como essa História é produzida? Todas as vezes que uma aula de História acontece, é feita uma operação semelhante aos filmes de ficção científica, onde os protagonistas voltam ao passado e findam por alterar o presente, e ao retornarem ao presente percebem o quanto sua visita ao passado alterou os acontecimentos no tempo. A aula de História, assim como as ações dos protagonistas de filmes, altera o presente. Ela o faz por trazer novas concepções sobre o que passou, e através dessas altera o julgamento dos alunos sobre determinados fatos, no presente, e o juízo que fazem deles. Se tratando de História Local, então, essa operação acontece de modo mais intenso, pois lidar com os sujeitos e acontecimentos que constroem a história do seu Estado ou cidade, é tratar de sua própria história, portanto, voltar ao passado é, de certa forma, alterar o presente. Quem era visto como um herói do passado, pode ser vilão no presente, por isso deve haver ética na lida com as fontes.

Devido a História conseguir emaranhar o tempo, é importante que os alunos tenham conhecimentos prévios mínimos sobre a sua escrita, entendam que ela sempre estará lidando com múltiplas possibilidades e que, independentemente do que ocorreu, onde houver a presença humana, há História e onde há História, sempre haverá a possibilidade de outras perspectivas, a partir das fontes. Para abordar de forma prática essa problemática estruturamos o jogo em períodos históricos, onde os cenários serão sempre de guerras, revoltas e revoluções que marcaram a história da humanidade, e haverá possibilidades de ação de acordo com o período em que o jogador se encontra. Não partiremos diretamente para a Guerra do Pinto Madeira, como foi pensado inicialmente, para que os jogadores percebam o quanto os conflitos, como guerras e revoluções estão presentes na História. De acordo com os conflitos travados, o jogador passará de um personagem a outro, de uma realidade histórica a outra, tendo assim mais de uma visão e muitas possibilidades de ação. Por exemplo, no cenário da Segunda Guerra Mundial, o jogador iniciará sendo uma potência ligada ao Eixo, e ao longo do jogo passará a ser um dos países Aliados, em cada lado terá alternativas de ação, mas todas essas ações levarão necessariamente ao desfecho histórico conhecido, com a derrota do Eixo.

O jogo PlayHistória tem início ainda no período conhecido como Pré-História, onde a guerra dos homens se dava contra a própria natureza, em busca da sobrevivência. O jogador, nesse caso perceberá que é um homem desse período, que está lutando contra um animal, pela sua sobrevivência. A ideia é que o jogador entenda que onde houve a presença humana, houve

conflitos, mesmo antes da propriedade privada, sobreviver requeria uma luta dos homens contra elementos do chamado mundo natural. Ao derrotar o animal que o perseguia, o jogador passa de fase no jogo, e entra na Antiguidade, mais precisamente na Grécia do período homérico, uma legenda tratará sobre esse período antes de iniciar o jogo. Nessa fase o jogador será Páris, o jovem príncipe troiano, e estará nas festividades diplomáticas no castelo de Menelau, em Esparta. O jogador terá como opções levar Helena, mulher de Menelau, por quem se apaixonara, junto com ele para Tróia, ou abandonar sua paixão e seguir para casa. Qualquer das opções desencadeará na guerra, uma vez que, ao levá-la, o jogador estará despertando a fúria de Menelau, e se o jogador optar por não raptar a mulher do rei de Esparta, chegará em Tróia e perceberá que Agamenon, irmão de Menelau, usará da desculpa de estar insatisfeito com a paz selada entre Espartanos e Troianos para invadir Tróia apoiado por outras cidades-Estado gregas. O jogador também poderá optar por ser outro personagem, o irmão de Páris, considerado o melhor guerreiro troiano, Heitor. Nesse caso, as opções serão devolver Helena a Menelau, ao encontra-la no barco, quando retornavam para casa ou seguir com ela para Tróia, e iniciar as preparações para a guerra. Ambas as opções desencadeiam na guerra, pois, ao devolvê-la ao rei Menelau, ainda assim este se sentirá ofendido e procurará seu irmão Agamenon, que já tinha interesse em dominar Tróia e usará a desculpa para decretar a guerra.

Nessa fase, o aluno perceberá que existem mais de uma versão para o início da guerra, mas que ambas teriam o mesmo fim. Na guerra, para tornar o jogo mais interessante, o objetivo do jogador, para que possa passar de fase, será matar o grego mais temido, Aquiles, com uma flecha. Ao acertar Aquiles, o jogador ganha pontos e passa de fase.

A mudança de fase agora será acompanhada por uma breve legenda onde o jogador tomará conhecimento do que a História narra a respeito do fim dessa guerra. A partir dessa legenda, espera-se que o jogador perceba que a guerra foi travada por questões territoriais, mas que existem versões para ela. A terceira fase do jogo levará o jogador diretamente para a Idade Média, onde o jogador estará envolvido em uma situação de conflito que, diferente da fase anterior, não aconteceu por questões territoriais, mas por relações de domínio e poder. O jogador será inicialmente uma mulher acusada de bruxaria pela Inquisição, e as legendas irão ambientar o jogador no período. Através das legendas, o jogador irá responder as perguntas feitas pelos inquisidores, e ao final de todas, a mulher será condenada a fogueira. O jogador também terá a opção de ser um dos inquisidores, que fará as perguntas. O jogo muda de fase após cinco perguntas serem respondidas, e o aluno perceber que todas as respostas levariam a condenação.

Antes de iniciar a quarta fase do jogo o aluno terá uma “revisão” sobre o que aconteceu até o momento, e apenas iniciará a fase seguinte ao conseguir acumular pontos através de algumas questões envolvendo os fatos históricos pelos quais passou. As questões serão baseadas na presença de mais de uma opção para a história, e levarão a conclusão de que os vestígios históricos podem ter muitas interpretações, e cada uma delas representará uma visão sobre a História. A quarta fase levará o jogador para a França de 1789, no período da Revolução Francesa. As legendas irão mostrar que trata-se de um conflito diferente dos anteriores, com um cenário completamente particular. Para entender esse cenário o jogador será, inicialmente, um burguês com a missão de desenvolver indústrias no país, mas cujo obstáculo era a presença de um rei, Luís XVI. Várias alternativas serão apresentadas, levando o jogador a perceber que, enquanto ele tivesse a obrigação de pagar impostos para sustentar a nobreza e clero, o liberalismo econômico não seria implantado na França. É importante ressaltar que um balão aparecerá nesse momento, com um link que levará o aluno para uma explicação sobre o liberalismo. Uma das alternativas será a luta armada, com a finalidade de tirar o rei do poder e elaborar uma Constituição.

Por tratar de conceitos necessários, o conceito de Constituição será apresentado em forma de legenda, assim como a explicação sobre a divisão da França em Estados. Nessa opção, onde o jogador é um burguês, ele deverá confiscar os bens do Clero e escolher tópicos corretos para a Constituição para que possa passar de fase. Caso o jogador opte por ser um membro da nobreza terá duas opções, a de permanecer na França e lutar, ou fugir. Em ambos os casos, a Revolução acontecerá. É importante que o jogador perceba a diferença dessa fase para as demais, o quanto as ideias iluministas influenciaram essa Revolução, e entenda o motivo de ser considerada uma Revolução, e não uma guerra ou revolta. Todos os conceitos serão trabalhados em forma de legenda e de modo prático, por exemplo, ao escolher um tópico para a Constituição, o jogador deve perceber o quanto a Revolução tem por característica alterar os rumos da História de forma definitiva, diferentemente de uma revolta, ou de uma guerra.

No final dessa fase o jogador deverá estar ciente das diferenças entre os conflitos que encarou, e de como cada um deles é importante para entendermos nosso presente, pois a próxima fase será emaranhar esses conflitos com a História Local, através da Guerra do Pinto Madeira. Dar esse “passeio” pela antiguidade e modernidade através dos diálogos estabelecidos entre o jogador e uma figura feminina que aparece todas as vezes que é necessário dar instruções do jogo, é a forma de mostrar na prática que a História tem inúmeras possibilidades de visão, cada “jogador” que participou ativamente dos fatos históricos poderia ter tomado muitas outras

atitudes, chegando a finais diversos. Ao mesmo tempo, através dessas primeiras fases do jogo, serão trabalhados os conceitos de Guerra, Revolta e Revolução.

Essas fases iniciais também são responsáveis pela percepção de que o ser humano sempre esteve em lutas constantes; seja contra o mundo natural pela sobrevivência, seja contra outros reinos, por terras e posses; nos mais diferentes períodos a humanidade travou conflitos, e esses conflitos atravessam a História de modo geral, em grandes ou pequenas proporções, e não é diferente com a História local, os homens que habitaram nossa terra antes de nós travaram batalhas, acreditaram ser necessário lutar para mudar determinadas situações, seja contra o Estado, seja por interesses mais particulares.

A História local não é destoante da História do Mundo, entre nós também houve conflitos que sacudiram os rumos do futuro, influenciaram nosso presente e mostraram que onde houver homens, haverá conflitos. Assim, para ambientar os alunos no Ceará do século XIX, o cenário do jogo será formado por casas pequenas e rústicas, com uma igreja central, onde o jogador poderá optar por ser um cidadão de Crato, ou de Jardim. O personagem do Crato é o jovem José Martiniano de Alencar, sendo o de Jardim Joaquim Pinto Madeira e um terceiro personagem será representado por um “cabra”, no jogo, as decisões tomadas pelo jogador são referentes aos conflitos ocorridos anteriormente a Guerra. O jogador sempre poderá optar por fazer ou não determinada jogada, o que ajudará na compreensão do que a História poderia ter sido, caso os envolvidos mais diretamente nos fatos históricos tomassem decisões diferentes. Ou seja, é nesse momento que o aluno deve perceber que a História é feita por homens comuns, que os rumos do futuro são decididos através de atos, os quais muitas vezes não parecem ter tanta importância.

A personagem feminina fará mais aparições nesse momento do jogo, e o aluno deve ver atentamente cada diálogo para conseguir prosseguir. Importante destacar que nessa fase, diferente das demais, o jogo não terá a opção de voltar do início, uma vez tomada uma decisão, ele deverá seguir até o final do jogo. O primeiro diálogo dessa fase com a personagem feminina, cuja identidade manteremos em segredo até o final do jogo, mas que estará presente desde as primeiras fases, será para tratar sobre o que era o Cariri naquele período, a forma como a administração das vilas se dava, e deixar o jogador a par dos conflitos anteriores entre pessoas destacadas pela historiografia de ambas as cidades. Caso o jogador tenha escolhido o personagem cratense, seu primeiro desafio será aderir ou não às ideias da Revolução Pernambucana de 1817. Caso o jogador opte por aderir, ele deverá seguir o caminho rumo a Proclamação da República no Crato, tarefa que, para ser realizada, dependerá de o jogador conseguir enfrentar obstáculos, o primeiro será quebrar uma pedra, a pedra em linguagem

metafórica, significa conquistar aliados, entre os quais sua mãe, irmãos e demais aliados, como o respeitado Pereira Filgueiras. Conseguindo quebrar a pedra, é sinal de o jogador conseguiu de Filgueiras a promessa de não interferir na proclamação da República no Crato.

As fases seguintes serão a luta contra os jardinenses, e o jogador terá chances de vitória e de derrota equivalentes. A mensagem que pretendemos passar é que existiam possibilidades para essa guerra, seu fim não era certo, suas consequências também não eram, a História não segue um roteiro.

Optando por não aderir a Revolução, o jogador receberá a mensagem de fim de jogo, e terá um resumo dos fatos em forma de diálogo com a personagem misteriosa que atravessa todas as etapas, uma vez que, mesmo as desavenças entre ambas as cidades sendo colocadas em todos os escritos sobre a guerra como um dos fatores motivadores para o conflito, se Alencar não aderisse a Revolução de 1817, muitos fatos não teriam ocorrido, como o assassinato de Leonel Pereira de Alencar e do padre Porciúncula. De outro lado, se o jogador escolher o personagem jardinense, sua missão inicial do jogo será conduzir a família Alencar até a prisão.

Concluindo essa missão, o jogador ganha pontos, mas deverá ainda superar os conflitos de 1824, que estarão representados no jogo por uma barreira a qual o jogador terá de atravessar, e, chegando a 1831, deverá organizar suas tropas e partir para o embate contra as tropas de Crato. Nesse momento, o jogador terá as opções de desistir e se entregar ou resistir e lutar. Optando pela primeira, receberá a mensagem de fim de jogo e o diálogo que lhe mostrará os fatos. Caso resolva lutar, deverá enfrentar todas as dificuldades, tentando vencer o inimigo com recursos limitados. O jogo terá dois finais programados, em um as tropas de Jardim são detidas pelas tropas de Labatut, e apenas o personagem será julgado e condenado. No outro, as tropas irão se retirar logo após a primeira vitória contra os cratenses, pois os cabras que compõem o jogo vão se dissipar aos poucos a cada cidade invadida.

As múltiplas possibilidades ao longo de todo o jogo têm o objetivo de mostrar que a História não segue um roteiro pronto e acabado, que muito do que aconteceu poderia ter ocorrido de maneiras diferentes. Ao mesmo tempo, aspectos sobre o Ceará no início do oitocentos serão apresentados a cada etapa que envolver a região, com possibilidade para que os alunos vejam que “dos dois lados” existiam histórias sendo construídas, e o que temos hoje escrito sobre a história local é um dos pontos de vista, dentre tantos outros que poderiam ser predominantes sem invalidar o que temos, mas partindo de abordagens distintas.

O fim do jogo se dá com breve vídeo, onde o aluno entenderá que a mulher misteriosa, com quem teve conversas ao longo das fases do jogo, e esteve presente em todos esses acontecimentos históricos, é a própria História. Apenas ela é capaz de estar presente em todas

as escalas de um acontecimento histórico, e apenas ela atravessa todos os períodos pelos quais a humanidade passou. Ela nos mostra que o homem sempre lutou pela sobrevivência, e que as guerras, revoltas e revoluções fazem parte dessa luta constante. Mudam de aspecto, mas existiram sempre em todos os locais.

São os conflitos que nos unem a história em escala global, eles são o elo em comum entre todos os homens nos mais diversos tempos. Se a modernidade trouxe revoluções que a antiguidade não tinha, a contemporaneidade reconfigurou essas revoluções, transformando-as em conflitos cada vez mais particulares, reduzindo a escala e mudando os atores sociais, mas sempre presente, como uma necessidade vital comum aos seres humanos. E pelas mãos dos historiadores esses conflitos reconfigurados se mostram históricos, datados e eivados de interesses chegando a cada um de nós de maneiras distintas, em locais distintos, não restritos a sala de aula.



## CONCLUSÃO:

Após dois anos de pesquisa e escrita sem ser desligada da sala de aula, pude chegar a muitas conclusões, com as quais encerro essa produção. A primeira está relacionada a análise dos escritos sobre a Guerra do Pinto Madeira, tanto do final do século XIX, com o jornal “O Araripe”, quanto os do século XX e XXI, com os intelectuais caririenses e pesquisas mais recentes. Elas confirmaram a hipótese colocada na construção do Projeto de Pesquisa, de que a Guerra do Pinto Madeira vem sendo estudada e escrita sob as mesmas perspectivas e seguindo uma ordem dos fatos cronologicamente colocados, que a assemelham a um jogo. Apenas um dos estudos analisados lançou questões diferentes aos fatos, a Tese de Ana Sara Irffi, que discutiu a guerra a partir dos cabras que nela lutaram, mostrando como o conceito foi construído. Mas estudos assim estão ainda distantes da sala de aula, embora não devessem estar, pois o professor pode, e deve, continuar sendo pesquisador.

A essa consideração adiciono a de que a escrita sobre a guerra, nos moldes tracionais, é um dos fatores que faz com que o conflito continue sendo excluído do ensino de História e dos livros didáticos, por ser visto como uma briga política, uma disputa de coronéis, muito local ou pouco importante a nível nacional. Como se existissem fatos mais e menos históricos, sendo que apenas os primeiros merecessem a devida atenção e espaço nas salas de aula de História. O que é eleito como conteúdo do ensino e chega nas aulas através dos livros, está distante da realidade local dos alunos.

Esse embate pelo ensino de História é antigo, e é a segunda consideração a qual cheguei após a pesquisa. A curta trajetória da História enquanto disciplina escolar independente nos mostra que ela está ligada a um jogo de poder, tanto as presenças quanto as ausências de fatos históricos nos livros didáticos e no ensino nos revelam muito sobre o período pelo qual passamos, e os projetos de Nação que se pretenderam. Ademais, a História que chega às salas de aula continua sendo produzida muito distante dos que protagonizam o processo de ensino, os alunos e, principalmente, os professores. Se antes essa produção estava relegada aos membros dos institutos ilustrados e intelectuais de letras, hoje não é tão diferente, pois muito do que eles construíram para os fatos históricos continua presente, segue com força.

O que nos leva a última e mais importante consideração. A de que os professores do ensino Básico precisam se apoderar dessas produções, protagonizá-las, desenvolver projetos e produtos, jogos, livros, livretos, métodos e ferramentas, para que a História Local chegue às salas de aula, não mais sob a perspectiva dos escritores tradicionais, mas fazendo referência a formação identitária dos alunos, incluindo-os como sujeitos históricos. Desenvolver e lançar

esforços para que o jogo PlayHistória chegue as salas de aula é apenas uma, dentre as muitas ações possíveis nesse sentido. É necessário que programas como o ProfHistória tenham cada vez mais espaço e reconhecimento, possibilitando aos professores da educação Básica questionar e estudar seu espaço de atuação, para mudar suas estruturas.

O desenvolvimento desse estudo me mostrou lacunas, as investigações me apontaram outras direções as quais seguir, o convívio diário com a sala de aula, por um lado, e a pesquisa, por outro, mostraram que, uma vez ocupados, os espaços de produção vão fazendo sua própria direção, nos levando a caminhos necessários. Desenvolver estudos tendo como objeto principal o ensino de História é uma forma de salvá-lo em todos os seus aspectos. Não pretendo colocar ponto final a nenhuma das questões que nortearam esse estudo, mas abrir a possibilidade de que elas sejam refeitas, chegando a novas conclusões. É necessário estudar a Guerra dos Pinto Madeira sob a perspectiva de um conflito que envolveu muito mais que interesses pessoais, e mostrou que o Cariri esteve presente nos embates pela formação da Identidade e Estado nacionais, colaborou para a História Nacional, como muitos outros fatos, e teve sua participação nos rumos definitivos da História.

Por fim, História Local? Sim, e História do Brasil, que merece espaço no ensino, não só no Cariri ou Ceará, mas nas páginas de História Nacional. Finalizo apontando essa direção, por acreditar que, se tratando de História, não há erro maior que conclusões.

**FONTES:****Hemeroteca na Biblioteca Nacional Digital**

Coleção Digital – Periódicos: *O Araripe* (1855 – 1864), *Reverbério Constitucional Fluminense* (1822), *Correio do Rio de Janeiro* (1822), *Nova Luz Brasiliense* (1831), *Minerva Brasiliense* (1843), *Correio da Manhã* (1918), *A Noite* (1918)

Revistas: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – IHGB (Primeira edição, 1908)

**Revista Itaytera**

Coleção Digital - Revista *Itaytera*, nº I, 1955.

**Livros**

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1867.

COUTO, Fábio. *História*. 2º Ed. Recife, PE: Distribuidora de Edições Pedagógicas Ltda, 2017.

CORRÊA, Marlene. *Ceará: história e geografia para a construção da cidadania*. São Paulo: FTD, 1998.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 6º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FILHO, José de Figueiredo. *História do Cariri*. v.I. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1964.

FILHO, José de Figueiredo. *História do Cariri*. v.II. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1964.

FILHO, José de Figueiredo. *História do Cariri*. v.III. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1966.

FILHO, José de Figueiredo. *História do Cariri*. v.IV. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1968.

LACERDA, Joaquim Maria de. *Pequena história do Brasil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1887.

NOGUEIRA, Nonato. *Ceará: História e memória viva*. 2º ed. Edijovem: Fortaleza, 2017.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1963.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010. Publicado originalmente em 1950.

PINHEIRO, J.C Fernandes. *Episódios da história pátria contados à infância*. Rio de Janeiro: Garnier, 1860.

SÁ E MENEZES, Estácio de. *História do Brasil contada aos meninos*. Rio de Janeiro: BL Garnier, 1870.

THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. 1º vol, Fortaleza: Typographia Brasileira, 1869.

### **Obras historiográficas recentes sobre a Guerra:**

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Dissertação de Mestrado – UFSC, 1979.

FELIX, Keile Socorro Leite. —*Espíritos inflamados* [manuscrito] : a construção do estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará(1817-1840). Dissertação de Mestrado, UFC, 2010.

IRFFI, Ana Sara Cortez. **O cabra do Cariri Cearense: A invenção de um conceito oitocentista**. Fortaleza. Tese de Doutorado – UFC, 2015.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **A influência das revoltas liberais no cariri cearense e a “Sedição de Pinto Madeira”**. In: XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, RN, 2013.

SANTANA, Nélcia Turbano de. **Pinto Madeira, nem herói nem vilão**. Jardim: Gráfica e Editora Royal, 2011.

**Bibliografia:**

ABREU, Márcia. **Então se forma a história bonita** – relações entre folhetos de cordel e literatura erudita. Horiz. Antropol, v.10, nº 22, Porto Alegre. Julho – Dezembro de 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização**: representações liberais no jornal O Araripe. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2010.

ALVES, Joaquim. **O vale do Cariri**: características físicas, povoamento, população, vida econômica, desenvolvimento cultural. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1946.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática/UNB, 1998.

BARBÉ, Carlos. **Golpe de Estado**. In: BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 2000.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. Rev. De História Regional 10 (1): 95 – 129, Verão 2005.

BENJAMIN, Walter. (1985). **Magia e técnica, arte e política**. 4º ed. São Paulo: Brasiliense.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (doutorado) FFLCH, Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2º ed, São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os confrontos de uma disciplina escolar**: da história sagrada à profana. Rev. Bras. De História, São Paulo, v13, n25/26 p. 193-221, agosto de 1993. BITTENCOURT, Circe.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. 2 ed. V. 5. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (Orgs). **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção Nacional 1830 – 1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808 -2010. Direção Lilia Mortiz Schuarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. **Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação?**. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.13, 1997, p. 42 – 60.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História**. Revista Tempo, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2007.

CORTEZ, Ana Isabel R. P. **Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII**. In: Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 8 – Outubro de 2013, pp. 141 – 160.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **História local e seu devir historiográfico**. Revista MÉTIS: História e Cultura, v. 2, n. 2, p. 11-32, jul/dez, 2002.

CRUZ, Heloísa. **A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo (1890 – 1915)**. São Paulo, Projeto História, São Paulo, PUD SP, (13), jun de 1996, p 81 – 92.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DE CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2 ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. **Execução de Pinto Madeira perante a História e a Execução da Pena de Morte no Ceará**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 50, 1842.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

FONSCECA, Nívea Thais de Lima e. “**História e Ensino de História**”. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Luis Salgado. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. Publicado originalmente em 1985.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HRUBY, Hugo. **Tornar-se historiador no Brasil Oitocentista**: a escrita da primeira História da Província do Ceará. (1867). Rev. Tempos Históricos, v.2. 1º semestre de 2018, pp. 337 – 373.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº10, p. 134 – 146, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2º ed. São Paulo: contexto, 2015.

OLIVEIRA, José de Arimateia Vitoriano. O fazer História e o nascimento da historiografia no Ceará em meados do século XIX. **História e Culturas**, v.4, n.8, jul-dez, 2016.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representação e pensamento social (1887 – 1914)** Tese ( doutorado) apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra a vista, discurso do confronto**: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PASQUINO, Gianfranco. “**Revolução**”. In: Norberto BOBBIO et alii, Dicionário de Política. Brasília: UNB, 2000, p. 1121.

PINSKY, Jaime (autor e organizador). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

POMIAN, K. **História das Estruturas**. In: J. LE GOFF, R. CHARTIER e J. REVEL (Orgs) A Nova História. Coimbra: Almedina, 1990, p. 206.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O Fato e a fábula: o Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumáia: FAPERJ, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, Alexandra Lima. **Ensino e mercado editorial de livros de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870 – 1924)**. Dissertação (mestrado), 2008.

TOLEDO, Maria Aparecida L.T. **Reflexões sobre a crítica feita ao ensino de História no Brasil nos anos 80**. Acta Scientiarum, v. 22, n. 1, p. 147-156, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.



